

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**
3 Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se virtualmente
4 o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do
5 **MAGNÍFICO REITOR**, Professor Doutor **MARCELO KNOBEL**, e com o comparecimento
6 dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Adriana Nunes Ferreira, Alberto Luiz
7 Francato, Alberto Luiz Serpa, Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, Álvaro de Oliveira
8 D'Antona, Alvaro Gabriel Bianchi Mendez, Anderson de Rezende Rocha, André Buonani
9 Pasti, André Martins Biancarelli, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio
10 Carlos Bannwart, Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Antônio José de Almeida Meirelles,
11 Augusto Cesar da Silveira, Carlos Alberto Rodrigo da Silva, Claudia Maria Bauzer Medeiros,
12 Claudiney Rodrigues Carrasco, Daniela Patrícia Villegas Barbosa, Diego Machado de Assis,
13 Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Eliana Martorano Amaral, Erich Vinicius de Paula,
14 Ester de Paula Moraes, Evanir Lopes Teixeira, Everardo Magalhães Carneiro, Fernando
15 Antônio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Cendes,
16 Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki,
17 Gláucia Maria Pastore, Guilherme Gonçalves Capovilla, Heloise Oliveira Pastore, Ignacio
18 Maria Poveda Velasco, Iuriatan Felipe Muniz, Jefferson Cano, João Ernesto de Carvalho, João
19 Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Luis Saraiva Moraes Abreu, João Paulo Ferreira
20 Bertacchi, João Raimundo Mendonça de Souza, José Alexandre Diniz, José Cláudio Geromel,
21 José Luis Pio Romera, Lucas Marques de Almeida, Luiz Carlos Zeferino, Marco Aurélio Zezzi
22 Arruda, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino,
23 Munir Salomão Skaf, Nancy Lopes Garcia, Orival Andries Júnior, Osvaldir Pereira Taranto,
24 Pascoal José Giglio Pagliuso, Patrícia Kawaguchi Cesar, Paulo Adriano Ronqui, Paulo Cesar
25 Montagner, Paulo Régis Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José
26 Trentin Silveira, Robson Bomfim Sampaio, Samuel Rocha de Oliveira, Sávio Machado
27 Cavalcante, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, Sivia Maria Santiago, Teresa Dib Zambon
28 Atvars e Zenaide Honório. Como convidados especiais, compareceram os professores: Cláudia
29 Regina Cavaglieri, José Antônio Rocha Gontijo, José Roberto Ribeiro, Manoel Barros Bertolo,
30 Marco Aurélio Pinheiro Lima, Mariano Francisco Laplane, Shirlei Maria Recco Pimentel,
31 Wagner de Melo Romão, Vanessa Petrilli Bavaresco e Teresa Celina Meloni Rosa; os doutores
32 Ana Carolina de Moura Delfim Maciel, Andrei Vinicius Gomes Narcizo e Fernanda Lavras
33 Costallat Silvado; os senhores Aduino Bezerra Delgado Filho, Gilmar Dias da Silva e Thiago
34 Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os conselheiros: André Victor Lucci Freitas,
35 sendo substituído pelo diretor associado Everardo Magalhães Carneiro; Alexandre Leite
36 Rodrigues de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Sílvia Maria Santiago; Elaine dos
37 Santos José, sendo substituída pelo conselheiro José Luís Pio Romera; Alexandre Oliveira da
38 Silva, sendo substituído pela conselheira Evanir Lopes Teixeira; Cláudio José Servato, sendo
39 substituído pelo conselheiro Guilherme Gonçalves Capovilla; e Eliana Ferreira Elias, sendo
40 substituída pela conselheira Zenaide Onório. Havendo número legal, o **MAGNÍFICO REITOR**

1 dá início à Centésima Sexagésima Sexta Sessão Ordinária do Conselho Universitário da
2 Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma virtual, o que se justifica pela
3 necessidade de manter o isolamento social diante da pandemia de Covid-19. Está na sala do
4 Conselho Universitário com uma equipe mínima para viabilizar esta reunião. Agradece a
5 presença do pessoal da Secretaria Geral, da RTV, e o único conselheiro que está aqui presente
6 também, o conselheiro Adilton. Solicita a todos que mantenham os microfones silenciados para
7 que possam iniciar a reunião. Está recebendo inscrições para o Expediente, que devem ser feitas
8 por meio da ferramenta do Zoom que tem o símbolo de uma mão. Em seguida, submete à
9 apreciação a Ata da Centésima Sexagésima Quinta Sessão Ordinária, realizada em 31 de março
10 de 2020. Consulta se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é
11 aprovada com 04 abstenções. Em seguida, coloca para ciência a Ata da Solenidade de Entrega
12 do Prêmio de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz”, do Prêmio de Reconhecimento
13 Docente pela Dedicção ao Ensino de Graduação, do Prêmio ProEC de Extensão Universitária,
14 do Prêmio de Reconhecimento Acadêmico para Pesquisadores da Carreira Pq, dos certificados
15 aos premiados do XVII Congresso de Iniciação Científica da Unicamp, o Prêmio Inova
16 Unicamp de Iniciação à Inovação 2019, e também a Ata da Assembleia Universitária
17 Extraordinária para Outorga do Título de Professor Emérito ao Professor Doutor José Mário
18 Martinez Perez. Em seguida, passa à Ordem do Dia, com 17 itens, informando que há destaque
19 da Mesa para: item 2, Proc. nº 01-P-7426/1990; item 03, Proc. nº 01-P-16775/2019; item 04,
20 Proc. nº 01-P-436/1970; item 05, Proc. nº 01-P-436/1970. Pergunta se há destaques por parte
21 dos conselheiros. O Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI destaca o item 07 – Proc. nº 12-
22 P-10860/2018 – e solicita a inversão da ordem da pauta, para que ele seja discutido primeiro.
23 Destaca também o item 08 – Proc. nº 01-P-11485/2017. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA
24 MORAES ABREU destaca os itens 06 – Proc. nº 01-P-3749/1975 –, 16 – Proc. nº 03-P-
25 451/2020 –, da Faculdade de Engenharia Mecânica, e 17 – Proc. nº 32-P-14742/2019 –, do
26 Centro de Hematologia e Hemoterapia. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR
27 submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados com 02
28 abstenções os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: G – Atribuição dos Prêmios
29 Institucionais para 2020 – Para Aprovação – 09) Procs. nºs 01-P-16211/1998, 01-P-
30 25086/2011, 01-P-04286/2019, 01-P-21170/2013 e 01-P-6051/2011 – Proposta de Deliberação
31 Consu que dispõe sobre a atribuição dos Prêmios de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino
32 Vaz”, de Reconhecimento Docente pela Dedicção ao Ensino de Graduação, Proec de Extensão
33 Universitária, de Reconhecimento Acadêmico para Pesquisadores da Carreira de Pesquisador e
34 do Prêmio aos Profissionais da Carreira Paepe, no ano de 2020 – Pareceres PG-1486/2020 e
35 CLN-13/2020. H – Carreira do Magistério Superior – Perfis Acadêmicos – Para Aprovação –
36 10) Proc. nº 11-P-15968/2003, do Instituto de Química – Proposta de Deliberação Consu que
37 dispõe sobre critérios para promoção por mérito para Professor Associado I (MS-5.1) –
38 Aprovada pela Congregação em 30.10.19 – Parecer CIDD/CCRH-172/2019. I – Graduação –
39 Para Aprovação – 11) Proc. nº 01-P-4765/2020, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura
40 e Urbanismo – Proposta de exclusão das cinco ênfases atuais do Curso de Graduação em

1 Engenharia Civil, conforme segue: Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais; Estruturas;
2 Gestão do Projeto e da Construção; Saneamento e Ambiente; Transportes e Geotecnia –
3 Aprovado pela Congregação em 05.12.19 e CCG em 16.04.20 – Parecer Cepe-05/2020. J – Pós-
4 Graduação – Para Aprovação – 12) Proc. nº 39-P-23114/2019, da Faculdade de Ciências
5 Farmacêuticas – Proposta de Implantação da Fusão do Programa de Pós-Graduação em
6 “Biociências e Tecnologia de Produtos Bioativos” com o Programa de Pós-Graduação em
7 “Ciências Farmacêuticas” constituindo o Programa de Pós-Graduação em “Ciências
8 Farmacêuticas” (Mestrado e Doutorado) – Aprovado pela Congregação da FCF em 27.09.19,
9 pela Congregação do IB em 25.10.19 e CCPG em 11.03.20 – Parecer Cepe-04/2020. K –
10 Congregações – Para Homologação – 13) Proc. nº 36-P-18186/2019, da Faculdade de Ciências
11 Aplicadas – Eleições da representação discente, realizadas nos dias 02 a 06.03.20 – Aprovadas
12 pela Congregação em 11.03.20. 14) Proc. nº 34-P-2793/2020, do Instituto de Computação –
13 Eleições da representação dos servidores técnico-administrativos (mandato tampão), realizadas
14 nos dias 13 a 22.04.20 – Aprovadas pela Congregação em 06.05.20. L – Área de Prestação de
15 Serviços – Encerramento – Para Aprovação – 15) Proc. nº 06-P-23745/2011, da Faculdade de
16 Odontologia de Piracicaba – Área de prestação de serviços “Prótese Parcial Removível” –
17 Aprovação pela Congregação da FOP em 04.12.19 – Parecer CAD-04/2020. O MAGNÍFICO
18 REITOR passa à discussão do item 01 – Procs. nºs 01-P-1300/1967 e 01-P-2719/2001 –, que
19 trata de: a) Alteração da Composição do Conselho Universitário – Proposta de Deliberação
20 Consu para inclusão dos diretores dos Colégios Técnicos (Cotuca e Cotil) e do Coordenador da
21 Coordenadoria de Centros e Núcleos – Cocen na composição do Conselho Universitário –
22 Proposta de Deliberação Consu que altera os artigos 45 e 46 dos Estatutos da Unicamp, os
23 artigos 80, 81 e 124 do Regimento Geral da Unicamp e os artigos 1º, 3º e 4º do Regimento
24 Interno do Conselho Universitário; b) Inclusão dos Centros e Núcleos Interdisciplinares de
25 Pesquisa – Proposta de Deliberação Consu para alteração do artigo 4º, inclusão do Capítulo IV
26 no Título II dos Estatutos da Unicamp, alteração do artigo 4º e inclusão do Capítulo VI no
27 Título II do Regimento Geral da Unicamp; c) Órgãos Complementares – Proposta de
28 Deliberação Consu para alteração do Capítulo III do Título II e inclusão da alínea “1.1” no inciso
29 I do artigo 48 dos Estatutos da Unicamp, alteração do Capítulo V do Título II e inclusão da
30 alínea “1.1” no inciso I do artigo 83 do Regimento Geral da Unicamp, e inclusão da alínea “1.1”
31 no inciso I do artigo 8º do Regimento Interno do Conselho Universitário. O item necessita de
32 2/3 de votos para aprovação. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que se
33 trata da alteração dos Estatutos para incluir os colégios técnicos como membros permanentes
34 do Conselho Universitário. Isso produz reflexos em alguns outros artigos do Regimento Interno
35 do Consu, além do artigo da composição, e também no Regimento Geral, de modo que
36 encaminham a proposta completa, a mudança dos Estatutos e a correspondente mudança no
37 Regimento Geral. Como isso altera a composição, estão propondo um grupo de trabalho do
38 Consu, e se for aprovada a reforma estatutária e a inclusão dos colégios, os reflexos da mudança
39 da composição serão discutidos por um GT específico. A introdução dos colégios no Conselho
40 Universitário como assento permanente também impõe mudanças estatutárias nas composições

1 da CAD e da Cepe, de modo que o que estão propondo é que um dos colégios ocupe assento na
2 CAD, o outro ocupe assento na Cepe e vão alternando. O Consu tem hoje 71 membros, e passará
3 a ter, com a incorporação dos dois colégios, 73 membros. Também estão propondo que o
4 coordenador da Cocen passe a ter assento permanente no Consu e na Cepe, por ser um órgão
5 de natureza mais acadêmica. A justificativa para essas propostas tem um fundamento
6 acadêmico, e como os dois colégios e a Cocen são órgãos de natureza acadêmica, entenderam
7 que devam ser representados de modo oficial no Conselho Universitário. Propõem também
8 algumas alterações nos Estatutos no sentido de eliminar coisas que já não existem mais na vida
9 da Unicamp, como alguns órgãos complementares que já foram extintos. Há um capítulo de
10 órgãos complementares nos quais vários deles já não existem mais, então propõem eliminar
11 esse item dos Estatutos, e também uma alteração de um assunto que já deliberaram em outra
12 alteração estatutária, que são as atribuições da CAD e da Cepe. Nesse sentido, propõem a
13 eliminação do artigo 12, que está fora do lugar, pois consta no capítulo de órgãos
14 complementares, e contém coisas que estão nas atribuições da CAD e da Cepe, já tratadas nos
15 artigos 49 e 50 dos Estatutos. Também propõem eliminar o artigo 11, cujo assunto está contido
16 no âmbito das atribuições do Consu e também está fora do lugar, no capítulo de órgãos
17 complementares. Então são essas as propostas de alteração estatutária que estão fazendo, na
18 direção de primeiro trazer os órgãos de natureza acadêmica com assentos permanentes no
19 Consu e, segundo, algumas alterações de redação para colocar um pouco mais de organicidade
20 no texto dos Estatutos, sem alterar o seu conteúdo. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE
21 ALMEIDA diz que considera muito importante ter representação dos colégios no Conselho
22 Universitário, e propõe que haja cadeira para representação estudantil dos grêmios dos colégios,
23 ou representação discente eleita. A mobilização pelas cotas dos colégios técnicos demonstrou
24 a importância de ter essa representação estudantil dos colégios técnicos. Também é importante
25 haver participação da representação discente no GT que vai avaliar a composição do Conselho,
26 para acompanhar como vão se desdobrar as mudanças da composição do Consu a partir da
27 inclusão dos colégios. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que
28 é importante ter esses três setores no Conselho Universitário, a justificativa acadêmica procede.
29 Mas estão quebrando um conceito mais ou menos histórico, que é de preservar a representação
30 e o equilíbrio das bancadas. A representação dos funcionários e dos estudantes é reduzida, pela
31 adequação à LDB, e o parâmetro dos 30% vem sendo gradativamente alterado. Isso tem um
32 impacto grande, são três representações a mais no Conselho Universitário. Havia na revisão dos
33 Estatutos um compromisso e uma proposta de tratar essa discussão no seu conjunto, e uma
34 proposta mais acabada de como ficaria a representação dos funcionários e dos estudantes,
35 mesmo a discussão da representação externa na composição da incorporação dos colégios
36 técnicos e da Cocen. Isso não está presente na proposta, portanto há uma quebra de
37 compromisso histórico da Universidade em relação a um processo que deveria ser mais amplo,
38 do ponto de vista de discutir a composição do Conselho Universitário, respeitando os
39 parâmetros históricos da representatividade de cada segmento dentro do Conselho. Por isso
40 acha que o mais adequado seria apresentar uma proposta mais completa de composição para

1 expressar de fato as representações do Conselho. O MAGNÍFICO REITOR diz que o
2 conselheiro João Raimundo está equivocado, porque existe uma proposta de criação de um
3 grupo do próprio Consu para reavaliar essa questão da representatividade. Poderia ser
4 perfeitamente discutido isso para manter esse equilíbrio, e é uma preocupação da Reitoria,
5 naturalmente. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA observa que a
6 constituição do grupo ocorrerá depois de votada a proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que
7 poderia ser aprovado condicionado a que depois o grupo fizesse o estudo. Se for inverter a
8 questão, vai gerar polêmica, e assim não chegariam ao bom termo da votação. É simplesmente
9 uma questão de estratégia para poder avançar, ao contrário do que o conselheiro João Raimundo
10 colocou. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR diz que concorda com as
11 manifestações anteriores, mas discorda de um termo que o conselheiro João Raimundo utilizou,
12 pois acha que não se pode chamar a composição atual deste Conselho de equilibrada. Não existe
13 um equilíbrio, inclusive uma pauta histórica do movimento estudantil é essa paridade, e como
14 já estão fazendo uma alteração estatutária, é o momento de fazer um estudo de como podem
15 melhorar a representatividade. Reitera a solicitação feita pelo conselheiro Lucas de que haja
16 representação discente dos colégios técnicos neste Conselho. Além disso, a representação
17 discente de pós-graduação solicita mais uma cadeira, para ficar cinco para a graduação e cinco
18 para a pós-graduação. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra para a doutora Ana Carolina,
19 coordenadora da Cocen, que é convidada. A doutora ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM
20 MACIEL diz que considera muito importante fazer um breve histórico sobre a Cocen. Ela foi
21 fundada há 22 anos, é vinculada à Coordenadoria Geral da Universidade, e engloba atualmente
22 21 centros e núcleos, que compreendem 450 profissionais, entre os pesquisadores da Carreira
23 Pq, servidores técnicos-administrativos e mais 220 docentes, que atuam como diretores,
24 coordenadores ou como membros responsáveis ou associados aos projetos de pesquisa sediados
25 no sistema. Na Cocen, atuam em uma interface entre o desenvolvimento da pesquisa acadêmica
26 e a prestação de serviço para instituições, sejam elas governamentais, industriais ou
27 empresariais, além de subsidiar docentes, pesquisadores e estudantes com a disponibilização de
28 uma vasta infraestrutura laboratorial, que inclui laboratórios multiuso com tecnologia de ponta,
29 além das atividades de investigação científica nos mais diversos campos da pesquisa acadêmica
30 de cunho interdisciplinar. Nestes tempos de Covid-19, estabeleceram uma profícua articulação
31 entre centros e núcleos e as unidades de ensino e pesquisa, que lado a lado vêm desenvolvendo
32 pesquisas em parceria na linha de frente do combate à pandemia, dentre os quais destaca: CEB,
33 Cemib, Labjor, Nudecri, CCS Nano, CLE, CMU e Cepetro. Essas ações vêm sendo
34 sistematicamente divulgadas no site e nas redes sociais da Cocen e no portal da Unicamp. A
35 Cocen não se caracteriza como um sistema fechado em si, mas como um sistema que vem
36 ampliando quantitativamente e qualitativamente o seu espectro de ação dentro da Universidade
37 e da sociedade como um todo. Exemplifica isso com a formação de vários grupos de trabalho,
38 seja no âmbito da CAI ou do próprio Consu, dos quais tanto ela pessoalmente, como
39 coordenadora, quanto assessores da Cocen ou pesquisadores lotados nos centros e núcleos vêm
40 participando e que têm como escopo debater, propor ações, políticas e parcerias, visando refletir

1 institucionalmente a Universidade, bem como as suas carreiras e também temas emergentes.
2 Cita como exemplo três GTs mais recentes: o GT Universidade Poderes Públicos, cujo início
3 dos trabalhos está previsto para 15 de junho, de que participa como representante da Cocen; o
4 Observatório Covid-19 em Educação Superior, que conta com a participação de uma
5 pesquisadora do Labjor; o GT de revisão do processo de progressão da carreira, em que destaca
6 uma parceria entre o Cesop e núcleos, e a CGU, que vai resultar no Observatório Unicamp, um
7 escritório de dados para gestão e disponibilização de relatórios institucionais. Segundo o último
8 levantamento realizado junto à DAC em 2019, contam com 52 pesquisadores cadastrados, em
9 14 programas de pós-graduação, contribuindo para o ensino, para a formação de pesquisadores,
10 para projetos e convênios que contam com aportes extraorçamentários, oriundos tanto da esfera
11 pública quanto da iniciativa privada, dentre os quais destaca: Fapesp, Serrapilheira, Finep,
12 Petrobras, CNPq e Ministério Público do Trabalho. No último quadriênio, tiveram
13 financiamento de 1.449 projetos sediados em centros e núcleos, captando um montante total de
14 R\$632 milhões. Em termos de produção científica, publicaram 1767 artigos em periódicos
15 internacionais, registraram 48 patentes, publicaram 174 livros e realizaram 89 obras artísticas.
16 Nos últimos três anos, a Cocen vem desenvolvendo importantes projetos estratégicos junto à
17 CGU. Destaca, por exemplo, o projeto de comunicação Minuto Cocen, que atualmente está em
18 exibição no portal da Unicamp, que originou o Minuto Unicamp, que abrange as unidades de
19 ensino e pesquisa e colégios técnicos, um projeto que está em andamento e que dá a dimensão
20 da relevância institucional da Coordenadoria em termos mais amplos. Quando recebeu o
21 convite para assumir a coordenação da Cocen, há três anos e dois meses, a principal
22 incumbência que lhe foi passada pelo senhor Reitor residia em viabilizar que esse cargo não
23 fosse mais um cargo de confiança, ou seja, um voto a mais para o Reitor no Consu, mas sim
24 que resultasse em um processo de escolha pelos membros integrantes das comunidades dos
25 centros e núcleos, pesquisadores, docentes e Paepes, legitimando assim o coordenador, tanto
26 face ao sistema Cocen, como em esferas institucionais e deliberativas da Universidade, como é
27 o caso do Consu. A proposta de realização da consulta para o cargo de coordenação foi
28 apresentada neste Conselho em 23 de março de 2019, quando foi aprovada por unanimidade.
29 Feito isso, e justamente como decorrência da legitimidade do cargo, viria a proposta de
30 alteração no Regimento, que é hoje apresentada, garantindo, portanto, representação no Consu
31 para o coordenador eleito. Tendo em conta a relevância das atividades de excelência acadêmica
32 e de impacto social desenvolvidos no sistema Cocen, envolvendo aportes financeiros
33 extraorçamentários, desenvolvimento científico qualificado, convênios, patentes e ações
34 estratégicas, considera fundamental que o direito de voz e voto seja concedido ao coordenador
35 da Cocen, como resultado de um processo de maturidade institucional, e que propiciará que a
36 Cocen se articule com os demais órgãos aqui representados, visando fortalecimento da
37 Universidade. Espera ter colaborado com argumentos que possam subsidiar esta importante
38 decisão por parte dos conselheiros e conselheiras aqui reunidos. O Conselheiro AUGUSTO
39 CÉSAR DA SILVEIRA diz que hoje é um dia muito importante porque traz um reconhecimento
40 dos colégios, que é uma questão histórica. Os colégios fazem parte da fundação da

1 Universidade, portanto agradece a proposta e acha que está se fazendo justiça a algo que já
2 deveria ter acontecido há muito tempo. O Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI reforça que
3 este tema é uma pauta histórica para os colégios, já esteve em votação em 2016 e 2017, quando
4 teve bastante apoio, mas que não foi o suficiente para a inclusão dos colégios. Faz um apelo
5 aos colegas conselheiros para que compreendam que esse compromisso com a
6 representatividade não pode travar a inclusão tão importante dos colégios técnicos, e também
7 da Cocen, que já vem participando de várias discussões aqui do Conselho Universitário. No
8 caso dos colégios, entende que essa vaga vai também permitir uma melhor representação dos
9 professores das carreiras especiais; em muitas ocasiões houve, pela ausência de
10 representatividade dos colégios, um esforço para que essas vagas das carreiras especiais fossem
11 ocupadas por pessoas com vínculos das direções dos colégios, e isso criava um problema de
12 representação para as carreiras especiais; acredita que esta mudança vai ajudar que isso não
13 aconteça. Reforça as colocações dos colegas em relação a outras demandas de representação, e
14 considera uma decisão muito feliz que o GT seja criado, colocando-se à disposição se puder
15 contribuir, mas acha fundamental que aprovelem hoje essa alteração. Aproveita o restante do seu
16 tempo para convidar a professora Vanessa, diretora do Cotuca, a fazer uso da palavra. A
17 Professora VANESSA PETRILLI BAVARESCO agradece a inclusão deste item na pauta e diz
18 que estão em uma grande expectativa, pois acreditam que Cotuca e Cotil têm muito a contribuir,
19 são duas unidades grandes, com envolvimento junto à Universidade. Ressalta que este ano
20 tiveram a avaliação institucional externa e que esse foi um dos itens indicados pelos avaliadores.
21 Então, em função de todo estudo que foi feito pelos avaliadores externos quanto às demandas,
22 quanto às atividades dos colégios, foi uma conclusão dessa avaliação institucional externa que
23 seria fundamental e importante a contribuição e inclusão no Conselho Universitário. O
24 Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que a proposta possui um mérito bastante
25 razoável. Fará uma fala contrária à aprovação, mas não quer dizer que discorde do mérito da
26 proposta de inclusão da Cocen, do Cotil e do Cotuca. Como o professor André colocou, em
27 2017 a proposta veio ao Conselho Universitário e foi retirada de pauta, porque não havia
28 contado com a devida discussão prévia, uma vez que o aumento das cadeiras docentes permite
29 outros ajustes na composição do Conselho, ajustes demandados historicamente. São ajustes que
30 acabam nunca sendo discutidos, e pensando nisso, na época da retirada de pauta, conversaram
31 com os diretores, com a representação estudantil, e em 2018 protocolaram uma proposta. Na
32 época, ela não contemplava a Cocen, não participaram muito dessa articulação, poderiam
33 incluir, mas gostariam de adicionar, além das duas vagas de docentes que propuseram naquela
34 época a mais, uma vaga de representante discente, para que haja um estudante dessas unidades
35 de Limeira, e mais dois representantes técnico-administrativos, que caberia no espaço que a
36 LDB permite, que é muito diminuto. Deveriam fazer essa discussão até além da Unicamp; não
37 faz muito sentido que só os docentes decidam sobre os rumos da educação. Essa proposta que
38 entregaram para a Reitoria não foi discutida em dois anos. Na época, ainda tinham alguma
39 esperança de que a Reitoria aceitasse um diálogo, que ela conversasse sobre isso, mas hoje acha
40 que está claro que é uma Reitoria que faz tudo sozinha, não aceita nenhuma proposta, não têm

1 conseguido conversar sobre nada, e agora ela lançou o procedimento de aprovar primeiro e
2 discutir depois. Há muitas pessoas reivindicando aumento da composição, mas a Reitoria
3 propõe aprovar primeiro e depois montar um GT para discutir essa questão. Isso é atropelar as
4 propostas que vêm sendo discutidas. Então, não devem aprovar primeiro e discutir depois. A
5 Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que considera muito positivo que a Reitoria tenha
6 apresentado essa proposta, que já estava na revisão dos Estatutos feita por um GT anterior, que,
7 inclusive, tem referência no documento. Essa é uma demanda muito antiga dos colégios, de ter
8 reconhecimento na estrutura da Universidade, é também uma demanda antiga da Cocen, que é
9 uma estrutura de pesquisa de mais de 30 anos de funcionamento, que não tinha reconhecimento.
10 A doutora Ana Carolina detalhou a importância que os núcleos de pesquisa têm para a
11 Universidade. Portanto, vê como muito positivo que finalmente a Universidade queira trazer
12 para dentro do reconhecimento formal, legal, estatutário essas duas estruturas, no caso do ensino
13 dos colégios, e no caso da pesquisa a Cocen. Segue a preocupação do conselheiro João
14 Raimundo em relação à mudança na representação dos estudantes e funcionários.
15 Diferentemente do conselheiro Iuriatan, que disse que naquela revisão não havia uma proposta,
16 que ela parou de ser discutida, porque não havia uma proposta de mudança de representação,
17 havia sim naquela revisão dos Estatutos uma proposta de inclusão de mais dois estudantes e
18 mais três funcionários na representação. Mas todos lembram que a Universidade entrou em um
19 momento bastante complicado, houve a greve, a invasão da Reitoria, e não mais voltaram a
20 discutir a revisão dos Estatutos, infelizmente, que parou exatamente neste ponto que esta
21 Reitoria agora recomeça a tratar. Então vê com um olhar muito positivo a inclusão desses
22 órgãos, mas às folhas 19, onde há a observação de que um GT vai analisar a questão da
23 representação, não está dito que, caso seja aprovada essa inclusão, o funcionamento do Consu
24 apenas será realizado com essas cadeiras novas quando essa alteração ocorrer. Acha isso
25 importante, porque se o GT demorar muito tempo para resolver isso, significa que terão mais
26 uma ou duas reuniões do Consu com uma representação muito desequilibrada; embora todos
27 queiram que essas cadeiras estejam aqui, haverá um desequilíbrio. Portanto, nesta observação
28 de que haverá um GT proposto, talvez fosse interessante colocar um adendo de que, caso essas
29 cadeiras sejam incluídas, o funcionamento efetivo ocorrerá a partir da solução que for dada com
30 a representação das demais categorias. Outra observação tem a ver com os órgãos
31 complementares que sairão daqui. Às folhas 22 do documento, que retira os órgãos
32 complementares, observa que nem todos deixaram de existir. Pergunta, por exemplo, para onde
33 vai o CLE, a Prefeitura, a Editora. Está mencionado que o senhor Reitor vai decidir para onde
34 eles vão, mas se neste momento eles serão retirados dos Estatutos, imagina que já se saiba para
35 onde eles irão ou qual será o estatuto que eles terão. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
36 PASTORE diz que acha importante que todos os conselheiros estejam muito bem instruídos
37 sobre o que é a Cocen, o que são os centros e núcleos, qual é a sua função, qual é o número
38 deles, qual é a produtividade de cada um deles individualmente, qual é a inserção das unidades
39 com as quais eles se relacionam na sua produtividade, enfim, detalhes de cada um dos centros
40 e núcleos, para que possam votar de maneira instruída. Não se sente suficientemente instruída

1 para dar o seu voto. É claro que pode se abster, mas tem certeza de que não é a única que possui
2 essas dúvidas. Foi informada e pesquisou um pouco que houve antes dessa proposta outras
3 propostas, outros relatórios, outros GTs, cujos resultados não tiveram a luz de uma votação no
4 Conselho Universitário. Sente que existe um conjunto de conselheiros não suficientemente
5 instruídos, entre os quais se coloca, para votar um assunto tão importante. Então gostaria de ter
6 mais tempo para isso e de ter um estudo realmente aprofundado, se o número de centros que
7 existe se justifica, se eles realmente precisam existir. Na sua breve, rápida e pouco direcionada
8 pesquisa, encontrou alguns núcleos cujo número de participantes é menor do que um
9 departamento nas unidades, núcleos cuja produtividade não é tão alta. Em conjunto sim eles
10 têm uma produtividade alta, porque há centros importantíssimos, mas realmente não tem certeza
11 da necessidade da existência de todos esses centros e núcleos e de que todos eles têm o apoio
12 que precisam para se desenvolver. A representação no Consu talvez signifique um apoio maior,
13 mas também disso não está segura se pulverizam tanto assim, com tantos centros e núcleos,
14 com centros que são realmente pequenos e pouco representativos. Pergunta qual é a real
15 independência dos pesquisadores dos centros e núcleos em relação às unidades. Sabe que eles
16 não têm de ser completamente independentes, mas pergunta quanto das propostas de pesquisa
17 e de execução mesmo das pesquisas depende unicamente ou primariamente dos centros e
18 núcleos. Isso a preocupa um pouco, e destaca que no quadro que consta às folhas 389 da pauta,
19 “Atividades da Cocen”, verificam que a parte de extensão foi removida na nova proposta de
20 regimento. Não entendeu muito bem o porquê, acha que deveria continuar. O Conselheiro
21 ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que entende a importância do tema das
22 representações dos colégios e da Cocen, mas tem muita preocupação em se mudar a composição
23 do órgão máximo da Universidade. Entende que isso deve ser discutido. Assim como a
24 professora Heloise, também não se sente suficientemente confortável e instruído para votar isso
25 agora, embora na questão em particular da representação dos colégios e da Cocen seja favorável
26 ao mérito da questão. Mas gostaria de poder entender um pouco mais todo o processo e as
27 implicações ligadas a isso. Algumas questões básicas, por exemplo: entende que existam parte
28 de pesquisadores na Cocen que não são representados, mas boa parte dos pesquisadores que
29 fazem parte desses centros são representados pela representação normal de professores e
30 pesquisadores da Universidade. No Instituto de Computação, vários docentes fazem parte de
31 centros, principalmente do Cepetro. Olhando por esse lado, existe uma certa representação, mas
32 pergunta até que ponto, e o que precisa melhorar nesse tipo de representação. Não possui esse
33 tipo de informação e, conversando com vários diretores, verificou que muitos também não têm,
34 não estão convictos de todos os aspectos envolvidos. Portanto, são favoráveis ao mérito, mas
35 não se sentem suficientemente instruídos para votar isso neste momento em particular. A
36 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS solicita a retirada de pauta, não porque
37 não se sinta suficientemente instruída, pois se sente suficientemente instruída baseada em
38 documentos de vários anos atrás. O que a incomoda é votar com base em ideias e visões que
39 tinha em relação à Cocen das últimas vezes em que isso foi pautado. Como já foi mencionado,
40 este assunto de aumentar a representação do Consu volta à baila; participa disso desde a época

1 do professor Hermano. Observa que já teve como parte dos seus projetos o Cepagri, além de
2 conhecer a produção de vários centros e núcleos. Não tem nenhum questionamento contra a
3 qualidade de vários deles, mas o que a incomoda é que há na Universidade, e sempre houve,
4 várias questões mal resolvidas associadas à carreira de Pesquisador. Não há dúvida do papel
5 importante que desempenham os centros e núcleos na condução da multidisciplinaridade; mas
6 hoje em dia há laboratórios, Cepids que também trazem recursos, que também conduzem
7 atividades de vários tipos, congregando pesquisadores, como é até o caso do seu laboratório.
8 Apesar de reconhecer a importância da atividade, gostaria de ser reinstruída para ter certeza do
9 que está votando. Sugere que os conselheiros vejam a ata de novembro de 2015, em que houve
10 várias discussões associadas ao mesmo assunto e que fizeram com que não fosse aprovado.
11 Caso a proposta de retirada de pauta seja aprovada, solicita o acesso aos relatórios da Cocen e
12 dos centros e núcleos isoladamente. Gostaria de ter acesso à Deliberação Consu-A-22/87, que
13 só existe em papel, no processo 9046/87, que define que centros e núcleos são temporários e
14 não permanentes; e saber como foi a oficialização desta criação. E, por fim, gostaria de ter
15 conhecimento de quais e quantos centros e núcleos foram criados e quais e quantos
16 desapareceram da Unicamp, desde que foram oficializados como tal. Pelo que se recorda, desde
17 a época do professor Hermano, foram três ou quatro, e nos últimos 10 ou 12 anos, nenhum novo
18 foi criado. Isso chama a atenção, quer com relação à solidez dos que existem, quer com relação
19 ao fato de que muitos outros poderiam ser ou agrupados ou extintos. Não vê a Cocen fazer isso,
20 não vê essa preocupação, e isso a incomoda. Quanto aos colégios, nada tem a dizer. Está
21 propondo retirada de pauta para que volte com essas informações para poder ser mais bem
22 instruída. É contrária ao aumento do Consu, e propõe um GT que estude como diminuir o
23 Conselho Universitário. O MAGNÍFICO REITOR diz que fará duas ponderações antes de
24 colocar em votação a retirada de pauta. Já ouviu algumas pessoas, por várias motivações
25 diferentes, se colocar contrárias ou sem se sentir instruídas suficientemente. Primeiro acha que
26 precisa haver uma diferenciação muito clara entre a produtividade de centros e núcleos, como
27 fazem pesquisas etc., e a questão da representação desses centros e núcleos no âmbito da
28 Universidade. Eles estão todos agrupados em torno de uma coordenadoria, que é a Cocen, e que
29 representa um grupo importante dentro da Universidade, que não tem representação do
30 Conselho Universitário. Nas discussões passadas, colocou-se contrário a que houvesse assento
31 dos centros e núcleos no Consu por um motivo simples, porque até o presente momento, o
32 coordenador da Cocen era indicado do Reitor e, portanto, seria mais um voto para a Reitoria, o
33 que considera errado, porque aí sim acha que há uma mudança significativa no peso das
34 votações do Consu. Mas estão mudando a maneira de escolher o coordenador da Cocen, com
35 voto da própria comunidade de centros e núcleos, estendida também àqueles que participam e,
36 portanto, neste momento consideram que é importante que essa representação exista. O mesmo
37 acontece com os colégios, que possuem milhares de alunos, centenas de professores que
38 também estão sem representação no Conselho Universitário. Vale destacar que hoje e a partir
39 de um certo ponto, o coordenador da Cocen pode ser tanto um docente quanto um pesquisador,
40 que também especificamente hoje só tem representação por meio das carreiras especiais aqui

1 no Conselho Universitário; e nos colégios também, são professores de ensino médio, uma
2 carreira especial, e que também têm outra representação. Por isso a discussão da representação
3 dentro do Consu é muito mais complexa nesse cenário. Nenhuma dessas três pessoas está na
4 Carreira MS e, portanto, a discussão que se coloca é importante, é interessante, pois são duas
5 carreiras que hoje estão sub-representadas no Conselho Universitário. Mas naturalmente deixa
6 essa discussão a cargo do próprio Conselho. Diz que a professora Rachel fez um comentário
7 relacionado ao item 1-C, sobre os órgãos complementares. Os Estatutos da Unicamp, no seu
8 capítulo III, “Dos órgãos complementares”, na época em que foram criados, listavam os
9 seguintes órgãos complementares no seu artigo 10: “1: Centro de Informação e Difusão
10 Cultural. 2: Editora Universitária. 3: Centro de Computação. 4: Centro de Bioterismo. 5:
11 Prefeitura da Cidade Universitária. 6: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência.
12 7: Centro de Ensino de Línguas”. As entidades referidas neste artigo ficam subordinadas à
13 Reitoria. Parágrafo 2: Os órgãos complementares reger-se-ão pelos regimentos das entidades
14 que estiverem subordinados”; “Artigo 11: A Universidade poderá, a juízo do Conselho
15 Universitário, criar novos órgãos complementares e fundir, extinguir e alterar a vinculação dos
16 já existentes”. Evidentemente essa parte dos Estatutos está completamente atrasada, e o que
17 sugerem é simplesmente dizer: “A Universidade poderá criar órgãos complementares
18 integrados a sua estrutura organizacional, os quais congregarão recursos humanos e materiais,
19 para prestação de serviços especializados de interesses comum às unidades e órgãos da
20 Unicamp, com o objetivo de colaborar na execução, difusão e expansão das atividades de
21 ensino, pesquisa e extensão e que serão organizados por áreas de atuação”. Onde eles estão
22 subordinados é outra questão mais operacional, e fazem na Reitoria todos os anos essa revisão.
23 Hoje, por exemplo, os centros e núcleos estão na Cocen, a Prefeitura da Cidade Universitária
24 está ligada diretamente ao Gabinete do Reitor, assim como a Editora, e assim por diante. Vão
25 organizando isso internamente dentro da Universidade, ou seja, não deixam de existir, não deixa
26 de constar em nenhum lugar absolutamente nada. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON
27 ATVARS diz que seu encaminhamento é contrário à retirada de pauta, porque considera os
28 argumentos bastante inconsistentes, em termos do Conselho Universitário. Primeiramente
29 porque o fato de ser estatutário ou não ser estatutário não significa a extinção do órgão, significa
30 apenas que ele deixa de estar explicitamente nos Estatutos. Um exemplo concreto é que a Cocen
31 não está nos Estatutos, mas os centro e núcleos a ela subordinados estão. Foi feito assim no
32 passado e isso foi ficando. O que estão propondo é a inversão da lógica, isto é, o órgão que
33 coordena o sistema ser estatutário e os órgãos subordinados a ela não. Em relação ao que foi
34 colocado por alguns conselheiros de que falta informação sobre o que os centros e núcleos
35 fazem etc., observa que não falta. O Conselho Universitário a cada cinco anos avalia todos os
36 centros e núcleos interdisciplinares de pesquisa, desde meados da década de 1990, na gestão do
37 professor Carlos Vogt, depois continuado em todas as outras gestões. Estão finalizando um
38 processo de avaliação institucional, acha que até meados do ano terminam esse processo
39 referente ao período até 2018, quando encerrou o quinquênio, e há documentos oficiais
40 relacionados à produção de cada um dos centros e núcleos e à aprovação do relatório de

1 atividades de cada um deles. Portanto, há documentos, há informações, em vários sites estão
2 disponíveis esses relatórios. É um assunto difícil, polêmico, tanto que já passou por várias
3 gestões e não foi para a frente, e adotaram aqui nessa proposta um encaminhamento cauteloso
4 em relação à composição do Conselho Universitário. Caso sejam aprovadas estas inclusões, se
5 rediscutirá a composição para verificar quais os impactos disto nas várias categorias que estão
6 no Conselho Universitário, tendo por base a legislação vigente. Então é uma posição cautelosa;
7 preferiram encaminhar no sentido de resolver o problema por partes. E outro aspecto que coloca
8 no sentido contrário à retirada de pauta é que o Consu tem sim maturidade para resolver isso.
9 A discussão não é trivial, não é simples, mas não pode aceitar o rótulo de que estão fazendo
10 isso de modo autoritário e invertendo a ordem das coisas. É preciso ler, como a professora
11 Cláudia mencionou, as atas de reuniões anteriores. A discussão foi exaustiva em relação a que
12 grupo teria maior representação dentro do Consu, e a questão do mérito de natureza acadêmica
13 foi relegado a segundo plano. Agora propositalmente estão invertendo essa lógica, trazendo a
14 lógica acadêmica para o primeiro plano e a ótica política para o segundo plano. A política não
15 pode prevalecer sobre o acadêmico. É contrária à retirada de pauta, pois acredita que o Consu
16 possui maturidade para resolver a inclusão ou a não inclusão e encerrar esse assunto que, como
17 os conselheiros já disseram, vem de longa data. MAGNÍFICO REITOR submete à votação a
18 proposta de retirada de pauta do item 1-A, que é rejeitada com 43 votos contrários, 22 favoráveis
19 e 07 abstenções. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU propõe que sejam
20 votadas separadamente a questão dos colégios técnicos e da Coordenadoria de Centros e
21 Núcleos. O MAGNÍFICO REITOR diz que farão a discussão e depois verão como proceder. O
22 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que não considera que uma alteração desta
23 magnitude na representação no Conselho Universitário tenha sido proposta em um bom
24 momento. Esta discussão mereceria uma análise muito mais global, porque também acha que o
25 Conselho Universitário é demasiadamente grande, precisa de uma reforma, mantendo,
26 obviamente, a estrita representação de todos, porém, para que ele se torne mais ágil, como forma
27 clara de terem um espaço para discussões efetivamente acadêmicas que nortearão o futuro da
28 Universidade. Vê muito pouco dessas discussões, seja no âmbito da Cepe, seja no âmbito do
29 Consu. Acredita que isso tenha relação com o fato de que há muitas pessoas com dificuldade
30 de colocar em evidência ou expressar as suas opiniões no ambiente do Conselho Universitário.
31 Um Conselho Universitário menor, e volta a sublinhar, com cuidado absoluto de boa e perfeita
32 representação de todos, seria algo importante. Pelo que viu aqui, isto analisado primeiramente
33 é o caso dos colégios técnicos e da Cocen, e depois uma análise mais abrangente fará com que
34 exista uma possibilidade extremamente alta de que o número de componentes do Conselho
35 Universitário seja ainda aumentado. Sinceramente, não acha que os colégios técnicos e os
36 centros e núcleos não estejam representados no Conselho Universitário. Eles não estão
37 representados diretamente, assim como várias outras partes da Universidade, mas acredita que
38 todos possuem um olhar absolutamente crítico e de cuidado para com todas as pessoas e todos
39 os órgãos da Universidade. A prova disso é que os colégios técnicos têm um desempenho
40 absolutamente excelente, e que lhes dá orgulho pelo trabalho que oferecem. O mesmo ocorre

1 no que diz respeito à evolução dos centros e núcleos, que deveriam caminhar, cada vez mais,
2 para aquilo que chamam de indissociabilidade de ensino e pesquisa, cada vez mais em direção
3 de formar um grupo único nas unidades de ensino e pesquisa, que contemplem todas as pessoas
4 que atuem em centros e núcleos em um determinado instante e que depois, no decorrer do
5 tempo, possam se agrupar em torno das unidades de ensino e pesquisa. Acha que a Universidade
6 ganharia com isso. Lembra que a estratégia inicial de definição dos centros e núcleos era algo
7 temporário, que deveria ser rápido, para capturar algo absolutamente essencial, que deveria, em
8 um determinado instante, ter a preocupação da Universidade. Acha que a Universidade deveria
9 agora criar um núcleo que estude epidemias, que estude os aspectos matemáticos e
10 computacionais que serão absolutamente essenciais no futuro. Mas por um curto tempo, para
11 avaliar como que isso de fato poderia ser incluído na estrutura da Universidade. Seria oportuno
12 que essa questão fosse estudada com mais vagar e mais precisão em um futuro próximo. O
13 Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que boa parte do que tinha para falar o
14 professor Geromel já mencionou, então só reforça essa preocupação da governança da
15 Universidade com um Consu muito grande. Preferia pensar em como enxugar algumas coisas
16 ou então fazer uma hierarquia de conselhos que sejam mais enxutos, de alguma forma. É
17 favorável à representatividade, ao método que é dado aos colégios e aos centros e núcleos, mas
18 tem essa preocupação em relação ao inchaço do Consu. O Conselheiro FERNANDO CENDES
19 diz que não tem certeza de quantos centros e núcleos são diretamente ligados às faculdades ou
20 aos institutos. Por exemplo, no Centro de Engenharia Biomédica, todos os membros que são
21 docentes ou pesquisadores estão ligados a uma unidade, principalmente à Feec, e os
22 funcionários são servidores da Unicamp como um todo. Então, na verdade, incluirão uma
23 representatividade que vai ter um *double-dipping*, ou seja, colocarão uma a mais para
24 representar pessoas que já estão sendo representadas dentro das unidades. Precisaria ter uma
25 noção clara de quantos membros que participam da Cocen não estão inseridos nas unidades já
26 representadas dentro do Consu. Isso é importante porque concorda que o inchaço do Consu não
27 é bom, e terão uma representatividade dupla. Outra questão, já comentada, é que os centros e
28 núcleos em uma determinada época foram aparecendo, depois vários deles desapareceram.
29 Agora não se pode mais formar centros e núcleos, ou não há ambiente para isso. Alguns são
30 antigos e possuem poucas pessoas; outros têm membros que já estão sendo representados pelas
31 suas unidades. Portanto, não considera clara a necessidade da representação nesse sentido. O
32 coordenador da Cocen pode participar como membro convidado, assim como o Hospital de
33 Clínicas participa como membro convidado, não há um representante do HC, que é uma área
34 grande e importante em termos não só de produção para a comunidade, mas em termos de
35 número de funcionários da Unicamp. No entanto, o HC não tem uma representatividade
36 específica, com direito a voto. O MAGNÍFICO REITOR observa que a Cocen já é convidada,
37 e o superintendente do HC é membro do Conselho Universitário e tem voz e voto. O
38 Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que apoia a iniciativa de
39 colocar representação tanto dos centros e núcleos, através da Cocen, como dos colégios
40 técnicos. Essa é uma discussão bastante antiga, existem talvez pessoas que estão entrando nessa

1 discussão mais recentemente, mas ela tem uma história longa na Universidade, como alguns
2 conselheiros já mencionaram. Concorda com o professor Marcelo que estão confundindo duas
3 coisas no assunto, uma é a representação desses órgãos no Conselho Universitário, outra é o
4 papel específico desses órgãos. Essa discussão reflete visões de Universidade um tanto
5 diferentes. Uma parcela grande da Universidade sempre valorizou o papel dos núcleos e centros
6 de pesquisa, por enxergar neles a forma de organizar uma ação multidisciplinar. E há núcleos e
7 centros de tamanhos muito variados e de realizações muito importantes, e às vezes até não
8 associadas diretamente ao tamanho. Na área de alimentos, há o Nepa, que foi responsável por
9 avaliações nutricionais de alimentos que têm impacto no Brasil inteiro, como a tabela de
10 composição de alimentos. E há núcleos e centros como o Cepagri e o CPQBA, que possuem
11 uma importância inclusive para a imagem da Unicamp extremamente significativa, e essas
12 pessoas estão alijadas da participação da estrutura decisória da Unicamp. A outra visão é excluir
13 também os colégios técnicos da estrutura universitária; é uma visão de Universidade mais
14 restritiva. Observa que os colégios técnicos têm uma importância grande, sabem inclusive o
15 destaque que eles possuem em certas parcelas da sociedade em Campinas e em Limeira para a
16 imagem da Unicamp, inclusive no Brasil, dado o desempenho sempre muito positivo que esses
17 colégios têm na formação de pessoas. Não lhe parece uma boa justificativa falar que o problema
18 é o tamanho do Conselho Universitário. Sabem das dificuldades de fazer uma reunião grande,
19 mas uma grande Universidade exige uma boa representação, e a Unicamp é isso, é
20 multifacetada, tem várias áreas de atuação, atua em vários campos, e isso tem de estar, de
21 alguma forma, representado no Conselho Universitário. Essa questão deveria ter sido resolvida
22 muito tempo atrás, mas estão sempre patinando em torno da mesma discussão, que é dar pouco
23 valor ao papel desses órgãos na estrutura da Universidade, e deveriam valorizar mais. E
24 valorizar mais, neste momento, é aprovar a participação desses órgãos. A outra questão é que
25 isso vai criar desproporções na estrutura do Conselho Universitário, mas, de alguma forma, isso
26 está contemplado na proposta de criar o GT, onde poderá ser discutido de uma forma madura e
27 mais tranquila, e corrigir essas proporções. Acha que está mais do que no momento de
28 superarem essa polêmica anterior e reconhecer o papel desses órgãos na estrutura da
29 Universidade, dando a eles assento no Conselho Universitário. O Conselheiro JOÃO
30 ERNESTO DE CARVALHO diz que essa reivindicação é bastante antiga, são mais de vinte
31 anos de Cocen, e toda vez que o assunto entra no Conselho Universitário acaba, por algum
32 motivo, saindo de pauta, e tem a impressão de que vai se repetir. Trabalhou no CPQBA, que
33 foi o centro responsável pela criação do curso e da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Foi
34 esse centro que viu que das quatro universidades públicas do estado de São Paulo, incluindo a
35 Unifesp, a Unicamp era a única que não tinha um curso de Farmácia, que é muito importante.
36 Em relação à produtividade, assim como acontece na carreira de docente, existem pesquisadores
37 com elevada produtividade, outros com baixa produtividade; não vê nenhum obstáculo nesse
38 sentido. Há pesquisadores de excelente qualidade, dois do CPBQA, por exemplo, passaram
39 direto no concurso para professor titular na Universidade. Nos diversos centros e núcleos, há
40 pesquisadores de elevada competência, inclusive atuando em cursos de graduação. No

1 momento em que estão agora, quando terão dificuldades enormes para contratação de docentes,
2 esses pesquisadores poderiam participar e colaborar bastante com as atividades de graduação,
3 pois todos eles têm muita competência para isso. São mais de 100 pesquisadores que atuam,
4 exclusivamente, nos centros e núcleos, então quando mencionam tamanho de representação, é
5 esse o número, que é maior do que o de muitas unidades de ensino e pesquisa. Então esse
6 argumento também não se justifica. Por tudo isso, é favorável que votem hoje o assunto, e se
7 propõe, pela experiência que teve como pesquisador, a participar do GT. O Conselheiro
8 ADILTON DORIVAL LEITE diz que como vários conselheiros já apontaram, esse não é um
9 assunto inédito e é um assunto polêmico. Em todas as discussões que aconteceram para fazer
10 revisão da composição do Conselho Universitário, sempre se manifestou favoravelmente à
11 inclusão dos colégios técnicos e dos centros e núcleos. O artigo 56 da LDB no seu parágrafo
12 único cita que, em qualquer caso, os docentes ocuparão 70% dos assentos em cada órgão
13 colegiado. Sobram 30% para as outras representações. O que possuem hoje são nove alunos,
14 sendo cinco da graduação e quatro da pós-graduação, e sete funcionários, dos 75 membros da
15 composição atual do Consu. Acompanhou nas últimas gestões a revisão da discussão dos
16 Estatutos e do Regimento, mas quando fazem a discussão da composição do Conselho
17 Universitário, faz parte do pacote da discussão a revisão da composição dos alunos e dos
18 funcionários. Por exemplo, na última discussão existia uma proposta inicial para mudar a
19 composição dos funcionários de sete para 11, depois ela foi revista e ela mudou de 11 para
20 nove. Hoje possuem sete. Acha que precisam olhar o todo. Ouviram hoje algumas
21 manifestações que não estão muito atualizadas. Continuará apoiando a inclusão da Cocen, do
22 Cotil e Cotuca, mas considera importante um GT para fazer análise do todo. Quando se trata da
23 Cocen, é preciso lembrar que na Cocen existem servidores Paepe, docentes da Carreira MS e
24 pesquisadores da Carreira Pq, e nas eleições para a representação do Conselho Universitário
25 eles votam como Paepe. O último número que encontrou de pesquisadores na Carreira Pq, que
26 tem sempre diminuído, é de 88 pesquisadores, e acha que se na Cocen há docentes e
27 funcionários, esse grupo é de fato representado aqui no Conselho Universitário, mas acha que
28 a Carreira Pq não é. Portanto, é importante que haja o GT para fazer a discussão do todo. O
29 Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO diz que tem concordância com as manifestações
30 dos conselheiros João Raimundo, Antonio Meirelles e Adilton, no sentido de que precisam
31 separar e ao mesmo tempo pensar um planejamento para fazer essa discussão. Acha que um GT
32 seria muito interessante porque vivem na Universidade, dentro dos seus próprios espaços, nos
33 conselhos, uma questão da distorção de representatividade. Não é contrário a incluir os colégios,
34 mas há um debate ainda a ser vencido, que é a questão do mérito. A distorção da
35 representatividade discente, assim como a de funcionários, além da distorção de gênero, a
36 distorção étnico-racial. Desejam avançar e não podem ficar engessados por uma legislação
37 nacional que contém uma distorção em relação à representatividade nos espaços e fóruns
38 institucionais. Esse debate é relevante e deve ser feito com seriedade com toda a comunidade
39 universitária. Acredita que precisa haver uma reforma nesse sentido não só no Consu, mas nas
40 câmaras e também nas unidades, para trazer a expressão da sociedade para a Universidade. O

1 MAGNÍFICO REITOR passa a palavra ao diretor do Cotil. O Professor JOSÉ ROBERTO
2 RIBEIRO diz que poderiam debater por horas sobre a importância de os colégios comporem o
3 Conselho Universitário, mas esse debate vem ocorrendo já de longa data, e devido ao tempo,
4 chamará a atenção para alguns aspectos apenas. Como já foi dito, o Cotil e o Cotuca foram duas
5 das cinco unidades que compuseram a criação da Unicamp. Instalado em 1967, eles têm
6 desempenhado importante papel dentro do seu segmento educacional, e apesar de não estar em
7 discussão, é importante reconhecer o papel desses dois colégios, que não só cumprem com
8 muita competência uma das etapas da formação do ser humano, mas cumpre com qualidade,
9 pois muitos dos nossos alunos ingressantes, dos diversos cursos oferecidos pela Unicamp, são
10 oriundos desses colégios. Ao aprovar a participação dos colégios no Conselho Universitário,
11 não estariam apenas atendendo a uma demanda antiga dos colégios, mas tornando o Consu
12 ainda mais plural e representativo por permitir que todos os segmentos participem das decisões
13 que afetam a todos. Nos últimos anos, decisões do Consu têm atingido a todos, inclusive os
14 colégios, sem que esses tivessem oportunidade de participar dos debates e serem
15 corresponsáveis pelas decisões. Isso pode se repetir, caso a proposta não seja aprovada e, por
16 consequência, não poder participar do GT que será criado com membros deste Conselho para
17 discutir sua composição. Para se ter alguns outros exemplos, medidas tomadas pelo Consu
18 recentemente afetaram diretamente os professores, funcionários, sem que os colégios fossem
19 partícipes dessas decisões. Alterações da carreira MST, desindexando 1% da folha destinado à
20 progressão da carreira é um exemplo; medidas de contingenciamento; alterações no Regimento
21 Geral e nos Estatutos da Universidade. Além disso, por força de decisão do Conselho Estadual
22 de Educação, desde 2017 a Universidade é responsável pelo acompanhamento dos colégios no
23 cumprimento da legislação, o que exige que se dê voz aos responsáveis pelo ensino técnico
24 dentro da Universidade, o que só é legítimo se forem membros desses colegiados. Vale
25 ressaltar, assim como a professora Vanessa comentou, que a não participação dos colégios no
26 Consu, indicando a necessidade de se rever essa posição, foi destacada pela comissão de
27 avaliação externa da Universidade. Ainda em 2017, o Consu aprovou a mais profunda e
28 moderna proposta de cotas para ingresso na Unicamp, e fruto desse programa é ser reconhecida
29 como a Universidade mais plural e diversificada do Brasil. Na Unicamp, a sociedade brasileira
30 está representada. Está claro para ele que ser contrário à inclusão dos diretores dos colégios no
31 Consu, ou mesmo a coordenadoria da Cocen, justificando que a sala do Conselho não comporta
32 novos membros, ou mesmo que o colegiado está ficando numeroso, não lhe parece razoável,
33 uma vez que o crescimento da Universidade é inevitável, o que demandará não só a ampliação
34 dos seus membros, como novos e maiores espaços. Portanto, ser contrário lhe parece ser uma
35 resistência em aceitar a participação tanto dos colégios quanto da Cocen no Conselho
36 Universitário. Em nome de toda a comunidade de 180 professores, 70 funcionários e cerca de
37 4 mil alunos dos colégios, solicita o apoio de cada um dos conselheiros aqui presentes,
38 aprovando a proposta de assento aos diretores dos colégios técnicos da Unicamp, assim como
39 da coordenadoria da Cocen, tornando este Conselho igualmente plural e representativo, como
40 a própria Universidade. O Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI solicita que a votação seja

1 feita de forma separada, colégios e Cocen, e que seja voto nominal. O MAGNÍFICO REITOR
2 responde que voto nominal fica complicado porque já estão com uma pauta imensa, e o Zoom
3 dá a possibilidade de verificar voto nominal. Mas fará o encaminhamento solicitado da votação
4 separada da representação dos colégios e da representação dos centros e núcleos. Observa que
5 há um parecer da Procuradoria Geral, às folhas 28 do documento, que coloca que: “Há apenas
6 a necessidade de se observar o previsto no parágrafo único do artigo 56 da LDB, que em
7 qualquer caso os docentes ocuparão 70% dos assentos em cada órgão colegiado e comissão,
8 inclusive dos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como
9 da escolha de dirigentes”. E que: “No caso das duas propostas, caso aprovadas conjunta ou
10 isoladamente, tal dispositivo legal estaria atendido, não havendo qualquer óbice jurídico a
11 apontar”. Então, do ponto de vista da observância da lei, seguem tendo a representação do
12 Conselho Universitário adequada, ou seja, podem continuar fazendo as reuniões. Mas,
13 naturalmente já está previsto na própria proposta a criação de um grupo de trabalho para realizar
14 esse estudo de uma maneira mais ampla, conforme aqui também já foi discutido por diversos
15 conselheiros. Na visão da Administração, estão sub-representados nos órgãos decisórios mais
16 importantes da Universidade. Por exemplo, na Cocen existe a CAI, que é uma câmara especial
17 destinada a essa discussão, mas geralmente os processos que são discutidos acabam na CAI,
18 não chegam muitas vezes no Conselho Universitário. No caso dos centros e núcleos, criaram
19 agora a diretoria executiva; no caso dos colégios, criaram a Diretoria Executiva de Ensino Pré-
20 Universitário, recolocaram a Cemt para funcionar, que é a Comissão dos Colégios Médios e
21 Técnicos, mas também falta instância superior de decisão, como foi comentado pelos
22 professores Vanessa e José Roberto. Essa possibilidade de ampliação da representação traria
23 mais equilíbrio às discussões. Como sugerido, submete à votação separadamente o item 1-A, a
24 inclusão dos diretores dos colégios técnicos, que é aprovada com 58 votos favoráveis, 08
25 contrários e 06 abstenções. Em seguida, submete à votação o item 1-A, inclusão do coordenador
26 da Cocen, que é rejeitada com 42 votos favoráveis, 09 contrários e 22 abstenções. Precisariam
27 de 50 votos para garantir a mudança estatutária. Em seguida, submete à votação o item 1-B,
28 que é aprovado com 56 votos favoráveis, 02 contrários e 10 abstenções. Em seguida, submete
29 à votação o item 1-C, que é aprovado com 54 votos favoráveis, 02 contrários e 12 abstenções.
30 Em seguida, passa à discussão do item 07 – Proc. nº 12-P-10860/2018 –, que trata de proposta
31 de Deliberação Consu que dispõe sobre a política de ingresso no Exame de Seleção dos
32 Colégios Técnicos da Unicamp, adaptando o ingresso à adoção de cotas étnico-raciais e sociais
33 a partir de 2021, e dá outras providências. Está invertendo a ordem da pauta por terem alguns
34 convidados externos. Pergunta se a professora Teresa Rosa está presente e se ela pode introduzir
35 o assunto. A Professora TERESA CELINA MELONI ROSA diz que se trata de uma proposta
36 de inclusão de exames de seleção para ingresso nos colégios técnicos que incluem as cotas
37 étnico-raciais. Passa a palavra ao professor André Pasti, que pode esclarecer melhor como vai
38 ser feita essa proposta, que solicita que todos acolham, pois será muito importante para a
39 Unicamp. O Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI diz que essa proposta vem sendo
40 amadurecida há dois anos. Para a comunidade dos colégios é um dia histórico, assim como para

1 os movimentos coletivos da Unicamp, que ajudaram a construir essa proposta desde o início, e
2 que vão depois se manifestar, estão convidados aqui. Acha que é um passo fundamental, e como
3 proposta de cotas da Unicamp é bastante efetiva, já com muitas simulações e amadurecida para
4 garantir a inclusão. Para agilizar a conversa aqui, produziu alguns vídeos explicativos que
5 tentou enviar a todos os conselheiros cujo contato conseguiu na página do Conselho, que ainda
6 não tinham visto a apresentação, e espera que tenha ajudado a elucidar um pouco do debate que
7 foi feito. Foi uma construção coletiva que começou depois que o Conselho Universitário
8 aprovou o princípio de cotas para a Unicamp. A discussão se iniciou no Cotuca com uma
9 comissão étnico-racial, com base em fundamentos como a necessidade de adaptar as políticas
10 afirmativas que o Cotuca já possuía, e o Cotil ainda não, a essa deliberação Consu sobre as
11 cotas. O objetivo é conseguir atrair um público mais próximo da missão que os colégios
12 pretendem cumprir, porque houve uma repercussão da adoção de políticas afirmativas de cotas,
13 sobretudo para a escola pública nas universidades, inclusive na Unicamp, que trouxe também
14 uma pressão maior de uma demanda de alunos de escolas particulares pelos colégios técnicos,
15 então houve uma mudança no perfil. Isso está explicitado na proposta, e buscam equilibrar
16 melhor essa representação melhor da sociedade, que é o princípio aprovado pelo Conselho
17 Universitário, em todos os cursos. Já possuem um público nos colégios que é bastante próximo
18 à realidade da sociedade do estado de São Paulo, mas que está distribuído de forma bastante
19 desigual entre os cursos, especificamente nos cursos do ensino médio concomitante, em que o
20 ensino médio é cursado junto com ensino técnico, que são os cursos mais concorridos e que
21 serão os mais afetados por essa política de democratização do acesso. A proposta foi aprovada
22 no Cotuca há mais de dois anos, depois seguiu para o debate no Cotil, e está baseada em dois
23 dados fundamentais: o número de alunos do ensino fundamental 2 de escola pública do estado
24 de São Paulo, da região metropolitana de Campinas e da região de Limeira, que é em torno de
25 78% e 80,5%, dependendo da região, e o número que a Unicamp já utiliza como referência para
26 os pretos, pardos e indígenas do estado de São Paulo, que é 37,2%. Ela saiu do Cotuca já dessa
27 forma, avançou no Cotil, foi aprovada na congregação do Cotuca, no conselho diretor do Cotil,
28 depois foi para a Comissão de Ensino Médio e Técnico e foi discutida com a Comissão
29 Assessora de Diversidade Étnico-Racial. Tiveram papel fundamental a Frente Pró-Cotas, os
30 coletivos negros do Cotuca, os coletivos negros todos da Unicamp que aprimoraram essa
31 proposta, que foi realizada com base em escuta e diálogo com essas organizações que trabalham
32 muito bem essa discussão na Unicamp. Depois de todas as instâncias institucionais, a proposta
33 foi sendo apresentada, debatida, foram colhendo melhorias e avanços, e ela chega bastante
34 amadurecida, com contribuições também de algumas pró-reitorias. Ainda que atrasada no
35 sentido de que 2012 já havia uma lei de cotas, estão com uma urgência de avançar nessa
36 proposta, que chega bastante ousada, no sentido positivo, assim como faz a própria Unicamp
37 com todas as suas políticas de inclusão. Outro aspecto positivo da proposta é que ela não cria
38 portas de entrada exclusivas para os alunos que estão prestando, ela constrói uma dinâmica de
39 convocação que permite que o aluno se inscreva no vestibulinho, e as vagas vão sendo
40 distribuídas por grupos, de acordo com os marcadores dos alunos em relação a serem pretos,

1 pardos ou indígenas, serem de escola pública, distribuindo primeiro, depois de uma
2 classificação geral dos alunos que vão ser considerados: quatro alunos vão ter suas redações
3 corrigidas para cada vaga, então em um curso de 40 vagas, vão ser 160 redações corrigidas.
4 Marcam esses alunos por declaração étnico-racial, PPI e por escola de origem, para os alunos
5 de escola pública. E primeiro convocam os melhores classificados da lista, 35% deles que são
6 pretos, pardos e indígenas, de escolas públicas. Caso não haja, seriam preenchidos com PPIs
7 também de escola particular, mas pelas simulações que fizeram, na maioria dos casos vão
8 chegar a 35% de PPIs de escola pública. E em seguida preenchem mais 35% das vagas, voltando
9 para o início da lista, os próximos classificados não convocados de escolas públicas. Por fim,
10 os 30% finais são da ampla concorrência. Espera o apoio de todos para a aprovação da proposta.
11 O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER solicita a palavra para
12 a senhora Ingrid Silva, uma das convidadas. A senhora INGRYD LO TIERZO SILVA diz que
13 faz parte do Coletivo Conexão Preta, está como convidada hoje para defender a política de cotas
14 que foi tão esperada para ser votada. Salienta a urgência da implementação da política de cotas
15 com uma ação afirmativa dentro dos colégios técnicos da Unicamp. É uma proposta que já vem
16 sendo estudada há muito tempo; como disse o professor André, essa construção vem sendo feita
17 já há dois anos. Mostrará breves dados sobre a importância da implementação dessa política.
18 Em 2018, cerca de 70% dos alunos matriculados no ensino médio e cursos técnicos no Cotil
19 eram oriundos de escolas particulares. No Cotuca, eles totalizavam um número ainda maior,
20 sendo 83,2% de matriculados. Desses, somente 7,9% declaram ser pretos, pardos ou indígenas.
21 Isso deixa nítida a necessidade das políticas públicas que visam equiparar a concorrência para
22 os alunos menos favorecidos e excluídos socialmente e racialmente. É possível observar um
23 comportamento de autoexclusão desses estudantes, e um exemplo no Cotil é que na ampla
24 concorrência para um dos cursos mais concorridos, o comportamento dos alunos de 2014 para
25 2018 teve uma grande retração no que diz respeito aos alunos da rede pública, enquanto a
26 inscrição de alunos da rede privada teve um aumento de 10%. A porcentagem de alunos
27 matriculados em escolas públicas no ensino fundamental no estado de São Paulo é de 79%, e
28 na rede particular totaliza por volta de 20%. Como o professor André já explicou, a proposta é
29 que 35% do grupo de PPI seja preferencialmente de escolas públicas, sejam contemplados a
30 partir da política de cotas, 35% de escolas públicas e 30% da ampla concorrência. O
31 Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO solicita a palavra para a senhora
32 Karen, funcionária do Cotuca. A senhora KAREN LEANDRO DA SILVA diz que vivem em
33 um mundo onde os pretos e pretas são julgados pelo olhar, onde suas vidas são ceifadas como
34 se não valessem nada. Veem crianças pretas receberem ataques racistas por perfis falsos, as
35 pessoas se aproveitam disso e expõem doses colossais de preconceitos. Vivem em um país
36 historicamente escravocrata, em que os pretos foram marginalizados, lançados à miséria, um
37 país onde as crianças pretas são mortas dentro de casa com balas disparadas por agentes do
38 Estado. Em uma conjuntura de tantos ataques a tudo o que defendem, de ascensão e
39 naturalização do genocídio preto, do racismo escancarado, fascismo, autoritarismo, acha que
40 um programa de democratização de acesso à educação de qualidade, por meio das cotas étnico-

1 raciais e as cotas sociais no ensino básico, é um reparo histórico. A aprovação dessa proposta
2 sinaliza uma chance de aumento da diversidade na educação pública de excelência, para que
3 em um futuro um pouco mais próximo possam se ver representados em todos os lugares, não
4 só nas estatísticas de índice carcerário, evasão escolar e nos índices de morte na periferia. Não
5 lhes falta competência, mas igualdade de oportunidades. A Unicamp inseriu a política de cotas
6 no seu vestibular, e os colégios são parte desse universo, portanto é de extrema importância que
7 também façam parte de uma etapa tão relevante para o desenvolvimento da sociedade. As cotas
8 étnico-raciais não são um privilégio, elas são um passo para a equidade racial e social. Espera
9 que sejam aprovadas no dia de hoje, que vai ser histórico para o Cotuca. A Conselheira ANNA
10 CHRISTINA BENTES DA SILVA solicita a palavra ao senhor Pedro Monteiro, que é aluno
11 do Cotuca e integrante do coletivo Negros do Cotuca. O senhor PEDRO MONTEIRO DA
12 ROCHA RAMOS diz que é estudante do Colégio Técnico de Campinas e representa o coletivo
13 negro deste colégio. Ressalta o quanto é importante e histórico este momento, quando a
14 Unicamp tem a oportunidade de decidir, mais uma vez, sobre ampliação da diversidade étnico-
15 racial e social em seus espaços de ensino, desta vez se tratando de ensino médio e técnico
16 ofertado pelo Cotil e pelo Cotuca. Enxergam a aprovação da proposta como um compromisso
17 que a Universidade assume com a democratização do acesso de ensino público de qualidade e
18 uma contribuição no combate às profundas desigualdades existentes, sobretudo as étnico-raciais
19 e sociais no país. Com cada vez mais alunos negros, pobres, periféricos e oriundos de escolas
20 públicas nos colégios técnicos da Unicamp, existe a possibilidade de esses alunos egressos
21 transformarem sua realidade social, com o ingresso mais qualificado no mercado de trabalho e
22 uma maior perspectiva de continuidade nos estudos, seguindo para os cursos de ensino superior.
23 É importante ressaltar que o processo de elaboração, amadurecimento e finalização da proposta
24 que será votada ocorre há mais de dois anos, e que foi construída coletivamente entre
25 professores, alunos e funcionários nos colégios, votada em seus órgãos colegiados, consultados
26 os coletivos e movimentos que, historicamente, pautam essas ações afirmativas na
27 Universidade. Passou por todos os trâmites estabelecidos dentro da Unicamp, de tal forma que
28 esperam que a reunião de hoje deste Conselho represente mais um passo para a implementação
29 das cotas ainda nos processos seletivos de 2021, que serão elaborados neste ano. A comissão
30 de assuntos étnico-raciais, tanto do Cotil quanto do Cotuca, também fez estudos e se antecipa
31 aos principais impactos que uma ação afirmativa tão necessária e importante aos colégios
32 representa e exige, como a permanência estudantil, a prevenção às fraudes, os impactos no
33 vestibulinho, entre outros. Portanto, solicitam aos conselheiros e conselheiras que votem a favor
34 dessa importante ação afirmativa, que contribuirá para a justiça social e minimização de
35 desigualdades historicamente herdadas. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que
36 a política de cotas étnico-raciais para pretos, pardos e indígenas implantada na Unicamp é digna
37 de aplausos. É absolutamente essencial dar oportunidade de acesso à Universidade, seus cursos,
38 aos colégios, a todos os jovens brasileiros. É o mínimo que podem fazer para minorar as
39 dificuldades enfrentadas por um grande número de crianças e adolescentes do país. O sistema
40 de pontos definido pelo Paais, outra medida adotada pela Unicamp, teve impacto positivo nesse

1 mesmo sentido. Entretanto, no que diz respeito ao vestibular de 2020, para um total de 2.762
2 alunos matriculados, 1.026 participaram do Paaís, e dentre eles, 305 pertenciam a famílias com
3 renda mensal familiar superior a cinco salários mínimos. Volta a dizer que todo o esforço de
4 inclusão social deve priorizar os mais pobres; não podem, a seu juízo, conviver com o fato de
5 que 30 alunos aprovados no vestibular de 2020, oriundos de famílias com renda mensal familiar
6 acima de 15 salários mínimos, tenham sido beneficiados pelo Paaís, claro, com vagas que foram
7 não obtidas pelos mais pobres. Por esse motivo propõe, e espera contar com a concordância de
8 todos, em particular daqueles que tanto trabalharam para essa proposta, que o parágrafo 5º do
9 artigo 3º tenha a seguinte redação, e faz esta proposta formalmente à Mesa: “O preenchimento
10 das vagas reservadas para os grupos 1, PPI, e 2, EPu, será feito primeiramente com os
11 candidatos que se enquadram nos respectivos grupos e sejam oriundos de famílias com renda
12 mensal familiar de até cinco salários mínimos e, em seguida, com os demais candidatos desses
13 grupos. Nos casos de as vagas não serem preenchidas, serão convocados os candidatos PPI e/ou
14 EPu classificados na lista de ampla concorrência”. Como podem notar, tenta dar prioridade
15 para os mais pobres. O Conselheiro AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA diz que apoia a
16 proposta, que considera muito importante, e acha que precisam olhar de uma maneira bem
17 especial para esses alunos. Faz um apelo de uma ajuda maior e mais ostensiva da Universidade,
18 fornecendo a esses alunos a possibilidade de se manter na escola, de obter apoio psicológico,
19 pedagógico, financeiro. Também solicita que os professores sejam amparados, tenham todo o
20 suporte da Universidade. Por se tratar de algo importante e relativamente novo, tanto para o
21 Cotil quanto para o Cotuca, solicita que a Universidade ampare também os professores, para
22 que consigam receber esses alunos e dar a formação que eles procuram dentro da escola. Espera
23 que seja aprovada, mas fica o apelo para que os dois colégios sejam bastante ajudados no
24 desenvolvimento desse processo. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR saúda
25 todas as estudantes e os estudantes que brigaram pelas cotas nos colégios técnicos, os
26 movimentos negros, os coletivos, que são muito importantes, e também as companheiras e os
27 companheiros que lutaram pelas cotas na Unicamp em 2016, que foi uma conquista muito
28 importante. Não podem nunca se esquecer que lamentavelmente vários estudantes sofreram
29 perseguições institucionais depois de todo processo pelas cotas em 2016, incluindo uma
30 ocupação, não uma invasão, da Reitoria, que é uma tática legítima, então corrige esse termo
31 utilizado pela professora Rachel. Esses estudantes que sofreram as perseguições eram negros,
32 isso é muito importante de ser explicitado. As cotas nos colégios técnicos são muito importantes
33 para a democratização do ensino. Lutam pelo ensino público, gratuito, de qualidade e
34 socialmente referenciado em todos os níveis de ensino. Portanto, apoia totalmente as cotas nos
35 colégios técnicos. A APG também vai continuar incentivando que as pós-graduações da
36 Unicamp tenham as cotas em seus programas, então saúda também o Instituto de Artes, que
37 começará, no próximo edital de Artes da Cena, a ter as cotas. Um dia chegarão também às cotas
38 no processo seletivo para docentes; assim esperam e vão continuar lutando por isso. Como ex-
39 aluna do Cotuca, é uma honra muito grande para ela estar aqui neste dia histórico podendo votar
40 pela implementação das cotas nos colégios. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz

1 que leu com bastante atenção o relatório que a comissão étnico-racial do Cotuca fez em 2017,
2 relatório que foi aprovado na congregação em 2018. Para fazer a implementação das cotas, é
3 necessária a aprovação aqui no Conselho Universitário. Sua opinião é sempre que as
4 desigualdades que foram historicamente constituídas configuram barreira ao ingresso. Não sabe
5 se todos enxergam que o Brasil é um país desigual, e que a Covid-19, por exemplo, mostra que
6 o Brasil é um país drasticamente desigual, de modo que acredita que essa proposta traz avanços
7 significativos às formas de ingresso nos colégios técnicos. O Conselheiro ROBSON BOMFIM
8 SAMPAIO saúda toda a comunidade do Cotuca e do Cotil, por este momento histórico que
9 estão vivenciando agora no Consu. Reforçando a fala da conselheira Patrícia, sobre a questão
10 da estratégia e a tática, observa que sempre volta esse discurso sobre a invasão. Foi uma
11 ocupação por uma conquista muito importante, que são as cotas na graduação. Retornando à
12 questão deste momento, observa que é fundamental essa conquista da comunidade do Cotuca e
13 do Cotil, para que haja uma reparação histórica às populações que construíram o país e estão
14 sendo hoje exterminadas por políticas de Estado, dentro de uma política racista estrutural. Boa
15 parte dessa juventude não tem perspectiva de um mundo melhor a partir de uma educação de
16 qualidade, de acesso ao ensino superior. Portanto, é muito pertinente a proposta, fundamental
17 para diversificar, para reparar, para avançar em uma Universidade pública de qualidade,
18 referenciada, que tenha todas e todos, das mais diversas comunidades, especificamente neste
19 momento histórico, estudantes negros e negras nos colégios representando a diversidade do
20 Brasil. Parabeniza as comunidades desses colégios, movimento negro e os professores, por este
21 importante momento que estão vivenciando. As cotas devem ser aprovadas já, para enegrecer
22 o Cotuca e o Cotil. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE ALMEIDA diz que é importante a
23 lembrança de que faz três anos que votaram neste Conselho o princípio das cotas, que foi uma
24 vitória muito importante para a Universidade. Agradece à conselheira Patrícia por lembrar a
25 importância que teve esse movimento na Unicamp. Infelizmente, foi um dos estudantes que
26 sofreu processo administrativo em razão da greve de 2016, assim como outros colegas,
27 principalmente negros e LGBTs. Saúda os estudantes do Cotuca e do Cotil, pelo trabalho e pela
28 luta, por esta conquista que vai ser tão importante para os colégios técnicos da Unicamp. Saúda
29 também a fala da senhora Karen, que trouxe elementos muito importantes para a discussão,
30 principalmente pelo fato de ela acontecer em um momento tão crítico, não só no Brasil, mas
31 também nos Estados Unidos. Hoje estão vendo levantes contra o racismo institucional, contra
32 o racismo estrutural por conta do brutal assassinato de George Floyd pela polícia, que é um
33 problema que se repete muitas vezes nos Estados Unidos, mas também aqui no Brasil. Não por
34 acaso, na semana passada houve dois casos bastante graves, dos jovens João Pedro e o João
35 Victor, mortos pela polícia, que segue matando crianças dentro de suas casas; João Pedro, João
36 Victor, Ágata, tantas crianças que são mortas pela violência policial no país. É um avanço
37 fundamental para os colégios técnicos da Unicamp ter a política de cotas étnico-raciais. Sabem
38 como o vestibular é um filtro social muito importante que barra ainda a juventude negra e pobre
39 da entrada na Universidade, e uma quantia de cotas pode reverter isso. Não por acaso,
40 identificam nos colégios técnicos um nível importante de elitização, de pouca presença de

1 negros, o que certamente tem relação com o caráter excludente que um processo seletivo como
2 o vestibulinho possui. Então, é uma política essencial, principalmente pensando na qualidade
3 de ensino que têm os colégios técnicos da Unicamp, que inclusive podem ser um ponto de apoio
4 importante para que esses estudantes consigam ter acesso ao ensino superior público, gratuito,
5 de qualidade. Recorda-se que o professor Geromel colocou uma situação semelhante à época
6 da discussão do princípio das cotas na Unicamp, sobre a renda hierarquizada. Acha complicada
7 essa questão em um país como o Brasil, no qual o racismo estrutura as relações sociais em um
8 nível de profundidade no qual a própria renda acaba sendo determinada, em grande medida,
9 pela localização social dessas pessoas negras, onde houve 350 anos de escravidão negra, em
10 que ainda hoje identificam a continuidade de um processo de genocídio da juventude negra nas
11 periferias negras brasileiras. Portanto, acha que não há a menor condição de hierarquizar os
12 princípios dessa forma. É importante a prevalência do princípio da raça em um processo de
13 cotas étnico-raciais. Outro tema importante é o vestibular indígena, que ainda não foi
14 implementado em todas as unidades na graduação. Acha que precisam ficar atentos e garantir
15 a implementação do vestibular indígena nas unidades que ainda não o implementaram. E, mais
16 do que nunca, é importante defender com muito afinco essa proposta, que vai ser muito
17 determinante para avançar na democratização do acesso aos colégios técnicos. O Conselheiro
18 MATHEUS ALVES ALBINO diz que o papel da Universidade é construir um espaço que
19 permita que os trabalhadores sejam parte dela. Por isso a proposta de implementação das cotas
20 étnico-raciais e sociais nos colégios técnicos da Unicamp é um passo muito importante para a
21 democratização do acesso ao ensino público de qualidade. E quem reprimiu os estudantes em
22 2016 provavelmente se beneficiará na mídia hoje com esta aprovação, que veio com muita luta.
23 Hoje é o dia de votar um projeto de Universidade para todas e todos, democrática, diversa,
24 socialmente referenciada, mas, principalmente, gratuita. Parabeniza a comunidade do Cotuca e
25 do Cotil pela proposta robusta e madura, que ouviu amplos setores da sociedade. Esse é um
26 exemplo bom de exercício de democracia universitária, discutida amplamente inclusive com a
27 participação dos convidados. Quando não são só os dirigentes que falam, existe um bom indício
28 de que a proposta foi debatida com cuidado. Infelizmente, verão mais tarde uma pauta que é
29 um péssimo exemplo de construção e que, a seu juízo, fere alguns princípios da educação
30 pública brasileira, mas que bom que podem mudar isso. Saúda todas e todos estudantes e futuros
31 estudantes do Cotuca e do Cotil. A Conselheira ADRIANA NUNES FERREIRA solicita a
32 palavra para o professor Murilo Tabosa, do Cotil, e membro da comissão que debateu a proposta
33 no Cotil. O Professor MURILO FRANÇA TABOSA diz que o professor Pasti já fez uma
34 introdução muito completa de todo o processo nos colégios. No Cotil, diferente do Cotuca,
35 nunca discutiram ações afirmativas e de inclusão social. Somente em 2018, com a mudança da
36 direção, é que foi possível discutir esse assunto e outros mais. Tomando 2005 como um marco
37 inicial de discussões sobre ações afirmativas na Universidade, o Cotil em nenhum momento
38 pautou sequer a implementação do Paais em seu exame de seleção, como fez o Cotuca. Em
39 2018, uma nova direção, observando a urgência desse assunto, a posição dos colégios na
40 Universidade, a realidade do Cotil e princípios de justiça social, de democratização de acesso e

1 a existência de fortes desigualdades determinadas pela origem social e étnico-racial, criou um
2 grupo de trabalho, instituído pela professora Rosmari Ribeiro, que foi presidente desse grupo,
3 professor André Albino, professora Camila Fraioli, professora Daniele Zuza e ele, para fazer
4 este trabalho inicial. Começaram o trabalho analisando a proposta do Cotuca, e a partir da coleta
5 de dados relativos aos alunos de ensino fundamental de Limeira e de principais regiões a que
6 os alunos pertencem. Realizaram diversas simulações com os dados que possuíam referentes a
7 candidatos matriculados no Cotil e fizeram uma proposta bastante semelhante à do Cotuca.
8 Apresentaram essa proposta aos demais professores, aos alunos e à congregação, onde foi
9 aprovada por maioria de votos. É muito importante dizer que a partir desse trabalho, as ações
10 pedagógicas e administrativas do Cotil têm se voltado para essa possível realidade. Nos eventos
11 que são criados sempre existe uma preocupação em se prepararem para essa diversidade que
12 terão com uma possível aprovação do projeto. A reestruturação curricular também foi feita
13 pensando nessa possibilidade. E mesmo sem ainda a aprovação do Consu, já existe uma
14 preocupação imensa com os futuros alunos, em sua permanência e o pertencimento ao colégio.
15 Acredita que com a implementação, podem passar mais uma vez uma mensagem muito
16 importante para a sociedade, uma mensagem de reparação de discriminações estruturais e até
17 assumir responsabilidade pela transformação da sociedade. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO
18 MENDONÇA DE SOUZA ressalta que esta proposta é uma sinalização importante, e precisam
19 olhar também para o momento que estão vivendo, de uma ofensiva forte sobre todas as
20 conquistas que tiveram, de ataques para que retrocedam. É favorável à proposta de cotas nos
21 colégios, que constitui um desfecho importante de várias lutas em defesa das cotas, que no
22 Brasil começou a se consolidar em 2004, assim como na Unicamp, no mesmo ano, e que teve
23 um ápice importante na greve de 2016, que gerou uma proposta e uma aprovação objetiva de
24 cotas na Universidade, feita com bastante discussão. Considera uma vitória importante estender
25 essa política para os colégios. Reforça a questão já manifestada aqui de que é muito importante,
26 junto com a política de cotas, construir uma política de permanência e de acolhimento, assim
27 como existe na graduação, porque esses alunos, crianças ou adolescentes negros, de escolas
28 públicas, de periferia, que vêm de uma outra realidade, entrarão em uma escola, de alguma
29 forma, mais elitizada, pela sua própria característica. Viveu uma experiência no Cotuca e o
30 acolhimento lá foi bastante razoável, mas é preciso intensificar as políticas de permanência e
31 acolhimento junto com a política de cotas. Em relação ao que o professor Geromel levanta, acha
32 que não podem discutir essa questão de considerar a questão econômica, e a fala do conselheiro
33 Lucas sobre a questão racial foi bastante emblemática do ponto de vista do que tem de
34 prevalecer em uma política de cotas. A Conselheira ESTER DE PAULA MORAES diz que
35 este debate histórico que estão fazendo hoje, sobre a implementação das cotas nos colégios da
36 Unicamp, deixa muito feliz o corpo dos estudantes. Especialmente no momento em que veem
37 uma ascensão do fascismo, e que o debate sobre o racismo e o genocídio da população negra
38 está tão em alta nos últimos dias, devido aos assassinatos que já acontecem há muitos anos, mas
39 que têm sido mais evidenciados pela mídia. Ingressou na Unicamp pela política de cotas, hoje
40 está dirigindo o DCE, e fica muito feliz em ver os seus companheiros, o povo negro tendo essa

1 oportunidade, com a Unicamp se prontificando a popularizar a Universidade, tornando-a
2 efetivamente pública, para o povo. É uma política afirmativa muito acertada e, fazendo coro à
3 fala do conselheiro João Raimundo, acredita também que precisam rever as políticas de
4 permanência dos estudantes, porque além de eles entrarem no colégio, é importante que eles se
5 formem. Da mesma forma, os estudantes da graduação também passam por muita dificuldade
6 depois que entram na Universidade, mas espera que esses estudantes dos colégios possam
7 ocupar os grêmios e um dia possam ocupar as universidades, não só a Unicamp, como outras
8 universidades do país, e que eles possam também se tornar grandes dirigentes do movimento
9 estudantil. Espera que a Universidade se pinte cada vez mais, que ela possa ser cada vez mais
10 popular. Certamente é favorável à política de cotas, e como uma menina negra, que é a primeira
11 da família a ingressar no ensino superior pela política de cotas, lembra que seus camaradas do
12 movimento estudantil lutaram antes de ela entrar, ano passado, e que essa luta não é de hoje e
13 vai continuar, pela inclusão do povo e pela permanência. Parabeniza o movimento feito pelos
14 alunos do Cotuca e do Cotil, e destaca que hoje é um dia de grande vitória. O Conselheiro
15 **JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU** parabeniza todas e todos que desde 2016 lutaram,
16 e alguns inclusive deram suas graduações por perseguições que aconteceram não somente pela
17 Reitoria, mas também em suas unidades, onde professores perseguiram profundamente,
18 culminando com a expulsão de alunos da Universidade, inclusive alguns com CR 1, por não
19 terem mais sustentação nos seus cursos. Foram mais de 60 estudantes processados à época,
20 mais de 30 processos abertos, todos acontecidos com enormes irregularidades denunciadas e
21 protocoladas perante a Reitoria. Todas essas irregularidades passaram impunes, porém os
22 processos andaram. Hoje veem que houve toda essa perseguição aos estudantes por uma luta
23 tão justa quanto a luta de equidade racial. Perante a proposta do professor Geromel, observa
24 que o debate racial na sociedade, como já dizia Florestan Fernandes, é indissociável da questão
25 de classe; a questão de raça se sobrepõe como uma questão estrutural e não pode ser vista de
26 forma subordinada. Cabe às políticas étnico-raciais deliberarem sobre ela. Também podem
27 lembrar autores como Lélia Gonzalez, entre tantos outros, para ter a certeza de que a política
28 étnico-racial na Universidade é de extrema urgência perante as injustiças que se carregam não
29 apenas da escravatura, mas na forma como constituíram a democracia. Não é por acaso que em
30 um universo de mais de 1.500 professores, há menos de uma dezena de professores negros. Isso
31 exige uma mudança que vai desde as bases dos colégios técnicos, às graduações e às pós-
32 graduações. As cotas são instrumentos importantes de mudança, seja para grupos minoritários,
33 seja para grupos majoritários. A questão é fazer uma Universidade popular sem cair no mito da
34 democracia racial, sem cair no mito de que são um povo único, quando segregam a maioria
35 desse povo a uma condição de extrema exploração. Saúda todos os que foram processados,
36 todos que lutaram, inclusive entre os professores; as Reitorias que tiveram de encarar esse
37 debate e o fizeram com firmeza, e todos e todas os membros da comunidade externa e futuros
38 estudantes que estão aqui hoje assistindo a este momento com a necessidade urgente de fazer
39 não só reparação, mas fazer o futuro desta Universidade e deste país. Os próximos profissionais
40 mudarão o cenário de desigualdade social e evitarão que entrem, como já deveriam há muito

1 tempo, em confronto, como acontece nos Estados Unidos diante do assassinato da população
2 negra, do seu empobrecimento, e da fome, e de todas as carências que esse povo passa pela
3 negligência do povo branco perante os seus privilégios. Possuem aqui uma proposta muito
4 contundente, muito bem debatida e uma das mais evoluídas que o Brasil já teve de cotas, mesmo
5 estando tão atrasados depois da decisão do STF. O Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ DE
6 ALMEIDA MEIRELLES parabeniza a Reitoria, as direções do Cotuca e do Cotil, a
7 comunidade desses colégios, professores e alunos por esta iniciativa, que coroa o processo das
8 cotas. Acompanhou isso desde a Reitoria anterior, e que teve o seu momento alto na Reitoria
9 atual. Essa foi uma grande mudança que a Unicamp fez recentemente, passando por duas
10 Administrações, começando pelo GT que a professora Rachel coordenou, e chegam agora ao
11 ponto máximo dessa história. Parabeniza o professor André Pasti, por ter acompanhado isso de
12 perto, e acha que é uma grande conquista. Teve a oportunidade no início deste ano de
13 acompanhar isso na Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial - Cader, que foi
14 presidida pela professora Debora Jeffrey. Do Consu se recorda que participaram os professores
15 Fernando Coelho e Everardo, e puderam ver o êxito dessa política, como ela está mudando
16 coisas importantes na Unicamp e aproximando-a mais da sociedade. Pergunta se poderia
17 conceder um aparte ao professor André Pasti para que ele comentasse a sugestão do professor
18 Geromel. O MAGNÍFICO REITOR diz que depois vão discutir especificamente esse ponto. O
19 Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA BERTACCHI diz que já foi contemplado, em grande
20 parte, pelos outros representantes discentes. Parabeniza todos os alunos que lutaram pelas cotas
21 desde 2016, que foi uma questão bastante árdua, como já levantado, houve uma série de
22 retaliações para muitos alunos negros e alunas negras. A questão das cotas deveria ser mais
23 amplamente discutida dentro dos programas de pós-graduação. Hoje em dia, o regimento
24 universitário não impõe sobre os programas de pós-graduação a necessidade de implementação
25 de um sistema de cotas étnico- raciais, mas acha que essa discussão ainda é muito incipiente
26 para a pós-graduação, porque muitos dos professores ainda confundem a questão do mérito,
27 utilizam esse argumento do mérito como se ele se sobrepusesse a toda essa questão de reparo
28 histórico que já está muito bem discutida, muito bem colocada. Acha que isso só precisa
29 adentrar melhor as outras unidades. Também parabeniza a comissão de averiguação que ocorreu
30 este ano, das cotas étnico- raciais para a graduação. Ressalta a importância da existência desse
31 tipo de organização para evitar a ocorrência de fraudes, que poderiam prejudicar alunas e alunos
32 negros que estão tentando entrar nos colégios. Propõe que haja também uma comissão de
33 averiguação nesses casos. O Professor JOSÉ ROBERTO RIBEIRO diz que está emocionado
34 pela inclusão dos colégios no Consu, pelo que agradece aos conselheiros. Diz que em 2018,
35 assim que assumiu a gestão do Colégio, foi criada uma comissão interna no Cotil com o objetivo
36 de buscar a diversidade acadêmica e diminuir a desigualdade do acesso ao ensino público e da
37 formação técnica, com a expectativa de que a diversidade da sociedade também esteja nele
38 representada. O levantamento na época, realizado em 2018, demonstrou que em torno de 70%
39 dos alunos do Cotil eram oriundos de escolas particulares. Dados do Censo da Educação Básica
40 de 2017 demonstram que o universo de alunos do ensino fundamental 2 se concentra

1 essencialmente em escolas da rede pública, com 80,5% das matrículas do estado de São Paulo
2 e 79,1% das regiões de Campinas e Piracicaba, que abriga os dois colégios. No Cotel,
3 atualizando os dados para 2019 e 2020, alunos brancos em 2019 eram 72%, e houve um
4 crescimento para 2020, para 74,3%, considerando os alunos ingressantes. Alunos oriundos de
5 escola pública em 2019 representavam 53,5%, em 2020 55,2%, também em relação a alunos
6 ingressantes. Mas essa porcentagem é em média, porque 80% dos alunos ingressantes do
7 período diurno são oriundos de escolas particulares, e há uma concentração bem maior no
8 período noturno de alunos de escola pública. Acredita que a condição da raça deve prevalecer
9 em relação à renda nas cotas raciais, uma vez que a proposta também contempla as cotas sociais.
10 Dessa maneira, solicita a aprovação da proposta sem alterações. O Conselheiro ANDRÉ
11 BUONANI PASTI agradece ao professor Geromel a ideia de contribuir com a proposta, mas
12 pondera que ela está bastante madura como está, tendo passado por instâncias de debates tanto
13 nos colégios quanto na comissão assessora. Sua sugestão é que votem a proposta da maneira
14 como está, e que o apontamento feito pelo professor Geromel entre na revisão dos dados a partir
15 do ingresso do ano que vem, com dados de renda, e podem incluir outros temas que apareceram,
16 pois com certeza as propostas vão avançando. Por exemplo, houve uma sugestão de estudarem
17 a possibilidade de um vestibulinho indígena, há proposta de pensar em cotas para pessoas com
18 deficiência, pessoas trans etc. Há outras ações de inclusão que podem amadurecer no futuro,
19 mas esta proposta está bastante madura, já contemplando o acúmulo da Universidade, portanto
20 acha que seria bastante interessante votá-la como está, acolhendo essa sugestão do professor
21 Geromel para o debate dentro dessas comissões de avaliação da proposta. O Conselheiro JOSÉ
22 CLÁUDIO GEROMEL diz que esse debate já vem sendo feito há muito tempo, desde que
23 discutiram as cotas e os programas de ação afirmativa na Unicamp, a que sempre foi favorável.
24 Tenta, desde aquela época, colocar em evidência algo que lhe parece claro, que precisam
25 proteger os pobres. Dentro da proposta que está em discussão, deveriam dar uma prioridade
26 adicional de, ao classificar os alunos, olhar primeiro aqueles oriundos das famílias mais pobres,
27 dentro das regras estipuladas. Pergunta o que há de errado com isso. No Paais, os dados que
28 possuem demonstram que ele trata igualmente com pontos pessoas de rendas muito diferentes,
29 várias delas de alta renda. Nunca concordou com isso, pois acredita que devem olhar com muito
30 cuidado para os mais pobres. Quanto à proposta do professor André, acha que precisam
31 enfrentar essa questão, e como ela simplesmente é uma adição, sem alterar em nada a proposta
32 formulada pela comissão, gostaria de mantê-la, e pediria que ela fosse aprovada, para que
33 possam, efetivamente, olhar para os mais pobres dentro das prioridades estabelecidas pela
34 comissão. O MAGNÍFICO REITOR diz que acompanhou esse assunto desde o início, houve
35 nas discussões preliminares propostas similares à do professor Geromel, que depois foram
36 colocadas em outra instância com a proposta aqui apresentada. Portanto, já houve essa
37 discussão dentro dos colégios, esse assunto está bastante amadurecido, e acha bastante
38 temerário colocar uma proposta aqui no Conselho Universitário que passe por cima de uma
39 discussão que vem sendo realizada há muito tempo. Havendo insistência do professor Geromel
40 de votar esse item especificamente, não há problema, votam em separado, mas a sugestão do

1 professor André Pasti, em nome dos grupos de trabalho que organizaram essa questão, é
2 bastante clara, de colocar esse assunto em discussão a partir dos dados do primeiro vestibulinho
3 que ocorrerá neste sentido, deixando essa questão como uma possibilidade e uma opção a ser
4 colocada. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que colocado nesses termos, de que
5 essa questão será analisada com os dados do primeiro ano a serem coletados em seguida, com
6 aplicação daquilo que eventualmente será aprovado, concorda que isso seja colocado no
7 próximo ano para deliberação. O MAGNÍFICO REITOR diz que desde a campanha para a
8 Reitoria esse assunto já apareceu, já foi discutido, tanto no Cotil quanto no Cotuca, nos debates
9 que ocorreram na Universidade. Esse assunto está colocado com toda a clareza no programa de
10 gestão, e são testemunhas o professor André Pasti, que coordenou esse grupo de trabalho dentro
11 do Cotuca e ajudou a ampliar para o Cotil, a professora Teresa Celina, que é diretora executiva
12 de ensino pré-universitário, os próprios professores do Cotil que se manifestaram, o Murilo e o
13 José Roberto, que é diretor, que sempre que esse assunto surgiu, a Administração colocou como
14 prioridade absoluta dentro dos colégios. Observa que o assunto foi discutido com muita
15 tranquilidade, com amplo debate, sem conflitos, e que realmente chegaram hoje a um momento
16 que considera histórico. Mais um momento histórico nesta gestão, no sentido de fazer aquilo
17 que colocaram muito claramente no programa, que é: na Universidade precisam ter a sociedade
18 brasileira mais bem representada, e é mais um passo em direção a isso que estão dando. Mas
19 não adianta só terem o processo, e acha que têm feito avanços imensos com relação a isso, têm
20 trabalhado não só no acesso, mas também no sucesso desses estudantes, na inclusão de uma
21 maneira mais ampla, na permanência. Precisam sempre olhar para o acesso e o sucesso dos
22 estudantes em todos os aspectos, de uma representatividade ampla da sociedade dentro da
23 Universidade e dentro dos dois espetaculares colégios. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO
24 GEROMEL pergunta se o senhor Reitor não acha que devem olhar também para a questão de
25 baixa renda. O MAGNÍFICO REITOR responde que é um fator fundamental e ele está incluído.
26 Naturalmente, quando falam de um grande percentual de estudantes provenientes de escola
27 pública, isso já é um elemento importante que entra nessa equação de uma maneira muito clara.
28 Mas, certamente, é uma discussão que devem inserir no debate, como será feito pelos colégios
29 a partir dos dados da primeira experiência que tiverem. Ressalta que a primeira experiência já
30 nasce da experiência da Unicamp e de outras experiências pelo Brasil; todos os membros do
31 grupo de trabalho estudaram muito essas questões para chegar a este ponto de maturidade da
32 proposta. Não havendo mais observações, submete à votação a proposta, que é aprovada com
33 71 votos favoráveis e 02 abstenções. Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a
34 Sessão, o MAGNÍFICO REITOR informa que em respeito a todos, e principalmente aos
35 funcionários que estão presentes na sala do Consu, a reunião será encerrada às 18h30,
36 independentemente de que ponto estiverem, e conversará com a Secretaria Geral sobre algum
37 plano para estender para outro dia. Solicita a colaboração de todos para que sejam mais sucintos.
38 Passa à discussão conjunta do item 02 – Proc. nº 01-P-7426/1990 –, que trata de proposta de
39 Deliberação Consu que dispõe sobre o Programa de Professor Colaborador e Pesquisador
40 Colaborador, revogando a Deliberação Consu-A-06/06; e item 3 – Proc. nº 01-P-16775/2019 –

1 , que trata de proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre o Programa de Pesquisador
2 Visitante Convidado. Solicita ao professor Munir que faça uma explicação inicial. O
3 Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF diz que o item 02 trata de uma nova proposta de
4 deliberação para o programa de professor colaborador e de pesquisador colaborador na
5 Unicamp. Esse programa se iniciou há vários anos, com bastante sucesso, e visava permitir que
6 os docentes que tenham solicitado aposentadoria continuassem a contribuir com a sua
7 experiência e com o seu conhecimento no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão dentro
8 da Universidade. Essa experiência é um patrimônio que possuem, os valores humanos são
9 extremamente importantes. Então foi criada essa figura do professor colaborador e do
10 pesquisador colaborador, elas tinham diferenças, inicialmente o professor colaborador era
11 aquele que tinha exercício pleno, podia dar aula, o que depende também da unidade, havia
12 unidade que exigia que ele ministrasse disciplinas na graduação, enquanto outras não. Houve
13 reedições desse programa, e com o passar do tempo notaram que havia adesão de outros
14 componentes, pessoas que não eram necessariamente aposentadas, e também havia a
15 participação dos colaboradores, que antigamente eram chamados de colaboradores voluntários,
16 em convênios. Em um determinado momento, a Procuradoria Geral alertou que a atividade de
17 colaborador estava baseada na Lei do Voluntariado, que impede remuneração de qualquer
18 natureza. Então, a ideia era garantir a participação desses docentes, e de outros pesquisadores,
19 porém, dentro da Lei do Voluntariado não seria possível o recebimento de proventos através de
20 convênios, por exemplo. Isso constitui uma dificuldade muito grande para a Universidade, que
21 tem todo interesse em manter esse quadro altamente qualificado no âmbito das suas atividades
22 de ensino, de pesquisa e de extensão. Por isso esse assunto tem duas minutas sendo elaboradas,
23 mas a ideia é que o programa de professor colaborador e de pesquisador colaborador ficasse
24 estritamente lastreado na Lei do Voluntariado. O primeiro artigo coloca que “o professor
25 colaborador e o pesquisador colaborador, sem ônus para a Universidade, atenderá o disposto da
26 lei federal 9.608 de 18 de fevereiro de 98”, que é exatamente a Lei do Voluntariado. Então, a
27 intenção é que os interessados em atuar como professor colaborador e como pesquisador
28 colaborador de maneira voluntária, sem a participação em convênios, se mantenham neste
29 programa de professor colaborador e pesquisador colaborador. E paralelamente propor uma
30 nova figura, por isso a discussão conjunta; foi constituído um GT que propôs uma nova figura,
31 que está recebendo o nome de Pesquisador Visitante Convidado. O objetivo é desvincular o que
32 é voluntário daquele que pode, por exemplo, receber proventos via Funcamp, via convênios.
33 Então é esse aqui o escopo dessa proposta. A proposta que está aqui colocada segue
34 praticamente idêntica, na essência igual à anterior, exceto pelo fato de que agora está explícita
35 a Lei Federal do Voluntariado. Esse é o item 02 da pauta, e ele vem junto com o item 03 nessa
36 mesma linha; a discussão é para ser feita em conjunto, e esse terceiro item é a proposta de
37 Programa de Pesquisador Visitante Voluntário. Ele difere do anterior porque não está baseado
38 na Lei do Voluntariado, e estão chamando de “pesquisador” desde um professor já altamente
39 qualificado, com muitos anos de experiência, até um aluno de pós-graduação de uma outra
40 universidade que venha, por exemplo, passar uma estadia aqui na Unicamp. Buscaram uma

1 denominação que não tivesse conflito com designações que são típicas da Capes ou que tenha
2 outro entendimento na lei estadual ou em leis federais, e o nome que encontraram foi
3 Pesquisador Visitante Convidado. Esse seria o equivalente a um Visiting Scholar. A diferença
4 é que ele pode exercer as outras atividades, como ensino, desde que aprovadas no âmbito das
5 instâncias competentes. O ponto principal é que ele poderá vir para a Universidade fazer
6 pesquisa, receber através de convênios, coordenar convênios, e se quiser atuar na pós-
7 graduação, ele tem o canal para o credenciamento na pós-graduação. Se ele quiser exercer
8 atividades didáticas na graduação, também há os canais apropriados para isso. A única lacuna
9 mesmo era a de participação em projetos de pesquisa e coordenação de projetos de pesquisa e
10 convênios. As resoluções do Pesquisador Colaborador e do Pesquisador Visitante Convidado
11 vêm separadamente e cobrem agora todo o espectro de necessidades, tanto de pesquisa, como
12 participantes externos, como de pós-graduação, que tem a sua legislação própria, quanto
13 também da graduação. A diferença é que esse não é esse pesquisador convidado que se
14 candidata, é a unidade que o convida, assim como é na maioria dos lugares. Então ele vem para
15 participar de um programa, de uma atividade específica. Inicialmente foi estabelecido que essa
16 atividade tem de passar na congregação, e foi colocado um prazo de dois anos, renováveis. Há
17 também um termo de adesão que é bastante comum, com aspectos associados à propriedade
18 intelectual e diversas outras coisas. Da mesma maneira que o Pesquisador e o Professor
19 Colaborador Voluntário, não há participação em colegiados e atividades administrativas no
20 âmbito da Universidade. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO diz que
21 possui algumas dúvidas a respeito desse programa; acha que em alguns momentos ele responde
22 muito bem a alguns problemas administrativos que possuem, principalmente em relação a
23 pesquisadores que estão envolvidos no laboratório com pesquisas, às vezes, de longo prazo.
24 Mas ainda vê um problema, que talvez possam resolver na redação deste texto especificamente.
25 São dois programas distintos: no Pesquisador Colaborador e Professor Colaborador, não existe
26 possibilidade de que a atividade possa ser remunerada, então está bem amarrado em uma lei; e
27 o outro é o Pesquisador Visitante Convidado, que pelo que entendeu, substitui aquele programa
28 de pesquisador de pós-doutorado, aquela pessoa que vem fazer, por exemplo, um pós-
29 doutorado, ou está ligada a um projeto de pesquisa que venha a desenvolver uma atividade na
30 unidade. O MAGNÍFICO REITOR observa que hoje um professor colaborador voluntário,
31 aposentado da Unicamp, não pode, pela Lei do voluntariado, ter um projeto de pesquisa, por
32 exemplo, com uma empresa ou com uma instituição pública, recebendo recursos, porque isso
33 fere a Lei do Voluntariado. Esta nova proposta abrange qualquer tipo de pesquisador que
34 eventualmente tenha alguma atividade remunerada ou com convênio pago. Os outros serão
35 mantidos, e qualquer coisa o pesquisador poderá mudar de categoria para poder receber essa
36 remuneração. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO diz que sua
37 pergunta é especificamente sobre o artigo 6º, que estabelece que o pesquisador visitante
38 convidado pode ficar dois anos e renovar por mais dois anos. Ocorre que em alguns casos, por
39 exemplo, de pesquisadores que têm bolsa do CNPq, as bolsas às vezes são de cinco anos, ou
40 pesquisas que podem acontecer envolvendo prazos de financiamento maiores do que quatro

1 anos; pergunta como fica nesses casos. Da forma como está escrito, significa que se ele
2 eventualmente tiver um financiamento maior do que quatro anos, ele teria de, obrigatoriamente,
3 ser desligado, que é mais ou menos o que acontece nos dias de hoje. Sua proposta seria tentar
4 atrelar a presença do pesquisador ao programa ao financiamento, e deixar o prazo um pouco
5 livre. O MAGNÍFICO REITOR diz que depois explicará que existe um problema trabalhista
6 envolvido nisso, que não é trivial. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz que
7 sua fala vai exatamente na direção do que o professor Fernando Coelho acabou de mencionar.
8 Existe um problema trabalhista bastante sério porque nesta nova legislação se coloca sob o
9 mesmo guarda-chuva categorias de pesquisadores muito diferentes. Enquadram-se alunos de
10 iniciação científica, de pós-graduação, pós-doutorandos e pesquisadores, todos eles podem
11 entrar nessa mesma legislação, e isso cria problemas, porque os pagamentos são diferentes, e
12 não viu, na resolução proposta, nenhuma frase, nenhuma condição que diferencie e coloque a
13 necessidade de se atender à legislação do país. Hoje existem duas formas de uma pessoa fazer
14 pesquisa na Universidade: como professor pesquisador colaborador, e não recebe nenhum tipo
15 de remuneração, ou como pesquisador de programa de pós-doutorado, e recebe uma bolsa.
16 Sendo uma bolsa, ele não paga os impostos necessários a um trabalhador qualquer deste país.
17 Sempre fez falta, não só por causa dos professores que querem e podem celebrar convênios na
18 Universidade, portanto, precisam poder fazer isso, mas também os pesquisadores que não são
19 tipicamente pós-doutorandos e que trabalham nos convênios celebrados na Funcamp. Esses são
20 pesquisadores celetistas na Universidade, que é um contingente bastante grande, portanto,
21 seguem a legislação comum trabalhista vigente no país. Com a entrada desta nova regulação,
22 se não adicionarem nada nela que mantenha esses pesquisadores na condição de trabalhadores
23 celetistas, vê uma possível tentativa de migração para a situação de pesquisador visitante,
24 porque nessa nova legislação não se pagam impostos e, portanto, todo o custo daquele
25 pesquisador para o convênio diminui. Então, sua sugestão seria de adicionar ao artigo 3º, no
26 item V, que menciona entre os documentos necessários o “comprovante do financiamento para
27 manutenção profissional para o período de sua atuação no programa”, que quando é um
28 pesquisador que vai ser pago por um convênio da Funcamp, é necessário, de alguma maneira,
29 escrever que seja um comprovante de financiamento que atenda à legislação trabalhista vigente
30 no país. Ou nesse item ou no artigo 4º, após “geridos pela Funcamp”, adicionar “que atenda à
31 legislação trabalhista vigente no país”. Caso contrário, serão novamente alvos do Ministério
32 Público, do Tribunal de Contas, porque estariam tendo um trabalho que deveria seguir o
33 regimento celetista e não segue. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que fez parte
34 do GT que trabalhou nesse tema, e no que diz respeito ao item 02, parece estar perfeito, pelo
35 seu ponto de vista, sem nenhum reparo a ser feito. Entretanto, no que diz respeito ao item 03,
36 não houve consenso, e vai colocar aqui a sua preocupação. Essa legislação possibilitará, e acha
37 que é exatamente esse o propósito, o recebimento de recursos através da Unicamp, de convênios
38 geridos pela própria Unicamp ou pela Funcamp. A pessoa poderá, inclusive, exercer algum tipo
39 de trabalho através da Escola de Extensão. Poderá, de fato, portanto, haver remuneração. Em
40 relação aos cursos *lato sensu*, se entendeu bem, serão gerenciados pela Escola de Extensão, no

1 que diz respeito a um eventual pagamento. Acha que, para que haja equilíbrio, deveriam
2 também impor que todos observassem a regra do teto salarial, que no limite em que se encontra,
3 é um teto salarial adequado, homogêneo em todo o país e que, portanto, deveria ser aplicado
4 indistintamente a todos aqueles que vêm trabalhar na Unicamp. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ
5 MONTEIRO SALLES FILHO diz que é muito importante esse movimento da Universidade
6 para regulamentar essas questões que estão atualmente mal resolvidas. E é importante olhar os
7 detalhes. O que está na primeira resolução, de colaborador voluntário, sobre questões relativas
8 à geração de vínculo empregatício, também deve aparecer na segunda, do pesquisador visitante.
9 Devem tentar evitar ao máximo possíveis problemas trabalhistas, como foi colocado
10 anteriormente. O ponto colocado pelo professor Fernando, com respeito ao prazo, é importante
11 porque alguns dos programas que a Unicamp possui, e que envolvem pagamento de
12 pesquisadores visitantes, ultrapassam esse período de quatro anos. Um exemplo é o programa
13 SPEC da Fapesp. Parabeniza a Administração por ter feito esse encaminhamento. O
14 Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA BERTACCHI diz que considera bastante pertinentes
15 as colocações dos professores Fernando Coelho, Heloise e Geromel sobre essas questões
16 trabalhistas. Mas continua com uma dúvida. Hoje os professores visitantes são professores
17 aposentados da Unicamp, que se enquadram na Lei do Voluntariado, portanto não recebem
18 nada a mais por isso, mas podem ter seus projetos ainda assim financiados por CNPq, Capes e
19 Fapesp. Pergunta se com a criação dessa nova figura, poderia um professor visitante,
20 aposentado da Unicamp, migrar para essa nova categoria e receber uma verba extra além da
21 aposentadoria. O MAGNÍFICO REITOR responde que não, é outra categoria, mas depois
22 explicarão. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que tem uma dúvida sobre
23 cada item. Do item 02, entendeu que para se manter na categoria de colaborador, por exemplo,
24 um aposentado não pode receber nenhum tipo de recurso, pela Unicamp ou pela Funcamp.
25 Pergunta se um aposentado que ministre consultoria, ou mesmo aula em outro lugar, pode se
26 enquadrar no programa, desde que isso não envolva recebimento da Unicamp, seja diretamente
27 ou por meio de convênios. Em relação ao item 03, solicita esclarecimento se todos os pós-
28 doutorandos se enquadrarão no Programa de Pesquisador Visitante Convidado. E se serão
29 inclusive aqueles que nos processos internos de cada unidade recebem bolsa PNPd, portanto
30 com um vínculo institucional mais consolidado com as unidades, e se isso muda alguma coisa
31 no processo do pós-doutorado. O MAGNÍFICO REITOR responde que não. O Programa de
32 Pesquisador de Pós-Doutorado criado pela Deliberação Consu A-003/2018 continua válido, ele
33 não está sendo alterado. Portanto, os pós-doutorandos continuam previstos nesta deliberação
34 do PPPD. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que participou do
35 GT, que foi presidido pela professora Marisa e teve também a participação dos professores
36 Sérgio, Geromel e Zezzi. Acha que foi uma iniciativa importante da Reitoria, foi um assunto
37 que gerou várias dúvidas quando foi apresentado pela primeira vez, e o professor Munir
38 apresentou a questão da forma correta. Houve um apoio grande da PG também, então as
39 questões legais envolvidas foram bastante analisadas. A diferenciação que foi feita é entre
40 aquilo que gera uma renda para as pessoas que estão fora da estrutura da Unicamp, sejam

1 aposentados ou alguma coisa assim, e que vai passar pela Funcamp, sem um vínculo direto com
2 a Unicamp, e as outras pessoas. Ficou bem separado o que se baseia na Lei do Voluntariado e
3 o restante das atividades, até por isso esse item acaba abarcando uma grande variedade de
4 pessoas, que não estariam vinculadas a essa Lei do Voluntariado. Sua impressão é que foi um
5 resultado bastante positivo, a iniciativa passada foi importante porque abriu essa possibilidade
6 de discutir com mais calma o assunto e ter o acompanhamento da PG. Portanto, de certa forma,
7 acabaram negociando soluções que são juridicamente corretas, e ao mesmo tempo que
8 contemplam essa variedade de casos que existem na Unicamp, desde bolsistas, pessoas que
9 venham passar um tempo com bolsas de instituições de fora, com alguma verba que é
10 administrada pela Unicamp. Contemplou todas essas situações e diferenciou as situações que
11 envolvem executores ou coexecutores de convênios substitutos junto à Funcamp. Dessa forma,
12 acha que houve uma solução positiva e é importante reconhecer esse trabalho. O Conselheiro
13 GUILHERME GONÇALVES CAPOVILLA diz que essas duas deliberações vêm no sentido
14 de corrigir o problema que a Unicamp tem há bastante tempo. Em relação ao item 02, artigo 4º,
15 e ao item 03, artigo 6º, observa que para quem trabalha na parte administrativa, o prazo de dois
16 anos é muito curto, juridicamente falando, por isso propõe que se estenda esse prazo para até
17 cinco anos. A unidade é quem define isso, então ela teria essa questão de poder dosar cada caso,
18 porque há professores colaboradores que permanecem mais tempo trabalhando junto à unidade,
19 desenvolvem seus projetos. Seria uma forma de tentar tirar algumas disfunções burocráticas
20 deste processo. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES diz que
21 discutiram o assunto na Faculdade de Enfermagem, na reunião da congregação, e surgiram
22 algumas dúvidas. Uma delas é a questão do aluno de pós-doutorado, que não tem bolsa, que
23 atualmente entra como professor colaborador voluntário e recebe certificação da unidade do
24 pós-doutorado. Pergunta se caso esse aluno, após ingressar, consiga bolsa, ele teria de sair do
25 programa de Pesquisador Colaborador Voluntário. Sobre o Pesquisador Visitante Convidado,
26 há na Faculdade uma professora aposentada que está atualmente como pesquisador colaborador
27 voluntário, e ela tem coordenado, enquanto estava na Escola de Extensão, curso de
28 Estomaterapia. Como é um curso de especialização, e agora deveria ficar junto com a pós-
29 graduação, mas que pelos seus custos, ele tem de ser pago. Pergunta como ficaria o vínculo
30 dela, se ela teria de se enquadrar como pesquisador visitante convidado para poder atuar tanto
31 na pós-graduação quanto, eventualmente, participando em um curso de especialização que é
32 pago. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que os outros programas são mantidos, pós-
33 doutorado, o voluntariado etc. Estando em um programa, naturalmente não pode participar do
34 outro, mas é possível migrar de um para outro, dependendo das condições e das necessidades.
35 Existem muitos casos diferentes na Unicamp, é difícil verificar a situação de cada um, mas a
36 pessoa vai ter de se adequar àquele que é específico para a sua situação. Acreditam que com
37 esta proposta do Programa de Pesquisador Visitante Convidado, cobrem todos os flancos. Com
38 relação à questão trabalhista, especificamente das leis do país, naturalmente elas são seguidas
39 pela Unicamp, não tem sentido em todas as deliberações mencionar que seguirão a lei do Brasil,
40 porque obviamente a Unicamp segue essa legislação em todos os seus programas e

1 deliberações. Quando é notado que alguma legislação não é cumprida, precisam readequar, e é
2 isso o que estão fazendo exatamente neste momento. Sobre a questão do tempo que foi
3 colocada, a PG consultou legislações de outras universidades, e o importante é que não seja
4 algo eterno, porque aí sim violariam a legislação do país, não pode ser algo que burle a
5 legislação de contratos etc. Então precisa ser algo temporário, não pode ser algo definitivo e
6 nem renovável para sempre. Precisam ajustar aqui o que seja algo razoável para as situações
7 aqui existentes. O professor Sérgio lembrou bem, por exemplo, o caso do Excellence, do SPEC.
8 Mas para a SPEC tem a Resolução GR-026 de 2014, específica para esse assunto. Ou seja,
9 quando há algum detalhe, algum programa específico, vão tentar readequar. O que importante
10 é não ter como um programa como esse burlar a legislação CLT do país, e, naturalmente, burlar
11 concursos, nem nada disso. A ideia aqui é que seja algo temporário, e o limite de tempo tem de
12 ser colocado. Aqui surgiram várias propostas e ideias, e podem perfeitamente colocar dois mais
13 três; o senhor Guilherme mencionou que dois anos é pouco, não vê problema de colocar três
14 mais três, mas acha que não podem manter esse programa para sempre. O Conselheiro JOÃO
15 PAULO FERREIRA BERTACCHI diz que uma proposta que foi feita cobre o que o senhor
16 Reitor está falando. O professor Fernando Coelho propôs que fosse vinculada a duração do
17 contrato à vigência do financiamento, comprovada. O MAGNÍFICO REITOR diz que não
18 podem fazer isso, e depois vai explicar. O Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA
19 BERTACCHI diz que teriam de colocar, além disso, um prazo máximo, como o senhor Reitor
20 está sugerindo. O MAGNÍFICO REITOR diz que é isso que está sendo colocado. A pessoa só
21 pode estar nesse programa se tiver algum contrato ou algum recurso. Solicita ao professor
22 Munir que esclareça as questões que surgiram. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF diz
23 que sobre o ponto levantado pelo professor Fernando Coelho, a resposta é que sim, o PPPD é
24 distinto desse programa de Pesquisador Visitante Convidado. Isso também vai na direção da
25 pergunta da professora Heloíse. A deliberação de 2008 que estabelece o programa de PPD
26 estabelece logo no seu primeiro artigo que ele constitui modalidade de qualificação e
27 capacitação do pesquisador na pesquisa. Esse ponto, muitas vezes ignorado, é fundamental. O
28 PPPD tem uma ação formativa, tem uma ação de qualificação do pesquisador para além das
29 competências adquiridas durante a sua pós-graduação, durante o seu doutorado. Por exemplo,
30 um pesquisador contratado por CLT na Funcamp não pode participar do programa PPPD. Sabe
31 que têm admitido, mas isto não é correto. O celetista tem uma vinculação própria, tem
32 vinculações trabalhistas específicas, é diferente de um bolsista. Quem participa de um PPPD
33 está participando de uma qualificação, ele, em princípio, não está prestando serviço para a
34 Universidade. Possui obrigações, o projeto precisa ter um supervisor, há um projeto que às
35 vezes nem é dele, é de quem propõe, então ele é muito diferente de um celetista. O PPPD, como
36 o professor Marcelo mencionou, continua válido, continua vigente. Outro ponto é relativo ao
37 prazo das renovações; o professor Marcelo já comentou o mais importante, que isso não pode
38 se estender *ad infinitum*, exatamente por questões trabalhistas. O pesquisador visitante
39 convidado pode ser pago por um convênio, mas se ele for pós-doutorando, vai entrar no PPPD,
40 então vai ter uma bolsa, outro tipo de vinculação. Com relação à sugestão do professor Geromel

1 de inclusão do teto, acha que não cabe na deliberação do Consu o estabelecimento de teto, isso
2 tem de ser estabelecido por outras vias, em outras instâncias. O professor Salles mencionou
3 renovações, também foi colocado. O acadêmico João Paulo perguntou se os projetos são
4 diferentes, e responde que sim, ele pode ter projeto CNPq, Capes ou Fapesp, mas isso é diferente
5 de proventos. Ter projetos de pesquisa e recebimento de proventos são coisas muito diferentes.
6 Nos programas de Pesquisador Colaborador e Professor Colaborador, não se pode receber
7 proventos, mas se pode ter projetos financiados de pesquisa junto às agências de fomento, desde
8 que não implique pró-labore ou recebimento de proventos por parte dele. Respondendo ao
9 professor André Biancarelli, com relação ao item 02, é exatamente o propósito, ele não pode
10 ser executor de convênios, não pode receber receber proventos oriundos de convênios; ele pode
11 até assinar convênios, participar, mas havendo proventos, ele está excluído, tem de ser na
12 categoria de Pesquisador Visitante Convidado. Os PPPDs não entram na categoria de
13 Pesquisador Visitante Convidado, pois eles trabalham aqui como bolsistas. Mas pode haver um
14 pesquisador de pós-doutorado de uma outra instituição, do exterior, ou de uma outra
15 universidade, e ele vem passar aqui, por exemplo, seis meses. Nesse caso, ele vai ser cadastrado
16 na Unicamp como Pesquisador Visitante Convidado, e a fonte do seu financiamento é a bolsa
17 de pós-doutorado, ou o salário que ele tem em outra universidade. Nada impede. O mesmo se
18 aplica a um aluno de pós-graduação que vem aqui, por exemplo, passar quatro ou cinco meses
19 atuando explicitamente em uma atividade de pesquisa, e tenha uma bolsa de origem na sua
20 universidade. Aqui ele entra como pesquisador visitante convidado. O conselheiro Guilherme
21 mencionou os prazos, essa discussão já foi colocada; a proposta é que seja dois anos, renováveis
22 por mais dois anos. O professor Marcelo já mencionou que não se deve renovar *ad infinitum*. E
23 a professora Maria Helena menciona participantes do PPPD sem remuneração; isso também
24 não pode. O PPPD, no inciso IV do artigo 3º de sua deliberação, menciona que “Pesquisador
25 de pós-doutorado deverá comprovar financiamento aprovado de agências de fomento,
26 universidades, fundações ou de instituições que garantam a sua participação e dedicação
27 integral às atividades previstas no projeto de pós-doutorado”. A Conselheira MARIA HELENA
28 BAENA DE MORAES LOPES diz que a questão que fez não foi essa, mas que atualmente é
29 possível entrar como pesquisador colaborador, fazer o pós-doutorado sem bolsa e receber uma
30 certificação pela unidade. É permitido atualmente. O MAGNÍFICO REITOR diz que é o que
31 deve ser feito, porque nesse caso sem bolsa, entra na categoria de pesquisador colaborador
32 voluntário. O PPPD só com bolsa. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES
33 LOPES observa que sua pergunta era se esse aluno, se vier a ter bolsa, tem que mudar para
34 outro programa. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz que precisa ouvir
35 uma resposta objetiva, porque até agora não ouviu. Excluindo o pesquisador de pós-doutorado,
36 porque, objetivamente, o pesquisador de pós-doutorado é considerado como tal até sete anos
37 depois do seu doutorado, pergunta se a pessoa no seu oitavo ano do seu doutorado vai ser paga
38 por um convênio da Funcamp, pode entrar nessa resolução. O MAGNÍFICO REITOR responde
39 que sim. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz que então não é preciso pagar
40 impostos, paga-se uma bolsa para uma pessoa no oitavo ano. O MAGNÍFICO REITOR

1 responde que sim. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF observa que nessa resolução dos
2 sete anos está sendo proposta uma modificação. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL
3 diz que discorda da rápida resposta do professor Munir. Tem uma proposta a ser feita no que
4 diz respeito ao teto, para o item 03, seria um parágrafo único do artigo 4º: “A remuneração por
5 atividades realizadas no âmbito de convênios celebrados pela Unicamp e ou Funcamp,
6 independentemente da fonte de pagamento, será limitada ao teto salarial em vigor”. O
7 Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que legalmente acredita que não podem
8 fazer isso, porque convênios de pesquisa têm origem privada, muitas vezes. O MAGNÍFICO
9 REITOR diz que há outras questões, que vai depois comentar. O Conselheiro FERNANDO
10 ANTÔNIO SANTOS COELHO pergunta se o senhor Reitor vai encaminhar a ideia de
11 aumentar um pouco o tempo, ao invés de 4 anos, por exemplo, cinco ou seis. O MAGNÍFICO
12 REITOR diz que fará agora suas sugestões específicas. Ouvindo as discussões, perceberam que
13 dois anos renováveis por mais dois é um prazo muito curto, e sua sugestão é aumentar para três
14 renováveis por mais três, e manter esse máximo. Além do que o professor Anderson comentou,
15 que muitas vezes esbarra nessa questão de os convênios serem de entidades privadas, coloca o
16 seguinte exemplo: supondo que consigam que um vencedor de Prêmio Nobel venha para cá
17 pago por uma grande empresa, seria uma ótima possibilidade, entraria nesse programa, e não
18 haveria o porquê colocar essa trava do teto remuneratório. Acha que o teto, como foi dito, já é
19 um valor razoável, não há essa situação acontecendo e, portanto, acha que deve ser mantida
20 como está a regulamentação. Essa discussão já ocorreu diversas vezes no GT. O Conselheiro
21 JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que é possível limitar algo homogêneo para toda a
22 Universidade. É bom que todos venham aqui atuando sob as regras da Unicamp, que todos aqui
23 observam. Solicita que isso seja colocado em votação. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO
24 SANTOS COELHO pergunta se em vez de ser três anos, renováveis por mais três, poderiam
25 colocar que são possíveis duas renovações. O MAGNÍFICO REITOR pergunta de quanto
26 tempo seriam essas renovações; é preciso limitar o tempo. O Conselheiro FERNANDO
27 ANTÔNIO SANTOS COELHO responde que dois anos cada uma, totalizando seis anos. O
28 MAGNÍFICO REITOR diz que a principal discussão que houve aqui foi que dois anos era
29 pouco para o início, então por isso a sugestão é três, renovável por até mais três. O Conselheiro
30 ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que se for aprovada a proposta do professor
31 Geromel, além do problema legal que mencionou, a Unicamp teria de funcionar com poder de
32 polícia de investigação, porque um profissional que vier para cá vai ter que mostrar declaração
33 de imposto de renda dele. Acho que é uma coisa também que teria que ser verificada. O
34 MAGNÍFICO REITOR diz que a PG o está esclarecendo sobre os seguintes pontos: em
35 primeiro lugar, tem de fazer aqui a correção de que o limite dos sete anos no PPPD não existe
36 mais, isso já caiu; também que teto é somente para salário, não podem aplicar o teto em questões
37 que não sejam salariais; e que os impostos cabíveis são sempre pagos, inclusive para bolsas. A
38 exceção nas bolsas é isenção dos impostos, e não a regra. Solicita que alguém da Procuradoria
39 Geral esclareça a questão do teto ao professor Geromel. A doutora FERNANDA LAVRAS
40 COSTALLAT SILVADO diz que a questão do teto salarial não se aplica para pagamentos de

1 bolsa, apenas no caso de salário, por isso não haveria como colocar questão de teto salarial na
2 norma. O teto salarial, como estão sempre discutindo, é aplicável nos termos da Constituição
3 aos salários dos servidores. Como esse Pesquisador Visitante Convidado não é um servidor
4 público, então não caberia a menção ao teto salarial. O Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA
5 BERTACCHI diz que havia entendido que o professor Geromel sugeriu um limite máximo para
6 a remuneração, e isso não tem relação direta com essa nomenclatura da legislação. O
7 MAGNÍFICO REITOR observa que não tem sentido isso, porque se algum professor aqui
8 consegue um grande projeto de pesquisa, há uma empresa querendo pagar uma remuneração
9 específica para uma dedicação a algo realmente diferenciado que um professor pode fazer, não
10 tem sentido colocarem aqui uma remuneração limitada a um teto em uma deliberação Consu.
11 Estariam limitando uma situação que é muito rara, e provavelmente não acontecerá, mas se um
12 dia acontecer, haveria uma limitação desfavorável aos pesquisadores e professores, não vê
13 sentido nisso. Não havendo mais observações, submete à votação os itens 02 e 03 em bloco,
14 incluindo a alteração de três anos mais três, que são aprovados com 55 votos favoráveis, 11
15 contrários e 05 abstenções. Passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-436/1970 –, que trata de proposta
16 de alteração do artigo 52 da Deliberação Consu-A-10/15, que dispõe sobre o Regimento Geral
17 dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e dos Cursos *Lato Sensu*. Solicita à professora
18 Nancy que faça uma breve explanação do assunto. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA
19 diz que se trata de uma pequena modificação no regimento geral da pós-graduação,
20 simplesmente para incluir o pesquisador visitante convidado, para que ele possa ser credenciado
21 na pós-graduação, tanto como professor permanente, como professor colaborador. O regimento
22 define explicitamente que professores externos teriam de assinar o termo de pesquisador ou
23 professor colaborador voluntário, para que os professores possam ser credenciados na pós-
24 graduação, de acordo com as regras de pós-graduação e de acordo com as regras de
25 credenciamento de cada programa. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que tem
26 uma dúvida e gostaria de chamar a atenção para uma questão. Se está entendendo bem, acha
27 que não cabe a seguinte frase que foi adicionada nos incisos primeiro e terceiro: “O
28 credenciamento de outros profissionais externos à Unicamp, que se enquadrem nessa categoria,
29 será regulamentado pela CCPG”. Acha que isso é por demais abrangente, que não está na atual
30 legislação, e foi introduzido além daquilo que a professora Nancy mencionou. Essa é a sua
31 interpretação, solicita que a professora Nancy pudesse verificar. Também foi adicionado o
32 seguinte, no parágrafo segundo: “O credenciamento de profissional aposentado pela Unicamp
33 será regulamentado pela CCPG”, mas considera isso totalmente desnecessário, porque se ele já
34 foi feito professor colaborador, ou pesquisador colaborador, é o profissional da própria
35 Unicamp, não há necessidade de maior regulamentação. A Conselheira NANCY LOPES
36 GARCIA esclarece que isso foi incluído exatamente para que a CCPG tenha controle do
37 credenciamento dos professores. Se houver alguma pessoa que não faça adesão ao PPPD, nem
38 ao Programa de Pesquisador ou Professor Colaborador, e também não possa fazer adesão ao
39 Programa de Pesquisador Visitante Convidado, esse credenciamento será analisado pela CCPG.
40 A ideia é, portanto, que a CCPG possa analisar casos que não sejam cobertos por essas

1 deliberações. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL pergunta se é o caso do professor
2 aposentado pela Unicamp. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA diz que o professor
3 aposentado pode assinar ou professor ou pesquisador colaborador, e aqui foi colocado porque
4 caso ele assine o pesquisador visitante convidado, ele só poderia trabalhar na pós-graduação
5 por seis anos, por isso foi colocado que ele será credenciado ou regulamentado pela CCPG. A
6 CCPG pode colocar quais são os critérios dentro de cada programa. A Conselheira MARIA
7 HELENA BAENA DE MORAES LOPES diz que na Faculdade de Enfermagem há duas
8 professoras colaboradoras voluntárias, uma está atualmente com Bolsa Produtividade em
9 Pesquisa, a outra já teve essa mesma bolsa e é bastante atuante na Faculdade. Pergunta se nesses
10 casos elas poderiam continuar, de alguma forma, com vínculo, através da pós-graduação, por
11 exemplo. O MAGNÍFICO REITOR sugere que a professora Maria Helena faça uma consulta
12 diretamente à Pró-Reitoria de Pesquisa. Será elaborada uma cartilha sobre todos os programas,
13 inclusive questões relacionadas ao credenciamento etc. Não havendo mais observações, o
14 MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 53 votos favoráveis,
15 09 contrários e 09 abstenções. Passa ao item 05 – Proc. nº 01-P-436/1970 –, que trata de
16 proposta de alteração do Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação, conforme segue:
17 Artigo 2º – alteração do caput e dos incisos dos §§ 1º e 3º e inclusão do § 4º; Artigo 3º –
18 alteração do caput e do Parágrafo Único; Artigo 6º – alteração do caput e inclusão dos §§ 1º e
19 2º; Artigo 14 – alteração do caput; Artigo 16 – alteração do caput; Artigo 17 – alteração do
20 caput; Artigo 23 – alteração do caput; Artigo 27 – alteração do inciso III; Artigo 28 – alteração
21 do caput; Artigo 50 – alteração do caput; Artigo 51 – alteração do caput; Artigo 53 – alteração
22 do caput; Artigo 56A – alteração do caput; Artigo 59 – alteração do Parágrafo Único; Artigo
23 60 – alteração do caput; Capítulo XIII – alteração do título; Artigo 80 – alteração do caput;
24 Artigo 81 – alteração do inciso I e § 4º; Artigo 82 – alteração do caput; Artigo 84 – alteração
25 do caput e dos incisos I e II do § 1º e inclusão dos incisos VII e VIII e do § 3º; Artigo 87 –
26 alteração do caput e inclusão dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º; Título V – inclusão de novo Artigo 108
27 e seu Parágrafo Único e de Artigo 109, com renumeração dos seguintes. Solicita à professora
28 Nancy que faça uma breve explicação. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA diz que agora
29 entra em pauta a discussão sobre a modificação do Regimento Geral dos Cursos de Pós-
30 Graduação, que foi aprovado na reunião da Cepe de 13 de agosto de 2019. Acha que a maioria
31 dos conselheiros já a viu falando sobre isso algumas vezes. Esse assunto foi colocado para ela
32 quando assumiu a Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Na última reunião da CCPG presidida pelo
33 professor André Furtado, ele criou um GT da CCPG que trabalhou em conjunto com membros
34 da ProEC, e foi feita uma proposta que foi apresentada na CCPG de 8 de maio de 2019, e depois
35 foi aprovada por unanimidade na CCPG de 12 de junho de 2019. Ela tramitou até a Cepe, onde
36 foi aprovada no dia 13 de agosto de 2019. Depois disso, ela entrou no expediente do Consu e
37 foi solicitado que se fizesse uma ampla discussão com os diversos setores da Universidade. O
38 professor Hashimoto e ela, junto com a professora Muriel, fizeram discussões em todas as
39 unidades e com todos os setores que os convidaram para discutir. Participaram de congregações
40 e várias reuniões de docentes e discentes. A pós-graduação *lato sensu* é regida por uma

1 legislação separada da pós-graduação *stricto sensu*. A pós-graduação *stricto sensu* é regida pelo
2 MEC através da Capes, e a do *lato sensu* passa por três legislações, duas delas sendo nacionais
3 e uma estadual, do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação, que
4 estabelecem as regras, número mínimo de horas, composição do currículo, composição do
5 corpo docente etc. Em 17 de abril de 2017, o Supremo Tribunal Federal foi acionado e
6 reconheceu, em uma sessão extraordinária, que as universidades públicas podem cobrar os seus
7 cursos de especialização. Tratava-se de um recurso da Universidade Federal de Goiás, que
8 colocou esse pedido no STF e foi aprovado no plenário, apontando que a garantia constitucional
9 da gratuidade do ensino não obsta a cobrança por universidades públicas de mensalidades em
10 cursos de especialização. Vai se referir aqui não à cobrança de mensalidades, mas sim ao
11 autofinanciamento da pós-graduação *lato sensu*, e acha que é disso que estão falando na
12 Unicamp. Antes desse acórdão do STF, não se tinha clareza se podiam ser cobrados ou não, e
13 a Unicamp oferecia esses cursos como especialização modalidade extensão, e nesse caso são
14 cobrados os custos do curso, porque todos os cursos têm custos. Isso era feito por todas as
15 universidades. Depois do acórdão, rapidamente as universidades, USP, Unesp, UFRJ, as
16 universidades federais grandes rapidamente passaram a cobrar os cursos - não conhece
17 nenhuma universidade onde isso não é cobrado - e oferecê-los como especialização pós-
18 graduação *lato sensu*, mas a Unicamp continuou oferecendo como especialização modalidade
19 extensão. Nesse meio-tempo, os conselhos profissionais começaram a não aceitar alguns dos
20 cursos de especialização da Unicamp. Primeiro foram dois, um curso de fisioterapia aplicada à
21 neurologia infantil, que não foi aceito pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia
22 Ocupacional; e o curso especialização de enfermagem em estomaterapia, que não é aceito pelo
23 Conselho Federal de Enfermagem. Esses cursos pararam de ser oferecidos porque não há
24 condições de que sejam oferecidos com os custos cobertos pelos recursos orçamentários da
25 Universidade, pois eles têm custos altos. Em janeiro de 2020, a Unicamp foi acionada pelo
26 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, que também não está aceitando o curso de
27 especialização modalidade extensão universitária em engenharia de segurança do trabalho. Isso
28 também já foi para o Ministério Público. Esses cursos precisam ser regulamentados. Se são
29 oferecidos como especialização, eles têm de ser pós-graduação *lato sensu*, e precisam do
30 financiamento. Enviou hoje para os conselheiros uma carta aberta à sociedade brasileira, que
31 foi escrita em 7 de abril de 2017 e assinada por várias entidades públicas, inclusive a Sociedade
32 Brasileira para o Progresso da Ciência, que vem a público manifestar-se em defesa do
33 autofinanciamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* nas universidades públicas. As
34 entidades, assim como a Unicamp, ratificam o permanente compromisso com a universidade
35 pública, gratuita e de qualidade na graduação e na pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e
36 doutorado. Na carta elas dizem, e acha que é isso que deveriam lembrar, que a quebra do
37 autofinanciamento aplicado a esses cursos levará à extinção da pós-graduação *lato sensu* nas
38 universidades públicas, restringindo-se às universidades privadas a exclusividade de sua oferta.
39 Esse fato se apoia na realidade de que as universidades públicas não dispõem de recursos
40 orçamentários para garantir a gratuidade dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. A Unicamp

1 não oferecerá cursos de pós-graduação *lato sensu* porque ela não possui recursos orçamentários
2 para manter esses cursos. Nas discussões, era bastante mencionada a preocupação de que a não
3 gratuidade dos cursos *stricto sensu* de alguma forma permeasse os cursos *stricto sensu* e que
4 isso ficasse confuso. Ressalta que os cursos *stricto sensu*, pela Constituição, têm de ser
5 gratuitos, mas de qualquer maneira isso continua fazendo parte do Regimento. Além disso,
6 naquele momento se atacava muito a ciência, portanto se argumentava que não era uma boa
7 hora para essa alteração. Agora isso mudou, a ciência está sendo valorizada na situação atual.
8 Outro ponto que estava sendo questionado era o gerenciamento financeiro dos cursos de pós-
9 graduação *lato sensu*, caso eles fossem pagos, que ele ficasse dentro da Extcamp e que isso
10 não era um assunto para regimento, esse é um assunto de gestão. Então, em várias conversas
11 levaram em consideração essas várias propostas e fizeram uma proposta alternativa, que passou
12 para todos os membros do Consu na semana passada. Trata-se de uma proposta que foi discutida
13 com várias pessoas, de consenso em vários pontos, talvez não em todos. Então, por exemplo,
14 no artigo 3º, e em vários lugares, foi tirado o MBA. Existe uma polêmica se os MBAs são
15 cursos de especialização *lato sensu* ou não, e vão deixar isso para o MEC decidir. Como já
16 mencionou, existe legislação nacional e estadual para isso. O ponto chave era o artigo 6º, que
17 definia que os cursos e programas de pós-graduação disciplinados por esses regimentos são
18 gratuitos, e antes havia uma separação dos cursos *stricto sensu* dos *lato sensu*. O que foi feito
19 na nova proposta é colocar tudo o que seja do *stricto sensu* no título do *stricto sensu*, e tudo que
20 seja do *lato sensu*, no título do *lato sensu*. Então, esse artigo 6º foi suprimido e o assunto foi
21 desdobrado em duas partes. A parte da gratuidade do *stricto sensu* passa a ser o artigo 10 na
22 nova proposta; e a parte que falava do *lato sensu*, vai para o título do *lato sensu*, no artigo 80.
23 Dentro do capítulo da pós-graduação *stricto sensu*, fica explícito que os cursos e programas de
24 pós-graduação *stricto sensu*, disciplinados por este regimento, são gratuitos. Então fica claro
25 que a pós-graduação *stricto sensu* está aberta e não existe nenhuma possibilidade de cobrança.
26 Os outros artigos trazem algumas mudanças de palavras, mas a mudança principal que estão
27 propondo é separar o *stricto sensu* do *lato sensu*, e dentro do capítulo do *lato sensu*, foi colocado
28 o artigo 80, mantendo a redação do *caput* atual, que diz que os cursos de pós-graduação levam
29 o curso de aperfeiçoamento, aprimoramento, especialização, residência médica, residência
30 multiprofissional e residência da área profissional de saúde, e foi incluído um parágrafo
31 primeiro que define que sobre os cursos e programas de pós-graduação *lato sensu* disciplinados
32 por esse Regimento Geral poderá incidir cobrança, conforme projeto encaminhado pela unidade
33 proponente e aprovação final pelo Consu quando da análise da proposta de criação do curso.
34 Essa também é uma mudança porque na versão da Cepe, a proposta parava na Cepe, e aqui
35 estão propondo que o Consu aprove a criação dos cursos e analise a necessidade ou não da
36 cobrança. Depois, foi inserido um novo parágrafo, para ficar bem claro que as regras de
37 utilização dos recursos auferidos por esses cursos serão objeto de instruções normativas da
38 unidade proponente, em consonância com as regras vigentes na Unicamp. Como é recurso
39 extraorçamentário, são descontadas as taxas, é descontado o AIU, e o recurso volta para a
40 unidade, que vai definir quais são as regras de utilização desses recursos. Então a própria

1 unidade tem de fazer uma instrução normativa sobre como será utilizado esse recurso. O artigo
2 81 falava novamente que os cursos de pós-graduação *lato sensu* eram oferecidos gratuitamente.
3 Como isso faz parte agora do artigo 80, foi feita uma nova redação para os cursos de pós-
4 graduação *lato sensu*, tirando essa parte, e foi incluído um capítulo novo no título do *lato sensu*,
5 dedicado à implantação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Esse capítulo estabelece que
6 cabe às unidades de ensino e pesquisa, em suas congregações, propor a implantação dos cursos
7 de pós-graduação *lato sensu*, conforme o título II. O parágrafo único diz respeito aos centros e
8 núcleos interdisciplinares de pesquisas que poderão, em conjunto com uma unidade de ensino
9 e pesquisa, participar do curso de pós-graduação *lato sensu*, desde que suas atividades
10 acadêmicas sejam complementares. Isso é bastante similar ao que acontece nos cursos *stricto*
11 *sensu*. O artigo 84, que se referia à implantação do curso, foi passado para o artigo 83, que diz
12 que a criação dos cursos terá origem nas unidades de ensino e pesquisa, que encaminhará à Pró-
13 Reitoria de Pós-Graduação um processo que tem de ser instruído por vários itens. Esses
14 primeiros itens, até o 6, já fazem parte do processo que os cursos de pós-graduação *lato sensu*
15 têm de fazer. Então tudo isso faz parte do atual Regimento, não mudou. Foi incluído um novo
16 inciso sobre a justificativa para cobrança, quando houver. Nele pode ser dito o porquê de esse
17 curso precisar ser cobrado, quais são os custos do curso, quais bolsas serão oferecidas, quais
18 isenções serão oferecidas, qual o público-alvo etc. E, como disse, o autofinanciamento. Houve
19 uma renumeração dos incisos VIII e IX, que colocam que caso o curso não seja gratuito, quanto
20 ele vai custar para cada um dos alunos, e é preciso haver um regulamento do curso, contendo
21 critérios de credenciamento ou cadastramento de professores e preceptores, porque estão
22 diminuindo as exigências no atual regimento para ser professor de um curso de pós-graduação
23 *lato sensu*, e nesse caso é preciso haver critérios para credenciamento e cadastramento de
24 professores. As propostas primeiro têm de ser aprovadas pela CPG da unidade proponente, pela
25 congregação e, caso haja a participação de centros e núcleos do conselho superior, dos centros
26 e núcleos. Antes era solicitado um parecer da ProEC, foi eliminado, atualmente precisa ter um
27 parecer da Diretoria Acadêmica, tem de ter uma análise da PRPG, tem de ter aprovação da
28 CCPG, aprovação da Cepe e, finalmente, aprovação no Consu. Como foi discutido, colocar que
29 a gestão financeira dos cursos de especialização ficasse com a Extcamp é um problema de
30 gestão, não é um problema de Regimento da Pós-Graduação. Portanto, a gestão financeira dos
31 cursos de especialização e aperfeiçoamento cobrados será determinada por deliberação da
32 Administração Central da Universidade. O que era antigo artigo 82 se tornou artigo 84, que
33 define que os cursos podem ser presenciais ou semipresenciais, foi eliminada a expressão “ou
34 à distância”. Na realidade, foi acrescentado o primeiro parágrafo, que diz que os alunos deverão
35 atender os requisitos mínimos de provas presenciais e defesa presencial individual de
36 monografia ou trabalho de conclusão do curso, de acordo com a legislação vigente. A legislação
37 vigente exige provas presenciais e defesa presencial individual da monografia. E o parágrafo
38 segundo foi reescrito de acordo com a lei estadual, porque estava mal escrito antes, e ele diz
39 que farão jus ao certificado de conclusão os alunos que tiverem, no mínimo, 70% de nota, nota
40 7, inclusive na monografia, e comprovação de frequência de 75%. E houve só uma renumeração

1 dos outros, porque foi incluído um parágrafo, e todos os outros itens seguem como estavam na
2 proposta da Cepe. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR diz que primeiro sua
3 solicitação é que haja calma; a representação discente está sendo desrespeitada neste Conselho
4 desde o começo da suspensão das atividades presenciais, e é inaceitável que a Reitoria grite
5 com um companheiro seu e um conselheiro do Conselho Universitário. Então, pede calma e
6 paciência. Aproveitou o feriado para assistir na íntegra à sessão do STF que regulamentou a
7 cobrança do *lato sensu*. O interessante é que o que mais foi discutido lá não foi o mérito da
8 cobrança em si, mas o financiamento da Universidade pública, como as universidades públicas
9 estão sucateadas, dando como exemplos a UFRJ, Uerj e várias outras. E que abrir a
10 possibilidade de cobrança do *lato sensu* resolveria esses problemas. Então foi discutida uma
11 forma de as universidades terem dinheiro, eximindo o governo de financiar as universidades
12 públicas, que é seu dever. E vários dos ministros já queriam começar, desde aquele momento,
13 a discutir a cobrança do *stricto sensu*. Portanto, não estão sendo alarmistas aqui quando dizem
14 que o *stricto sensu* está sendo ameaçado. Esse interesse existe, ele foi afirmado por vários
15 ministros naquela sessão. Inclusive, também houve uma grande desvalorização da ciência, um
16 desconhecimento profundo do que se faz na universidade pública brasileira. Houve ministros
17 ridicularizando as pesquisas, falando, por exemplo, que se paga para um estudante descobrir
18 por que formiga anda em fila, e que a pós-graduação brasileira serve para vaidade pessoal, para
19 conseguir um diploma. É um absurdo e é contraditório com a própria Reitoria da Unicamp, que
20 vem buscando divulgar o que a ciência da Universidade faz pela sociedade. Pergunta para a
21 professora Nancy, com todo respeito, qual ciência está sendo valorizada agora, porque o
22 Instituto de Artes perdeu 70% das bolsas Capes no ano passado. E com a Portaria 34, há um
23 programa no IA que não possui mais nenhuma bolsa de doutorado. O CNPq tirou do edital do
24 Pibic as Artes e as Humanidades. É estarrecedor escutar a Pró-Reitora de Pós-Graduação da
25 Unicamp dizer que a ciência agora está sendo valorizada, porque não estão vendo isso. Ontem
26 foi um dia muito importante para o Instituto de Artes, porque a congregação votou contra a
27 proposta de cobrança do *lato sensu*, contra essa alteração no Regimento. Saúda todos os
28 estudantes do IA que se mobilizaram por essa luta pela educação pública, especialmente os
29 estudantes do curso de Música, o que é motivo muito grande de orgulho para ela, porque
30 independentemente do que aconteça aqui hoje, o Instituto a que pertence e o seu curso se
31 posicionam em defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade, socialmente
32 referenciada em todos os níveis de ensino. Porque se trata de uma questão de princípios, não
33 importa o quanto tentem modificar a proposta, o quanto tentem enfeitar, ou o quanto tentem
34 disfarçar, o que estão votando aqui é um princípio de gratuidade. E é extremamente incoerente
35 votar essa proposta no mesmo dia em que aprovaram as cotas nos colégios técnicos. Certamente
36 seria uma mancha nesta gestão permitir a cobrança de alguns cursos de pós-graduação. Desde
37 já solicita votação nominal. A Unicamp criou a especialização modalidade extensão, e mudar
38 o regimento de pós-graduação para resolver esse problema não é uma alternativa válida. A
39 Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES diz que a democracia envolve
40 respeitar as diversidades, as opiniões distintas, e também as necessidades distintas. A Faculdade

1 de Enfermagem é uma das que têm menor orçamento na Universidade, então continuar
2 oferecendo, de forma gratuita, o curso de estomaterapia é impossível. É um curso que tem uma
3 qualidade muito elevada, conta com vários professores convidados, existe custo para trazer
4 esses professores, para manter a qualidade do curso. É um curso que dá uma formação
5 específica para o enfermeiro, abre a possibilidade de atuação em áreas bastante correlatas, mas
6 também bem específicas, que são as áreas de feridas, de incontínências e de estomias. Inclusive,
7 alguns alunos eram empregados de empresas que pagavam o curso, antes oferecido pela Escola
8 de Extensão, ou eram enfermeiros em hospitais que não pagaram o curso mas ofereceram
9 facilitação em termos de de folgas, para que eles pudessem fazer esse curso. A Faculdade não
10 tem condições de oferecer gratuitamente, e se não puder cobrar o curso, não terá como mantê-
11 lo, com a qualidade que ele tem. A necessidade de enfermeiros estomaterapeutas é muito
12 grande. Ferida é muito comum. A incontínência entre as mulheres é de 30%, entre os homens
13 15%, entre as crianças de 10 a 15%. Então é um problema que afeta a qualidade de vida e que
14 tem tratamento, tem acompanhamento. Estomia afeta a qualidade de vida, há necessidade de
15 enfermeiros, que atuam, muitas vezes, em assistência domiciliar, porque não é fácil cuidar de
16 uma estomia. E não é fácil cuidar de uma pessoa com estomia, não é fácil cuidar de uma família
17 com alguém com estomia. Então, seria muito triste se não pudessem mais oferecer esse curso;
18 deveriam permitir a cobrança de um valor justo, não necessariamente que gere lucro, mas que
19 permita realizar o curso. Pergunta qual seria a alternativa; não conhece nenhuma outra. Então,
20 em nome disso, da diversidade, a situação que é especial de cada um, devem deixar dar abertura
21 oficialmente, pelo regimento, para terem um curso que se sustente, porque não existe outra
22 opção, a não ser que lhe deem a garantia de uma outra opção. Como estomaterapeuta e
23 enfermeira obstetra, acha uma negligência não formar enfermeiros nessa área quando possuem
24 uma demanda de nove milhões de enfermeiros para o mundo. A Covid-19 mostrou quem fica
25 na linha de frente, porque quem mais está morrendo são enfermeiros e técnicos de enfermagem,
26 que é quem fica do lado do paciente, cuidando dele o tempo todo e se expondo. Agora já devem
27 ser 10, 11 milhões os enfermeiros necessários no mundo, e como falou, a área de estomaterapia,
28 em especial, é uma área especializada com altíssima demanda. O Conselheiro JOÃO PAULO
29 FERREIRA BERTACCHI diz que acha realmente muito triste não poder oferecer um curso de
30 pós-graduação em enfermagem com tamanha importância, como a professora Maria Helena
31 descreveu, mas a cobrança do curso é uma questão independente. Pelo que entende, uma coisa
32 seria financiamento privado, outra coisa seria o financiamento público. A discussão que estão
33 tentando colocar é justamente essa crise de financiamento público das universidades. Não
34 enxergam nessa suposta alternativa do *lato sensu* uma saída viável, e também acha muito triste
35 ouvir a professora Nancy falar que a ciência está sendo valorizada, porque estão passando pela
36 maior crise dos anos recentes em relação à valorização da ciência, não só financeira, mas a
37 valorização do papel social da ciência. Em relação à disposição de recursos, não tem nenhuma
38 objeção direta à questão do autofinanciamento, o problema é que a disposição de recursos é
39 determinada dentro do próprio Consu. Então, determinam para onde vão esses recursos, e isso
40 já se liga exatamente com isso que a professora Maria Helena mencionou, não destinam

1 recursos para cursos tão essenciais, como esse que ela descreveu, sendo que deveriam. Observa
2 que a professora Nancy fez uma introdução colocando uma nova proposta, não a proposta que
3 foi aprovada na Cepe, e pergunta se a ideia é aprovar isso em bloco. Possui uma outra proposta:
4 que possam fazer destaques ponto a ponto nos artigos, inclusive fez uma série de destaques que
5 não sabe se precisa necessariamente mencionar agora, mas seria a inserção de um parágrafo no
6 artigo 80, algumas alterações dentro do artigo 80, inserção de um inciso no artigo 83 etc.
7 Pergunta quando pode colocá-las. Possui uma proposta que precede essa discussão mais
8 específica sobre o documento que foi apresentado pela professora Nancy. O artigo 87 deixa
9 muito claro que todas as alterações que vierem a acontecer no regimento da pós-graduação
10 devem ser precedidas por uma discussão do regime RDIDP. Inclusive essa é uma das principais
11 preocupações da bancada discente, é não estar discriminado claramente quanto de carga o
12 professor vai poder fazer de *lato sensu* cobrado, quanto ele vai poder fazer de carga *lato sensu*
13 gratuito, quanto de carga *stricto sensu*, porque pessoalmente lhe parece que estão criando meios
14 de permitir que o professor dê um curso privado dentro da universidade pública, receba uma
15 verba extra, sendo que ele já recebe para isso. Está colocada claramente a possibilidade do
16 pagamento de um bônus para o professor que está dando o curso. Isso acaba se tornando um
17 incentivo, inclusive. O MAGNÍFICO REITOR observa que isso já existe, já está
18 regulamentado. Hoje em dia a Escola de Extensão funciona dessa maneira, de forma bem
19 regulamentada. Há uma limitação bastante específica quanto ao RDIDP e quantas horas de
20 dedicação ele pode ter com relação a isso. O Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA
21 BERTACCHI diz que não discrimina *lato sensu*. Isso significa que tem uma divergência, e a
22 divergência precisa ser discutida. O MAGNÍFICO REITOR diz que ela será discutida, estão
23 ouvindo os conselheiros. O Conselheiro JEFFERSON CANO diz que traz a posição do IEL
24 após uma reunião feita em setembro de 2019, em que o Instituto decidiu que não tem nenhuma
25 discordância de princípio quanto à cobrança de mensalidades na pós-graduação. Mas levanta
26 algumas preocupações quanto ao modelo de implantação. Apesar de reconhecer que se atingiu
27 aqui um razoável nível de consenso em torno de vários pontos da proposta atual, mencionará
28 aqui dois problemas para os quais solicita atenção do Conselho, mesmo sabendo que isso não
29 entra diretamente na redação do regimento da pós-graduação, mas está implicado nas decisões
30 que tomarão aqui hoje. A primeira delas diz respeito ao cálculo da carga didática docente que
31 é utilizado para atribuição de vagas docentes em cada unidade. Isso é regulamentado pela
32 Deliberação Cepe A-011 de 1999; o artigo 2º dessa deliberação define que para o efeito da carga
33 didática em pós-graduação, somam-se as horas correspondentes às disciplinas de pós-graduação
34 efetivamente lecionadas. Para manter um equilíbrio e evitar distorções que possam vir a
35 acontecer em virtude do interesse em talvez um trabalho extra que o docente vai realizar, seria
36 importante que discutissem a possibilidade de rever isso para que as disciplinas de pós-
37 graduação que contam no cálculo de uma carga didática fossem referentes às disciplinas de pós-
38 graduação *stricto sensu*. Pode parecer que está fugindo do assunto e indo para uma questão
39 muito específica que não diz respeito à discussão de agora, mas na verdade essa é uma questão
40 que tem impacto sobre o cálculo total do que vai influenciar depois a distribuição de recursos

1 entre as unidades. Uma segunda questão que foi levantada no IEL é sobre a possibilidade de
2 combinar com aquela autonomia que está prevista no artigo 6º da proposta, parágrafo segundo,
3 em que as regras de utilização dos recursos serão objetos de instruções normativas da unidade
4 proponente, com uma maior participação da coletividade, e uma possibilidade seria, por
5 exemplo, uma revisão da Resolução GR-036 de 2008, que regulamenta taxas de ressarcimento
6 à Universidade. Nesse caso, acha que caberia uma proposta a ser discutida oportunamente, em
7 que fosse separada a questão dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, uma taxa específica do
8 ressarcimento à Universidade. Por exemplo, passando o ressarcimento da Universidade do valor
9 fixo de 11%, como coloca essa resolução GR, para 14%, e se cobrar uma nova taxa específica,
10 além dos 8% Pids e 3% Faepex, de mais 3% que se somasse a recursos destinados a programas
11 de apoio à pós-graduação *stricto sensu*. Algo que já existe, como os programas de bolsa PED,
12 que poderiam receber um incremento a partir dos recursos dessa nova taxa cobrada sobre a pós-
13 graduação *lato sensu*, ou um outro programa que se fosse pensado de auxílio à permanência
14 estudantil, mas que fosse dirigido especificamente aos alunos da pós-graduação *stricto sensu*.
15 Como disse, são questões para as quais gostaria simplesmente de chamar a atenção para que se
16 pensasse, em sendo aprovada a proposta que se apresenta aqui, algumas consequências para
17 aperfeiçoar o modelo dessa implantação. O Professor WAGNER DE MELO ROMÃO
18 parabeniza o Conselho Universitário pela decisão da parte da manhã, em favor das cotas étnico-
19 raciais nos colégios da Universidade. Sobre o tema agora em discussão, acha que precisam
20 pensar o que a Universidade quer dos cursos *lato sensu*. Há uma demanda enorme da sociedade
21 por cursos desse tipo, e infelizmente a Unicamp tem lidado com isso por meio dos cursos de
22 extensão, uma grande parte pagos, e tem utilizado muito pouco a modalidade *lato sensu*. A
23 página da PRPG indica que hoje existem quatro unidades que oferecem cursos *lato sensu*.
24 Talvez esteja desatualizado, mas constam a FCM, o IE, o Imecc e o IG. São cursos muito
25 importantes, excelentes, e pensa que isso deve ser ampliado na Universidade. Muito se fala a
26 respeito da falta de recursos na Universidade, e fez uma pesquisa superficial sobre o
27 faturamento da Extecamp, que no ano de 2018 foi o melhor desde 2009, ficando em R\$24
28 milhões de reais. Isso é cerca de 1% do que a Universidade recebe pelos recursos do tesouro
29 estadual. O princípio da gratuidade não é qualquer princípio, é um princípio que franqueia o
30 acesso de qualquer pessoa, é um acesso que não é mediado, seja pelas empresas, que financiam
31 eventualmente algum estudante aqui, seja pelas economias das pessoas que resolvem fazer parte
32 de um curso aqui na Unicamp, no caso, um curso de extensão ou, se for aprovada esta matéria,
33 um curso *lato sensu*. Pergunta se não seria mais importante, para manter o princípio da
34 gratuidade, do livre acesso de qualquer pessoa à universidade pública, financiada com recursos
35 públicos, que deliberassem a respeito de qual é a estratégia da Universidade para com os cursos
36 *lato sensu* e destinasse uma parte do orçamento da Universidade para esses cursos. Essa é uma
37 pergunta importante, sobre a qual solicita que os conselheiros e as conselheiras reflitam. No
38 artigo 87, fica muito claro o conjunto de preocupações que possuem. O conselheiro João Paulo
39 expressou algumas preocupações, e as suas são de outra ordem, como o fato de que se torna
40 possível imaginar um curso de *lato sensu* que não tenha participação de nenhum docente da

1 Universidade. O *caput* desse artigo coloca que pelo menos 50% dos professores devem ter, no
2 mínimo, título de doutor, pelo menos 2/3 da carga didática total do curso deverá ser ministrada
3 por acadêmicos e profissionais, o que é um conceito extremamente amplo. Qualquer estudante
4 de graduação, com o devido respeito aos estudantes de graduação, pode ministrar um curso de
5 *lato sensu*. E está destinado que a comissão de pós-graduação de cada unidade defina uma carga
6 didática mínima a ser ministrada por docentes da Universidade. Ou seja, é possível que existam
7 cursos de *lato sensu* sem que haja sequer um docente da Unicamp responsável por alguma
8 disciplina. E, mais do que isso, a legislação que está sendo proposta é tão aberta que possibilita,
9 pelo parágrafo 3º do artigo 87, que todos os professores e preceptores dos cursos *lato sensu*
10 devem ser credenciados ou cadastrados, de acordo com normas específicas estabelecidas no
11 regulamento de cada curso *lato sensu*. Ou seja, qualquer curso vai poder fazer praticamente
12 tudo na legislação que está proposta. Então, possui muita preocupação com a legislação que
13 está proposta, defende a manutenção do princípio da gratuidade do ensino, da pesquisa, da
14 extensão na universidade pública. Esses problemas que nesse pequeno espaço de tempo
15 levantou devem ser tratados por este Conselho hoje, ou talvez seja prudente que sejam
16 colocados em um outro momento, pois há muitas questões. O Conselheiro JOÃO LUIS
17 SARAIVA MORAES diz, sobre o *lato sensu* pago, que é preciso lembrar algo que o maior
18 pensador da universidade pública e de seu papel falou, o grande mestre Darcy Ribeiro: que
19 diante da crise, a universidade brasileira podia atuar de duas formas, duas soluções possíveis
20 que mostravam caminhos para a nação. Uma era a solução da modernização conservadora. Nas
21 palavras dele, modernização reflexa, caminho que a ditadura de 1964 implementou, inclusive
22 em que esta Universidade esteve inserida, que continha a ideia da modernização da estrutura
23 produtiva com a manutenção das desigualdades sociais e da hierarquia social brasileira,
24 garantindo que os interesses privados se sobrepusessem sobre os interesses públicos. E a
25 universidade poderia contribuir com outro projeto de sociedade, em contraponto a este, que é o
26 caminho da superação do subdesenvolvimento, o qual Darcy tanto defendia. A seu ver, é
27 pertinente lembrar isso porque, ao falarem em cobrar cursos de pós-graduação, ainda que *lato*
28 *sensu*, caminham no sentido de uma universidade para modernização reflexa, pois passa a se
29 pautar em uma lógica mercantil, que pensa em consumo e público potencial, em quais alunos
30 vão auferir renda, quais cursos podem oferecer desta forma e que público gostariam de atingir
31 instaurando essa modernização e esse caminho triste para a Universidade. Em contraponto, por
32 princípio, uma universidade deve atuar para superação do subdesenvolvimento e para a
33 universalização e produção de conhecimento, que é a forma pela qual inclusive a Universidade
34 encontra essa missão de universalizar a produção de conhecimento, muito oposta à lógica
35 mercantil. A proposta de cobrar o *lato sensu* só vigora neste momento específico porque reflete
36 o sucateamento previsível do ensino superior. Não por acaso, a seu ver, estão votando isso
37 agora, após no último Conselho Universitário terem tido a notícia do alarmante déficit e dos
38 impactos da crise estrutural que a Universidade sofre. O *lato sensu*, sendo recurso
39 extraorçamentário, não consegue responder aos problemas de despesas orçamentárias, como
40 aposentadorias e os repasses não realizados pelo governo. Retoma a missão da Unicamp escrita

1 no seu planejamento estratégico, inclusive pela vice-reitora, de criar e disseminar o
2 conhecimento científico, tecnológico, cultural, artístico em todos os campos. A disseminação e
3 o conhecimento científico vão na contramão do *lato sensu* pago, diferente das cotas que
4 aprovaram hoje, pois, como diz o voto do ministro Celso de Mello, ao falar sobre a cobrança
5 desses cursos, eles somente estarão ao acesso daqueles que possam pagar a mensalidade, indo
6 contra o artigo 206 da Constituição, que prevê a gratuidade do ensino público em instituições
7 oficiais de forma clara. Vão contra o princípio da autonomia didático-científica ao pôr em risco
8 os cursos de *stricto sensu* pelos interesses de poder lecionar no *lato sensu* com remuneração.
9 Vão contra o princípio da gratuidade no ensino público e, como reiterou muito bem a
10 conselheira Patrícia, pergunta se vão concordar com o ministro Fachin quando disse que o
11 interesse individual do estudante em se preparar, destinado à qualificação para o mercado de
12 trabalho, não constitui exercício de ensino e, assim, o *lato sensu* poderia ser pago porque não
13 seria atividade de ensino. Pergunta aos professores que darão esses cursos se eles não estarão
14 ali lecionando, se eles entendem realmente que a qualificação no mercado de trabalho, a
15 formação de profissionais capazes de inovar não é missão da Universidade. Isso os leva até a
16 um questionamento da cobrança na graduação, se tiverem esse entendimento extremamente
17 complicado inclusive no âmbito jurídico. Por fim, vão contra os princípios da inclusão e do
18 acolhimento, da inserção e responsabilidade social. No Instituto de Economia, são mais de
19 1.700 alunos de especialização, e as bolsas não chegam a sequer 1% destes. O estacionamento
20 fica lotado de carrões e senhoras e senhores bem vestidos, que não refletem as necessidades
21 sociais que a Universidade deveria ter, e não prevendo bolsas na proposta, como deveria, nem
22 indicando isso. Também sequer o respeito à diversidade das áreas de conhecimento, outro
23 princípio da Universidade, afinal, impulsiona desigualdades entre universidades, deixando as
24 unidades com interesses menos mercadológicos pela forma como se organizam, sujeitos a
25 menos recursos. Enfim, acha que cabe regular a proposta, mas, acima de tudo, votar, por
26 princípio, contra a proposta que já foi apresentada à Cepe. O Conselheiro PAULO ADRIANO
27 RONQUI diz que a proposta de alteração do regimento da pós-graduação foi debatida no IA
28 em três distintas ocasiões, duas congregações e uma reunião dos docentes com as pró-reitorias,
29 às quais pessoalmente agradece por terem esclarecido todos os pontos da proposta. Como
30 mencionado pela conselheira Patrícia, que é aluna do Instituto, na congregação extraordinária
31 de ontem, realizou-se uma votação declarada dos seus membros sobre a proposta de mudança
32 do regimento geral da pós-graduação, e foram 10 votos contrários, cinco favoráveis e três
33 abstenções, sendo que quatro membros titulares faltaram à reunião. Embora na reunião
34 realizada no dia 10 de abril de 2020 os docentes tenham ponderado que não haveria
35 impedimento para a aprovação do regimento, por parte dos docentes, dada a necessidade de
36 normatização jurídica dos cursos de especialização, e também da necessidade de fomento
37 orçamentário de muitos desses cursos, ontem foi ponderado, sobretudo, que o momento político
38 é ruim, no que tange a qualquer tipo de ameaça ao ensino público gratuito, e também o momento
39 inadequado durante a pandemia, para debater o assunto. Dito isso, após esse debate, a
40 congregação do IA deliberou pela não aprovação da proposta da alteração do regimento da pós-

1 graduação. O Conselheiro CARLOS ALBERTO RODRIGO DA SILVA agradece ao professor
2 Wagner Romão e aos conselheiros Patrícia, João Paulo e João Luís, pois se sentiu muito
3 contemplado com suas falas. Diz que sentiria vergonha deste Conselho se isso fosse aprovado,
4 pois acabaram de aprovar pela manhã as cotas nos colégios técnicos, o que mostra o quanto há
5 de desigualdade no país. Nem todos têm os carrões ou as roupas elegantes para frequentar curso
6 de especialização dentro do IE; muitos mal conseguem se manter em Campinas pelo custo de
7 vida tão alto. E como foi falado por diversos conselheiros, colocar essa cobrança é abrir um
8 precedente, porque sabem que existem políticos trabalhando para que a universidade deixe de
9 ser gratuita e passe a ser paga. Um exemplo disso é o projeto “Future-se”, e pergunta se é isso
10 o que os conselheiros desejam. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO diz que se sente
11 contemplado em muitas falas, mas vai ressaltar algumas questões. Sobre a questão do princípio,
12 colocada pelo professor Romão, da universidade gratuita, pública, e como isso pode afetar a
13 isonomia de acesso e inclusão, que acabaram de aprovar no período da manhã, percebe que
14 existem dois debates que andam juntos, mas que deveriam andar separado. Uma coisa é
15 autofinanciamento da universidade, outra coisa é o papel de uma pós-graduação, a
16 regulamentação de uma pós-graduação, pensando na excelência que desejam, na formação de
17 pessoas capacitadas para atuar em qualquer área. Na área pública, como foi citado, a
18 importância da saúde, pensando em hospitais e centros de saúde públicos. A Faculdade de
19 Educação, onde estuda, reafirmou seu posicionamento contrário à cobrança de qualquer tipo,
20 seja no *lato sensu* ou no *stricto sensu*. Esses dois campos tão importantes, a educação e a saúde,
21 precisam de cursos destinados à maioria da população, não cursos fechados a uma minoria que
22 possa pagar. Nem jogar o ônus sobre as pessoas de ter de bancar uma formação, o que em outros
23 setores deveria ser feito pelas empresas, que deveriam estar bancando a formação de seus
24 quadros, seus dirigentes, seus profissionais. Então são questões diferentes, uma a formação, o
25 papel dessa regulamentação, e a outra é o autofinanciamento da Universidade. O que deveriam
26 estar discutindo aqui é o recurso do ICMS que o governo do estado não está repassando; é o
27 Cruesp ter um posicionamento mais duro na cobrança. Há posições muito boas, muito claras e
28 objetivas da própria Reitoria da Unicamp perante o desmando nacional, mas nas cobranças da
29 Capes e do CNPq estão muito recuados. Deveriam estar pensando em como financiar a
30 universidade pública, a Unicamp, a USP, a Unesp e demais, nesse viés, e não jogar a questão
31 do autofinanciamento, onerando para o estudante e também rompendo com o princípio que foi
32 apresentado na fala do professor Romão. Como não foram apresentadas essas novas
33 proposições na Cepe, encaminha como proposta o pedido de retirada de pauta desta discussão,
34 para retornar e fazer uma discussão mais madura, mais por inteiro, porque não foi feita. O
35 Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que acha muito importante essa
36 discussão estar sendo feita hoje. Seu entendimento é de que há uma diferença muito grande
37 quando falam de ensino público e gratuito pensando em pós-graduação *stricto sensu* e a
38 graduação no seu sentido como conhecem, e o que está em pauta hoje, que é a pós-graduação
39 *lato sensu*. Na forma como está colocada, acha totalmente pertinente, pois não estão colocando
40 um item que vai obrigar a cobrança, ele vai permitir a cobrança para aqueles cursos que sejam

1 formatados como *lato sensu*, e que dessa forma terão mecanismos de controle para avaliar sua
2 criação. Eles serão propostos pela unidade, todas as regras serão discutidas na unidade pela
3 CPG, pela congregação, depois ele vai para a CCPG, em seguida para a Cepe e finalmente ao
4 Consu, ou seja, cada curso *lato sensu* a ser criado virá a este Consu e todo conselheiro poderá
5 analisar como é a distribuição dos recursos e o custo associado àquele curso. Fica muito
6 tranquilo nesse sentido. Como foi colocado aqui, os recursos adquiridos ou coletados pela
7 Extcamp no ano de 2018 representam 1% do orçamento da Unicamp. Trata-se de 1% de
8 recursos que vieram de forma extra, de pessoas que fizeram cursos de especialização, ou seja,
9 não eram alunos precisando fazer uma graduação. Nesse caso concorda que precisam defender
10 o tempo todo o ensino gratuito, a graduação e a pós-graduação *stricto sensu*, é um dos maiores
11 defensores nesse sentido. Mas, no *lato sensu*, é uma formação que pode e deve ser procurada
12 em situações particulares, como colocou aqui a diretora da Faculdade de Enfermagem; às vezes
13 a pessoa precisa buscar, ela tem o recurso, e acha que a Universidade poderia permitir isso. Não
14 entende que isso denigre a imagem da Universidade, tanto é que já foi julgado no STF em
15 momento há cerca de três anos. O STF entendeu também, nessa linha que está colocando aqui,
16 que é dissociado ensino gratuito obrigatório, graduação e pós-graduação *stricto sensu*, do *lato*
17 *sensu*. O MAGNÍFICO REITOR diz que ainda há vários inscritos, mas há uma proposta de
18 retirada de pauta, que tem prioridade. Observa que a discussão é importante e esse assunto já
19 vem ocorrendo há algum tempo. Não estão se referindo a autofinanciamento, isso não existe
20 com relação aos cursos de especialização, cursos de extensão. É uma possibilidade de oferecer
21 mais uma alternativa para a sociedade. A professora Maria Helena ilustrou bem esse exemplo
22 nas suas colocações de como um curso de especialização é importante em algumas áreas do
23 conhecimento, e que se não houver recursos extraorçamentários para isso, eles simplesmente
24 não ocorrerão. Primeiro porque não há recursos suficientes, e também porque não há nos
25 critérios da Capes ou em outros critérios que valorizem essa atividade *lato sensu* e,
26 naturalmente, é uma possibilidade que muitas unidades oferecem e poder oferecer com mais
27 qualidade. A Unicamp tem pouca experiência nos cursos de especialização *lato sensu*, na
28 realidade, como bem disse a Patrícia na sua primeira colocação, a Unicamp inventou a
29 especialização modalidade extensão, e independentemente do resultado da votação, ela acaba
30 aqui, não haverá mais esse tipo de invenção, que não é aceita, é uma falácia que estão fazendo
31 com os estudantes que se matriculam nesta modalidade. Ou terão esse assunto bem
32 regulamentado ou esse tipo de modalidade vai acabar. Este assunto é fundamental para a
33 Universidade. Muitas falas se colocaram com relação a princípios de gratuidade, mas afirma
34 que não está sendo alterado absolutamente nada com relação a esses princípios
35 importantíssimos da universidade pública, que deve ser gratuita, de qualidade, socialmente
36 referenciada. Lembra que todas as universidades públicas do país têm cursos de especialização
37 com permissão de pagamento, conforme o Supremo Tribunal Federal aprovou. Essa é uma
38 realidade que estão vivendo, e acha que há alguma mistura nas motivações e colocações
39 específicas com relação a esse assunto. Colocará a votação da retirada de pauta, que tem
40 prioridade, e argumentará contra, porque além desta questão importante da discussão dos cursos

1 *lato sensu*, há também uma série de mudanças importantes no regimento da pós-graduação que
2 precisam ser aprovadas para regularizar outras questões dentro da pós-graduação, dentro da
3 Universidade. Mas, naturalmente, o Conselho Universitário é soberano para tomar esta decisão.
4 Submete à votação a retirada de pauta da matéria, que é rejeitada com 42 votos contrários e 24
5 favoráveis. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE ALMEIDA diz que lamenta por não ter
6 sido aprovada a retirada de pauta, pois é um tema bastante complicado para ser discutido hoje.
7 É importante colocar em qual contexto estão discutindo, e é bastante estarrecedor ouvir a
8 afirmação de que a ciência estaria sendo valorizada neste momento, por mais que as
9 universidades públicas estejam lutando e tentando demonstrar a importância da ciência, da
10 pesquisa que, diante de uma pandemia global, pode fazer uma diferença muito grande nesse
11 combate. Mas, mais que isso, vivem um momento muito grave na situação do Brasil hoje, e que
12 coloca gravíssimas ameaças à pesquisa pública e às universidades públicas. Primeiro que
13 Bolsonaro segue sendo presidente, fazendo coisas absolutamente bizarras; o CNPq tem uma
14 política totalmente sem sentido com relação à pesquisa, cortou a possibilidade de participação
15 das Humanas e das Artes nos editais. Pessoalmente, submeteu ao Pibic o seu projeto de pesquisa
16 de sociologia do trabalho, na qual utiliza autores marxistas como fonte teórica, e tem bastante
17 receio de que não ser aprovado, não pela qualidade do trabalho, mas por um tipo de clivagem
18 ideológica que o governo pode estar promovendo, não só no edital do Pibic, mas, em um
19 próximo momento, também nos editais de bolsas para pós-graduação. O “Future-se” segue
20 tramitando no Congresso. A situação das universidades estaduais paulistas é calamitosa, um
21 déficit galopante causado por uma queda brutal de arrecadação, sem nenhuma garantia de que
22 haverá algum tipo de reposição emergencial de recursos para garantir o funcionamento
23 adequado das universidades. É muito difícil fazer uma discussão como esta em um momento
24 em que existe uma ameaça tão grave à situação das universidades públicas. Às vezes se pergunta
25 se não existe um certo elemento de fortalecimento dos debates antiuniversidade, na medida que
26 a universidade tem tanta dificuldade de se conectar com os debates que são os mais importantes
27 em cada momento. Acha grave também do ponto de vista da democracia votar uma medida tão
28 polêmica em um momento em que a Universidade está vazia, com a comunidade de alunos,
29 funcionários e docentes em isolamento social, com milhares de pessoas morrendo por dia no
30 Brasil. É muito difícil fazer um debate qualitativo, que envolva o conjunto da comunidade
31 acadêmica para elaborar um bom projeto, que tenha condições de sanar as dúvidas das pessoas,
32 principalmente considerando que o projeto votado na Cepe não é exatamente o mesmo que está
33 sendo votado no Consu. Acha que existe um problema muito grave no que a professora Maria
34 Helena colocou. Entende que existe pressão grande em relação ao subfinanciamento da
35 Universidade, mas se abrem essa lógica e a desdobram até o seu limite, podem chegar a lugares
36 muito perigosos. Então, na medida em que não conseguem sustentar um projeto, buscam
37 financiá-lo de forma alternativa, e pergunta o que ocorrerá se isso se aplicar algum dia sobre os
38 cursos de graduação. Porque, no limite, precisam ter em mente também que a proposta de
39 cobrança de mensalidade, por mais que o senhor Reitor afirme ser contrário, não é uma proposta
40 que está descartada no estado de São Paulo em última instância. É um fantasma que paira hoje

1 sobre a universidade pública. O princípio da gratuidade precisa ser um princípio muito caro
2 para a Unicamp, que acabou de aprovar a proposta de cotas étnico-raciais nos cursos dos
3 colégios técnicos. Por mais que se diga que vai ser preservada a gratuidade dos cursos *stricto*
4 *sensu* e também dos cursos de graduação, não há como negar que vai ser muito mais difícil para
5 as pessoas que não têm condições acessarem esses cursos de pós-graduação *lato sensu*,
6 perpetuando bolsões de desigualdade e elitismo dentro da Unicamp. Pergunta qual o projeto de
7 universidade que defendem. Não defende uma universidade que cobra mensalidades por cursos
8 que não vão poder ser acessados pela maioria da população. Acha que precisam refletir muito
9 sobre isso. Outro tema, já citado aqui, é como a pressão mercadológica vai entrar na
10 Universidade com relação a esses cursos. É uma lógica diferente, e pergunta o quanto isso pode
11 pressionar a Unicamp em uma situação de extremo subfinanciamento, de grave crise
12 orçamentária das universidades estaduais paulistas. Acha que precisam tomar muito cuidado
13 com essa discussão. Considera muito ruim que não tenham retirado a pauta para conseguir
14 debater isso com mais calma, e se posiciona contrário à votação. O Conselheiro JOÃO
15 ERNESTO DE CARVALHO diz que os docentes da Faculdade de Ciências Farmacêuticas
16 fizeram uma assembleia na semana passada para discutir essa alteração nos cursos de pós-
17 graduação, e a imensa maioria se posicionou contrariamente à cobrança de cursos *lato sensu*,
18 porque é uma ameaça clara à situação de que, já que o *lato sensu* está cobrado, por que não o
19 resto. Também foi discutida a preocupação aqui já mencionada de que, com a possibilidade de
20 cobrança e de complementação salarial, existe uma tendência de muitos docentes gente
21 preferirem trabalhar no *lato sensu* do que no *stricto sensu*. A outra preocupação na Faculdade
22 foi que realmente alguns cursos *lato sensu* são cursos práticos que dependem de uso de
23 materiais, e muitas vezes são materiais caros, necessitam de um financiamento. Uma das ideias
24 é que os cursos de extensão, que podem ser pagos, financiem esses cursos *lato sensu*, que
25 continuariam sendo gratuitos. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que não sentirá
26 vergonha se esta proposta for aprovada hoje no Conselho Universitário, porque aqui é um
27 espaço democrático. Entretanto, ressalta que é bastante contrário a esta proposta. Há pouco
28 tempo, analisaram com naturalidade e até aprovaram um professor que tirou apenas nota 5 em
29 um determinado concurso, em didática. Hoje não olharam, a seu juízo, para os mais pobres.
30 Parece natural que coloquem os mais pobres junto com aqueles que provêm de famílias mais
31 ricas, dando pontos e não os ajudando suficientemente. Mas, também hoje, não foi adotado o
32 teto salarial, que lhe parecia absolutamente importante que fosse colocado dentro do aspecto do
33 pagamento feito a eventuais professores visitantes, que atuem em convênios. Essa é uma lógica
34 que não lhe agrada, porque a Escola de Extensão tem o seu lugar, porém, para que alguém
35 pudesse nela atuar, deveria antes provar que tem contribuído de maneira importante, e no seu
36 máximo, para garantir que a parte científica e acadêmica da Universidade fosse a melhor
37 possível avaliada na Capes, por exemplo. O mesmo diz dos convênios: só deveriam ter
38 convênios aqueles que tivessem um desempenho absolutamente singular e importante como
39 contribuição para a ciência que querem desenvolver na Universidade e no país. Não concorda
40 com a possibilidade de cursos pagos, mesmo que sejam *lato sensu*, pois esse é um passo que

1 vai em uma direção com a qual não concorda, uma vez que no futuro a Universidade verá que
2 a parte científica foi atenuada pelo esforço que eventualmente as pessoas farão para atuar nas
3 demais possibilidades. O Conselheiro ALVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ diz que se
4 bem entendeu uma fala há poucos instantes, do professor Marcelo, não estão discutindo a
5 questão do autofinanciamento. Fica mais confortado com isso, porque acha que foi um
6 argumento de ocasião introduzido de última hora na discussão. Supondo que não houvesse
7 problema com a cobrança de taxas nos cursos *lato sensu*, ainda assim consideraria que esta é
8 uma proposta com problemas. Ela estipula, no seu artigo 6º, a possibilidade de cobrança, e o
9 termo utilizado é “pagamento”; isso é tão estranho à ideia de universidade pública que sequer
10 os termos corretos sabem utilizar. Não é de pagamento que se trata, é de cobrança. Não há,
11 entretanto, nenhum dispositivo que fixe teto para esse tipo de cobrança, e que determine
12 políticas de isenção que permitiriam aos menos favorecidos poder também, se tivessem
13 disposição, frequentar esses cursos. Acredita que isso revela o próprio caráter da proposta, e
14 não lhe parece adequado. O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas já tem uma posição
15 firme, contrária à proposta, e nessa direção irá o seu voto. O Conselheiro ERICH VINICIUS
16 DE PAULA diz não ter dúvidas de que são uma organização composta por pessoas com plena
17 capacidade de entender as mudanças da sociedade em que vivem e, a partir delas, exercer seu
18 papel social. Agarrar-se à ideia de que a Universidade não pode e não precisará lançar mão de
19 formas alternativas de financiamento é, a seu ver, negar um aspecto da realidade das relações
20 entre sociedade, Universidade, e também da situação financeira em um grau que pode lhes fazer
21 tão mal em termos de sobrevivência institucional, quanto outras negações que os cercam. Não
22 compreende as falas sobre soluções que envolveriam simplesmente uma decisão política de
23 priorizar isso ou aquilo com recursos orçamentários, quando, na verdade, as planilhas, que são
24 públicas, mostram que as decisões reais vêm sendo, na verdade, sobre quais dos itens essenciais,
25 como a manutenção do corpo docente, progressão de docentes e funcionários, deverão ser
26 cortados. Infelizmente, em geral, a decisão tem sido de que todas precisam ser cortadas. Diante
27 da realidade em que vivem no Brasil, pergunta-se, já discordando, se é razoável continuar
28 acreditando que a limitação de recursos para sustentar a Universidade é só uma imposição dos
29 governos de plantão, e não uma realidade de que o que querem e podem fazer hoje é mais do
30 que o contribuinte pode garantir. E de que também a sociedade tem outras demandas tão
31 importantes e, no seu entendimento, até mais importantes do que este aspecto em particular que
32 estão discutindo. São responsáveis e comprometidos com sua missão e criativos, para garantir
33 que isso não represente um distanciamento do princípio da gratuidade. Apesar de sua fala, louva
34 o empenho de todos na luta por esses princípios, já que os objetivos finais deles são certamente
35 os mesmos que defende para a Universidade, que são atender a sociedade com responsabilidade
36 social e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. O que questiona é se
37 todas as lutas que quase instantaneamente, de uma forma tristemente previsível, opõem algumas
38 categorias e grupos desta Universidade são de fato as melhores lutas em nome desses princípios
39 que são comuns a todos; ou se não seriam apenas questões às quais se agarram para ilustrar o
40 comprometimento com esses princípios e que, muitas vezes, podem os afastar deles mesmos.

1 Parabeniza a Reitoria por trazer esta questão, não pela ousadia de inovar, já que é uma questão
2 que um amplo arco de entidades já adotou e apoia, mas por ter a resiliência de insistir nessa
3 pauta que, no seu entendimento, é muito importante. Não está em jogo a gratuidade da
4 graduação ou da pós-graduação *stricto sensu*. A sociedade espera deles que sejam capazes de
5 entregar os melhores resultados com os recursos que possuem. Têm aqui a oportunidade de
6 garantir um tipo de formação importante para a população, atendendo inclusive grupos que, de
7 outra forma, não poderiam ter acesso de forma legal e sem qualquer comprometimento dos
8 princípios que defendem. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que o artigo 206 da
9 Constituição Federal garante a gratuidade do ensino público, e a decisão do Supremo Tribunal
10 Federal delimitou que a garantia constitucional não é obstáculo à cobrança de mensalidade em
11 cursos de especialização. A ressalva é que se o curso estiver relacionado à manutenção e
12 desenvolvimento do ensino, a gratuidade deverá ser obrigatoriamente observada. Então, a
13 autonomia universitária garante à Unicamp discriminar quais são as atividades que podem ou
14 não ser cobradas a partir desses limites, e esperam hoje que a gratuidade prevaleça como
15 princípio fundamental. A proposta trazida a este Conselho é frágil, de redação precária e, por
16 isso, o parecer Cepe veio com placar de 12 a 11, indicando que merece aperfeiçoamento e
17 discussão. Dizer que a ciência não está sendo atacada é desonestidade intelectual. A pandemia
18 não é o melhor momento para se discutir isso, e vai expor as razões. Argumenta-se que os cursos
19 já são pagos e esses recursos são destinados à manutenção das unidades. Mas, se isso for
20 verdade, pergunta se não deveriam esses cursos ter políticas também de isenção de taxas e serem
21 oferecidos a preços justos para manutenção da Universidade. A carta que a professora Nancy
22 trouxe diz que a cobrança possibilita a concessão de bolsas, mas, na prática, não são definidos
23 critérios claros para isso, nem hoje, nem na nova proposta. Se um curso de extensão é inviável
24 economicamente, cabe à Universidade repensar o seu oferecimento, já que existem cursos que
25 a Unicamp, infelizmente, não vai poder oferecer, dada a restrição orçamentária de recursos
26 humanos que enfrenta. A Unicamp não é uma universidade com função de concorrer com
27 instituições privadas de *lato sensu*, ela nunca dará conta de disputar fatias de mercado com
28 empresas educacionais, e essa não é a atividade principal. Não existe, na proposta, regras claras
29 de utilização dos recursos provenientes desses cursos, o que indica que a estrutura existente
30 hoje será reaproveitada, além de sobrecarregar as secretarias de pós-graduação. Do ponto de
31 vista da fiscalização e do controle, não há inovações que justifiquem essa mudança regimental.
32 Argumenta a professora Nancy que esses cursos não são reconhecidos por conselhos de classe,
33 diz que os cursos pararam de ser oferecidos e que os alunos estão indo para USP, Unesp, outras
34 universidades. Esse argumento não se sustenta com evidências. Na USP, esses cursos são vistos
35 como uma modalidade de extensão. Não há dados suficientes para argumentar que a demanda
36 da Unicamp tenha diminuído e que das outras tenham aumentado. Os conselhos de classe estão
37 interessados em reserva de mercado, nada garante que passar a reconhecer os cursos vai ajudar
38 com conselho de classe. O site da Extecamp especifica que a modalidade extensão não atende
39 às normas do *lato sensu*. Se é um problema na Escola de Extensão, e quiserem trazer para a
40 graduação, nada impede que eles façam isso de forma gratuita. A partir do momento em que os

1 cursos de extensão e especialização forem levados a pós-graduação, haverá uma migração dos
2 professores do *stricto sensu* para o *lato sensu*. Faz aqui menção ao voto do ministro Fachin: os
3 professores são servidores públicos, e como tal, devem se destinar às atividades indicadas em
4 seus cargos. Não podem, conseqüentemente, eximir-se das obrigações ordinárias para
5 desempenhar aquelas que, por conveniência, decidiu a Universidade oferecer ao público. Então,
6 caso se resolva pela alteração, a Unicamp deve limitar a carga horária e os rendimentos de
7 atividades de pós-graduação *lato sensu*, revendo imediatamente o RDIDP. A deliberação
8 Consu, ao contrário do que o professor Marcelo mencionou, não estabelece um limite máximo
9 para atividades de *lato sensu*. Ante o exposto, vota pela rejeição desta proposta, e que eventual
10 reformulação seja discutida na CLN e na Cepe, com análise de mérito e consistência jurídica
11 da proposta alternativa apresentada pela professora Nancy, que não está em votação. Como
12 disse o professor Marcelo hoje, é temerário que se passe por cima da proposta discutida
13 exaustivamente em outras instâncias; discussões feitas pela pró-reitora não são instâncias
14 universitárias. Por isso, solicita que façam votação nominal, nos termos do artigo 54 do
15 Regimento Interno do Consu, com a garantia de que esse pedido seja submetido à votação em
16 plenário. Verão agora quem que vota a favor e quem vota contra, e as pessoas precisam saber
17 disso, a sociedade demanda satisfações do que está sendo votado aqui. A Conselheira RACHEL
18 MENEGUELLO primeiramente pergunta em que medida estão de fato votando legitimamente
19 uma nova proposta, levando em conta a transformação formal que essa proposta sofreu desde
20 que passou pela Cepe e pelas instâncias. Tem várias concordâncias com o que a proposta traz,
21 mas está preocupada com essas mudanças formais que não passaram por instâncias que teriam
22 feito avaliação anterior. O MAGNÍFICO REITOR observa que o Consu é soberano na
23 discussão. Foram ouvidas todas as críticas, os comentários, as sugestões, buscando estabelecer
24 um texto mais consensual. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que era isso o que
25 precisava ouvir, que o Conselho é soberano para discutir este texto, mesmo que ele tenha vindo
26 com algumas alterações. Estão votando, portanto, legitimamente, porque essas alterações são
27 fruto de uma abertura do diálogo que a professora Nancy e a PRPG fizeram para a comunidade,
28 falando com as unidades, com os docentes, e ela vem transformada em vários pontos. Estão se
29 dedicando a um único ponto, que talvez seja o central, mas ele vem transformado em vários
30 pontos, dos quais mencionará dois, que vê que completam a exposição dos argumentos que
31 estão colocados aqui. O primeiro é sobre a gratuidade, que é certamente o ponto central nesta
32 discussão. A Unicamp, como universidade pública, sempre defendeu, sempre priorizou o
33 princípio da gratuidade do ensino, sempre sustentou o seu papel público na sociedade. Não vai
34 repetir os argumentos de muitos aqui na direção da defesa do ensino público gratuito, acha que
35 todos são favoráveis a esse princípio enquanto tal, mas entende que não podem fazer vistas
36 grossas a mudanças legítimas que a Unicamp vem experimentando ao longo dos anos. É disso
37 que trata a discussão no âmbito deste Conselho frente a esta proposta. Ao longo do tempo, a
38 Unicamp, nas suas diversas áreas, intensificou, inovou, foi criando, muito positivamente,
39 relações com setores produtivos da sociedade, com setores profissionais práticos, seja na saúde,
40 seja nas tecnológicas, em várias áreas. E seja através de relações de intercâmbio, de

1 transferência de conhecimento, de formação de recursos humanos, vários exemplos. Precisam
2 reconhecer que essas relações podem incluir formas de financiamento da competência que
3 produzem aqui em áreas específicas. Essas competências, em boa medida, em vários setores,
4 precisam ser financiadas para poder ser realidade. A professora Maria Helena, da Faculdade de
5 Enfermagem, deu um exemplo muito oportuno das possibilidades que isso significa. Entende
6 que é disso que trata apresentar a possibilidade de financiamento de algumas atividades de
7 formação de recursos humanos no âmbito dos programas *lato sensu*. Sublinha que é a
8 possibilidade de financiamento, é uma inovação no âmbito do ensino da pós-graduação da
9 Universidade. Lembra que em 2015, quando fizeram a revisão do regimento da pós-graduação,
10 esse princípio foi pontuado, destacado e apareceu de forma clara que era para toda a pós-
11 graduação, mas agora estão no momento de reconhecimento de uma outra dinâmica. É uma
12 inovação no ensino da pós-graduação, ela organiza atividades de ensino e de formação de
13 recursos humanos que a Unicamp vinha realizando há anos como extensão, e embora altere um
14 princípio reafirmado naquela ocasião, de 2015, que era a gratuidade da pós-graduação, a forma
15 como a professora Nancy apresentou nessa segunda versão a possibilidade de criação de cursos,
16 com uma justificativa explícita e com detalhamento de custos por aluno e do próprio curso, que
17 podem se traduzir em taxas de cobrança, é cuidadosa, submete ao crivo das instâncias
18 acadêmicas e superiores da Universidade, inclusive este Conselho, a aprovação de um curso
19 neste desenho. Portanto, não entende que essa proposta coloca em risco a pós-graduação *stricto*
20 *sensu*, que passou a ser o problema aqui. Reprovar essa proposta significa inviabilizar a
21 realização de cursos muito legitimamente concebidos pela Universidade. Alguns aqui durante
22 a discussão mencionaram que sentirão vergonha se a proposta for aprovada, mas lembra que a
23 Universidade já cobra por cursos, ela coloca na Escola de Extensão essa variante da cobrança;
24 estão há anos escondendo essa alternativa, que se entende de cobrança, de formação de recursos
25 humanos em lugar público, em vez de enfrentar uma regulamentação adequada. É disso que se
26 trata essa proposta, regulamentar adequadamente uma proposta de formação de recursos
27 humanos em nível de pós-graduação. Outros disseram que o risco está na fraqueza deste
28 Conselho, na fraqueza da Universidade, na fraqueza do próprio princípio, dizendo que já que
29 se cobra o *lato sensu*, por que não cobrar o restante. Dizer isso é dar uma forma muito
30 simplificada a um problema complexo que têm de enfrentar. Então, trata-se de regulamentar a
31 possibilidade de cobrança, que ela seja definida da forma mais controlada possível. Talvez
32 tenham de discutir mais, aperfeiçoar um pouco mais esta discussão, os artigos e incisos que essa
33 proposta traz, mas a incomoda profundamente defender princípios que estão sendo minados por
34 práticas antigas já há muito tempo. Acha que regulamentar a prática de ensino, dando clareza
35 para aquilo que significa a gratuidade e a cobrança legítima, pela competência que produzem
36 na Unicamp, na formação de recursos humanos, parece adequado neste momento. Essa versão
37 do texto retirou a possibilidade do ensino à distância integral como possibilidade do *lato sensu*.
38 Particularmente, viu isso com muito bons olhos; já explicitou em outras reuniões durante a
39 pandemia os problemas que vê na questão do ensino à distância. Não é demais lembrar a
40 experiência forçada de todos no presente momento da pandemia, movida para dar conta do

1 ensino nesse período. E essa experiência, em vários lugares, com testemunhas, pesquisas,
2 dados, chama a atenção para o fato de que o ensino remoto é mais complexo, envolve muitas
3 dimensões. Em função disso, e com o cuidado que possuem com a pós-graduação, a proposta
4 define as dinâmicas de ensino presencial e semipresencial, que já são realizadas, como regra de
5 funcionamento. Isso lhe parece bastante adequado para dar as delimitações de como como
6 poderão funcionar esses cursos *lato sensu* agora, regidos desta maneira. E, finalmente, um ponto
7 que esta versão da proposta também traz é sobre a gestão; foi feita uma modificação que
8 encontrou uma forma sábia de retirar a forma de gestão financeira do regimento. A gestão
9 acadêmica é sempre da PRPG, evidentemente, mas a gestão financeira da PRPG sai do
10 regimento, ela estava aqui com uma combinação, com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura,
11 com outras formas, e leva isso para uma deliberação, que deve ser feita logo em seguida a uma
12 eventual aprovação aqui. A forma de gestão responde à disponibilidade de recurso,
13 aproveitamento de capacidades de funcionários já existentes, que no caso do curso de formação,
14 estão concentradas na ProEC, porque boa parte desses cursos estavam ali e não faria sentido o
15 regimento incluir dessa forma a questão. Precisam de mais um GT para trabalhar nessa
16 deliberação, mas de toda forma reitera os pontos positivos desse texto, que traz alterações
17 importantes para a pós-graduação da Unicamp. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS
18 BIANCARELLI diz que faz suas as palavras da professora Rachel sobre saudar o esforço de
19 aprimoramento. Acha que a proposta avançou bastante e se sente contemplado nesses
20 comentários a respeito da evolução entre uma proposta e outra; louva o esforço de busca de
21 uma solução mais consensual. O Instituto de Economia já discutiu isso bastante ao longo do
22 ano passado e é favorável à alteração, mas existem pelo menos três grandes preocupações que
23 fazem sentido a respeito dessa alteração. A primeira delas diz respeito a uma possível
24 contaminação dessa prática para outros níveis de ensino. No entanto, acha que a mudança na
25 redação foi muito oportuna, muito importante porque de fato separou bem. Evidentemente estão
26 alterando aqui a possibilidade de cobrança, sujeita a todos os controles das instâncias do *lato*
27 *sensu*; não está em discussão nem o *stricto sensu* e muito menos a graduação. Nada impede que
28 venha uma proposta assim, como nada impede que venham propostas sobre tudo, mas
29 evidentemente é preciso ter clareza de que não está em discussão; e acha que a grande maioria
30 aqui é contrária à cobrança de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*. Acredita que está
31 bastante delimitado, que não existe contaminação, confusão ou sobreposição entre *stricto sensu*
32 e *lato sensu*. O segundo temor que apareceu na discussão foi o de uma certa deturpação ou
33 quebra do princípio de sentido público da Universidade com a cobrança desses cursos *lato*
34 *sensu*. O funcionamento dos cursos de extensão pagos em várias unidades da Universidade, e
35 mais do que isso, o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu* em praticamente
36 todas as universidades federais do Brasil, regulamentados ao longo dos últimos anos, é uma
37 espécie de garantia, a menos que o argumento seja que se reduziu o caráter público dessas
38 universidades com a concessão de títulos de pós-graduação *lato sensu*. Acha que precisam ter
39 um pouco de tranquilidade de dizer que, submetidos às regras, aos controles, ao controle de
40 qualidade inclusive, de todas as deliberações que estão previstas aqui, os cursos de

1 especialização que eventualmente sejam criados não deturpam o caráter público da
2 Universidade, do qual todos aqui são defensores. Todas as universidades públicas brasileiras
3 importantes já possuem cursos desse tipo, a Unicamp é a última, e a Unicamp não é mais pública
4 do que as outras por causa disso, talvez seja por conta de outras coisas, mas não vê aqui um
5 problema. Uma terceira preocupação aqui expressa, muito válida, muito justa, é o risco de
6 desvio de função, desvio de dedicação de docentes em relação ao que pode eventualmente
7 representar uma remuneração extra. Acha que há dois instrumentos aqui, o RDIDP, que tem de
8 deixar isso muito claro também para o *lato sensu* o limite de horas, e o relatório de atividades.
9 Evidentemente, se o professor estiver se dedicando mais à atividade que lhe rende alguma
10 remuneração extra do que às outras pelas quais ele está contratado, isso tem de ser verificado
11 e, eventualmente, corrigido no seu relatório de atividades, nas suas avaliações periódicas. Nesse
12 sentido, a observação do professor Jefferson sobre carga didática é perfeita, e subscreve também
13 a ideia de que a avaliação da carga didática não pode incluir pós-graduação *lato sensu* paga.
14 Apesar desses argumentos, que fazem sentido, observa que os recursos extraorçamentários,
15 longe de representar uma substituição de financiamento público, são importantes sim para a
16 manutenção de algumas unidades, ou das unidades que têm já cursos de extensão. No caso do
17 Instituto de Economia, não vê como substituição ou como redução da importância do caráter
18 público da Universidade e do financiamento, mas como formas complementares, alternativas,
19 assim como são as taxas cobradas de projetos de pesquisa, de consultoria de professores
20 pesquisadores da Unicamp, que também rendem recursos extraorçamentários para a
21 Universidade. Acha que tem de haver um paralelo entre dedicações que alguns professores têm
22 e outros não, para projetos de pesquisa muito importantes e muito volumosos, no total muito
23 maiores, inclusive, do que os existentes no curso de extensão e muitos cursos de especialização
24 que, eventualmente, sejam criados. E também, nesse sentido, vê com bons olhos que se pense
25 na gestão, talvez até no GT proposto pela professora Rachel, de eventualmente uma destinação
26 de parte dos recursos também como mecanismo de solidariedade para a pós-graduação. A
27 Conselheira ADRIANA NUNES FERREIRA diz que se sentiu bastante contemplada nas falas
28 da professora Rachel e do professor André. Assim como eles, e como muitos aqui, também se
29 posiciona a favor da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada. Não acha que a
30 existência de cursos pagos na Universidade signifique privatização ou diminuição do seu caráter
31 público, até porque já existem cursos pagos na Unicamp, como eles já ressaltaram, há mais de
32 trinta anos, só que hoje boa parte dos cursos de especialização estão no guarda-chuva da
33 Extensão. E isso, além dos problemas sobre o certificado, que não vale para várias finalidades,
34 gera o que realmente é sua motivação para apoiar essa mudança de regimento, o fato de eles
35 ficarem em uma sombra em termos de regulação. Eles ficam escamoteados na Extensão, eles
36 existem, têm uma função, só que há um déficit de regulamentação e essa é uma oportunidade
37 para avançarem nessa regulamentação. Também achou que essa nova proposta com a separação
38 da pós-graduação *stricto sensu* em relação à pós-graduação *lato sensu* foi muito feliz. Essa
39 cobrança devidamente justificada também muito feliz, assim como a retirada do EAD.
40 Entretanto, alguns pontos, em termos de regulação, ainda ficam em aberto, e vários deles já

1 foram colocados por outros conselheiros antes dela. Um primeiro ponto é uma necessidade de
2 revisão do regulamento do RDIDP, colocando um limite máximo de participação remunerada
3 dos docentes na atividade de pós-graduação *lato sensu*, que está em atividades de extensão, no
4 artigo 10. Esse artigo 10 tem de ser revisto para contemplar agora essa outra modalidade de
5 atividades. O segundo ponto diz respeito ao artigo 80 do regimento proposto, sobre a utilização
6 dos recursos que serão objetos de instruções normativas da unidade proponente em consonância
7 com as regras vigentes da Unicamp. Foi jogada para as unidades essa responsabilidade; acha
8 importante que elas tenham um espaço para decisão, mas também importante que estabeleçam
9 parâmetros gerais para aplicação desses recursos e, nesse sentido, a proposta que a professora
10 Rachel fez de um GT é fundamental, um GT com participação discente, participação das Pró-
11 Reitorias de Pós-Graduação, de Extensão, de Graduação também, porque são recursos que
12 podem, seguindo a proposta do professor Jefferson, inclusive beneficiar a graduação; são
13 recursos que podem financiar cursos de pós-graduação *lato sensu* gratuitos, bolsas de pós-
14 graduação, atividades de pesquisa etc. Encaminha uma proposta relativa ao artigo 111, que é o
15 último desse regimento, que estabelece que ele entrará em vigor imediatamente, de que ele fosse
16 modificado, para que dissessem que o regimento entrará em vigor após aprovação de uma
17 deliberação complementar do Consu, que contemple as alterações na regulamentação do
18 RDIDP e os princípios gerais da utilização dos recursos, complementando o parágrafo 2º do
19 artigo 80 do regimento. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que
20 no Instituto de Geociências também fizeram a discussão, que já havia sido feita ano passado, e
21 na congregação da semana passada houve o entendimento geral de que estão de fato
22 regulamentando algo que precisa ser regulamentado. Considera que a nova versão encaminhada
23 pela professora Nancy melhorou bastante, ela ouviu muitas pessoas, porque isso já havia sido
24 amplamente debatido em outras instâncias, conversou com muitas pessoas e chegou a uma
25 proposta que acha que incorporou várias das sugestões, e abrandou muitos dos problemas, se
26 não eliminou alguns deles, que antes estavam colocados. Então, essa nova versão foi bem
27 recebida no IG, porque ela melhora em relação à anterior. Sua interpretação recai em três
28 pontos: alinhamento, flexibilidade e controle. O alinhamento é tanto externo quanto interno;
29 existe um problema, oferecem cursos de especialização dentro do guarda-chuva da Extensão,
30 isso está errado. Precisam regulamentar, e quanto a isso acha que não há dúvida. A questão do
31 pagamento, como muitos já disseram também, já existe; há cursos de extensão que já são pagos,
32 assim como existem os gratuitos também, e as duas modalidades com frequência alta. Então,
33 não se trata de introduzir algo novo. O segundo ponto é o da flexibilidade. Há alta flexibilidade
34 em se propor cursos pagos ou não pagos, de especialização, ou manter na extensão. Portanto,
35 não se está obrigando ninguém a fazer nada e nem a cobrar. Essa flexibilidade atende a
36 diferentes demandas que se colocam, e é flexível também na cessão de bolsa, na inclusão de
37 pessoas que não podem pagar. Há cursos, como foi dito aqui, que efetivamente se não houver
38 um financiamento externo, a Unicamp não conseguirá oferecer, porque demandam recursos
39 para que se possa organizar e oferecer o curso. Isso é natural e acontece em todas as
40 universidades públicas, pelo menos entre as que conhece. O terceiro ponto é o do controle. Essa

1 nova versão traz cinco instâncias para se passar, e a primeira vez que viu a proposta achou que
2 nem deveria vir ao Consu, porque quatro instâncias seriam mais do que suficientes para fazer
3 as devidas discussões, filtros e sugestões para que sejam pagos ou não pagos, o mérito do
4 programa, do conteúdo, de tudo isso. Como normalmente já acontece dentro da Unicamp. Mas
5 dado o debate todo que está havendo aqui, concorda que venham até o Consu. De forma
6 nenhuma encararia isso como uma mudança de perspectiva da universidade pública em direção
7 à privatização, ao pagamento de outros cursos que não o *lato sensu*. Estão se alinhando ao que
8 acontece no país, do ponto de vista da categorização do que é um curso de especialização; é
9 indiscutível que é preciso fazer esse alinhamento. Caso contrário, a Unicamp não terá mais
10 cursos de especialização, visto que já não deveria ter dentro da Extensão. A questão do
11 pagamento já existe, e fica muito claro para ele que dentro da Universidade o *stricto sensu* é
12 proibido ser pago, formalmente no Brasil é proibida a cobrança no *stricto sensu*. Todos os
13 docentes e a Universidade como um todo dependem de cursos *stricto sensu* para o seu
14 desempenho, para a sua avaliação; individualmente, nos relatórios, os professores precisam
15 estar em cursos de pós-graduação fazendo pesquisas, orientando pessoas. Assim como a
16 Universidade precisa ter esses cursos bem qualificados e bem ranqueados, nacional e
17 internacionalmente. Portanto, estão apenas fazendo uma normalização daquilo que precisa ser
18 regulamentado. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que votou
19 pela retirada de pauta porque, como veem pela discussão, é um tema extremamente polêmico,
20 que tende a gerar muito ruído e muita divisão. Acabam ficando em uma lógica binária, como
21 se pagar e não pagar fossem as únicas decisões que pudessem tomar, como se não fossem
22 capazes de encontrar soluções intermediárias que tenham lógica, razão, justificativa para casos
23 específicos. Isso só indica que uma discussão mais profunda seria uma questão interessante.
24 Mas, de toda forma, não foi essa a decisão do Consu, então agora expressa mais objetivamente
25 a sua opinião. Sente-se contemplado em vários aspectos pela última versão da proposta. Acha
26 que a sua grande conquista foi uma separação nítida entre o *lato sensu* e o *stricto sensu*, o que
27 contesta o argumento de que uma coisa pode afetar a outra e contaminar. No entanto, o
28 regimento é completamente claro que a possibilidade de cobrança só atinge os cursos *lato sensu*.
29 Como já foi comentado por outros conselheiros, existe esse tipo de cobrança em várias
30 atividades da Universidade, atividades que não estão ligadas a ensino na área mais acadêmica,
31 mas estão ligados ao ensino na área de extensão. Então, acha que essa questão é algo que
32 precisam enfrentar com um pouco mais de maturidade, evitando esse tipo de lógica binária. Foi
33 vice-coordenador de extensão por quatro anos na FEA e teve experiência de lidar com aquilo
34 que chamam de extensão social, vinculada, por exemplo, a assentamentos, a quilombolas, a
35 comunidades da região da Jureia, em que vários alunos de graduação, pós-graduação e
36 professores da FEA se envolvem. Porém, a FEA também ministrou aulas para profissionais da
37 Agropalma, que é uma das maiores empresas de produção de óleo de palma no mundo; deu aula
38 para profissionais da Fundação Salvador Arena, que é uma fundação ligada às montadoras do
39 ABC; deu aulas para profissionais da Unilever. Pergunta qual a lógica de não cobrar desses
40 profissionais associados a essas empresas, ou dessas empresas, visto que muitas vezes são

1 cursos para as empresas. Acha que se furta disso significa admitir que consultorias fornecidas
2 pela Universidade, legalmente, através da Funcamp, transferindo tecnologia, licenciamento de
3 patentes, não devem ser cobradas para essas grandes empresas. Teria alguma lógica liberar isso
4 sem qualquer custo para pequenos empreendimentos, para profissionais individuais. Mas não
5 tem qualquer lógica fazer isso para grandes empreendimentos que movimentam grandes
6 quantidades de recursos. Isso não é só uma realidade na FEA, com certeza é realidade em toda
7 área de tecnologia e deve atingir outras áreas da Universidade. A questão da extensão social e
8 extensão para o mercado empresarial é um fato na FEA e na Feagri. Assentamentos e MST tem
9 uma grande relação com profissionais da Faculdade de Engenharia Agrícola. Então, acha que
10 essa é uma discussão que deveriam encarar pelo outro lado, de como podem gerir esses recursos
11 de forma que se amplie a atividade social da Universidade. Utilizando isso como subsídio, por
12 exemplo, para cursos *lato sensu* para profissionais associados a empreendimentos sociais. Em
13 governos anteriores, existiam rubricas ou projetos do CNPq ou do Ministério da Ciência e
14 Tecnologia, ou do Ministério da Reforma Agrária, que possibilitavam vincular profissionais de
15 curso superior ajudando na industrialização, por exemplo, de produtos dos assentamentos.
16 Essas pessoas eram profissionais da FEA, vários trabalharam dando consultoria, eram
17 engenheiros recém-formados dando consultorias para assentamentos. Esses engenheiros podem
18 querer ter uma formação de *lato sensu*. Um curso desse poderia não ser cobrado e ser viabilizado
19 com recursos cobrados de outros cursos. Dessa forma, acha que deveriam se concentrar na
20 discussão da gestão. Já foi apresentada uma proposta de montar um GT, acha que aí tem um
21 aspecto importante, e não pensa que a questão mais relevante nisso seja encaminhar a cobrança
22 de fato. Acha que há um peso que isso vai trazer para a estrutura de pós-graduação, secretarias,
23 PRPG, Diretoria Acadêmica, então esses recursos deveriam estar voltados a melhorar a
24 estrutura administrativa da pós-graduação, viabilizar atividades na pós-graduação que querem
25 que sejam gratuitas no *lato sensu*, subsidiar pesquisas na pós-graduação *stricto sensu*. Esses
26 recursos deveriam ter esse destino, e isso poderia ser discutido e formalizado em um GT. Um
27 outro aspecto que foi tocado de forma importante, pelos professores André e Jefferson, é o
28 impacto disso nas atividades acadêmicas dos docentes na graduação e pós-graduação *stricto*
29 *sensu* e no *lato sensu* não cobrado. Acha que isso tem de ser regulamentado, concorda com a
30 sugestão da professora Adriana, e um aspecto importante é que existe regulamentação para as
31 atividades de extensão em formas de curso de especialização pagos, não existe para os cursos
32 *lato sensu*. Então precisariam colocar um condicionante que evitasse essa contaminação.
33 Imagina que seja uma preocupação da grande maioria dos diretores, por exemplo, se as pessoas
34 começarem a se envolver nesses cursos e isso passa a concorrer com as atividades da pós-
35 graduação *stricto sensu* e com as atividades da graduação. Um GT deve discutir esses dois
36 aspectos, e deve haver na legislação uma restrição à implementação disso, condicionada à
37 definição da norma. Seria uma precaução interessante e que talvez alivie um pouco a
38 preocupação das pessoas que estão se posicionando de forma contrária a esse novo regimento.
39 O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS diz que a Faculdade de Tecnologia oferece seis
40 cursos de graduação, um curso de pós-graduação e dez cursos de especialização, todos eles na

1 Extensão. Esses cursos são ministrados em sua maioria aos sábados, para pessoas que vêm de
2 muitas empresas, e há cursos até com lista de espera. O recurso arrecadado com esses cursos
3 supera em muito o orçamento da graduação e até o orçamento total da unidade. É um dinheiro
4 muito bem empregado. Os professores que ministram as aulas já recebem, pela legislação da
5 Faculdade, dentro das limitações, ou seja, isso já acontece. A FT criou uma enorme tradição em
6 cursos de extensão, e quando o assunto foi discutido na congregação, os professores entenderam
7 a necessidade dessa mudança. Do ponto de vista prático, essa nova resolução não vem para
8 mudar a visão de Universidade, ela vem para resolver um problema. Vê essa discussão como
9 uma oportunidade para melhorar o sistema, ou seja, uma vez que esses cursos migrem para a
10 pós-graduação, se o professor quiser migrar, porque não é obrigatório, vai haver muito mais
11 controle. Uma vez que a unidade queira criar o curso *lato sensu*, ela pode também fazer gratuito,
12 se quiser. Então considera uma legislação bem flexível, que vem para resolver problema, não
13 vem para mudar ideologia. Declara o seu apoio e que votará favoravelmente a essa nova forma
14 de encarar os cursos. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO diz que
15 quando comparam a primeira versão que chegou ao Consu para ser discutida com essa nova
16 versão, depois de todo o trabalho que foi feito por um grupo bastante razoável de pessoas, acha
17 que houve realmente uma melhora significativa, porque vai realmente ao encontro de uma série
18 de situações que ficam muito claras que a Universidade já vivencia, e que talvez agora possam
19 resolver. Mas ainda acha que precisa trabalhar no sentido de regulamentar melhor esse
20 financiamento que vai chegar na Universidade com esses cursos. Várias questões já foram
21 levantadas pelos colegas, relacionadas ao limite da dedicação docente, ao impacto na
22 graduação, na pós-graduação *stricto sensu*, e isso tem realmente de ser discutido com muito
23 cuidado. Considera muito oportuna a ideia de um GT centrado em regulamentar o
24 financiamento, a forma como esse dinheiro vai ser utilizado, porque isso vai permitir que, como
25 já disse o professor Antonio Meirelles e outros, uma série de coisas possam ser feitas na
26 Universidade, inclusive financiamentos para os alunos de pós-graduação. Pensando em
27 algumas relações que existem na Universidade, por exemplo com o Faepex, talvez possam
28 caminhar para algo que tenha mais ou menos essa mesma estrutura, só que voltada para a pós-
29 graduação. Nesse sentido, pode-se pensar em financiamento de bolsas para aqueles cursos que
30 não tenham tanta possibilidade de fazer cursos de extensão. O GT poderia trabalhar até o
31 próximo Consu, para que já tenham uma proposta delineada de como vai ser utilizado esse
32 recurso. É realmente importante, porque seria um norte para todas as unidades, ao qual cada
33 uma, com a sua especialidade, poderia se adaptar dentro dessa grande diretriz. Outro aspecto
34 importante, que foi levantado pela professora Adriana, é que o artigo 111 estabelece que a
35 resolução vai começar a valer imediatamente, mas acha que ela deveria ficar condicionada a
36 esse resultado do GT, ou seja, está propondo que seja condicionado ao próximo Consu.
37 Também é importante o que foi mencionado pelo professor Wagner Romão, que é relacionado
38 ao artigo 87, que estabelece que as unidades vão definir qual é o número mínimo de horas que
39 um docente da Universidade vai ministrar no curso. Sugere que essa redação seja alterada para
40 que as unidades definam qual é o número máximo de horas que vai ser dado por alguém externo

1 à unidade. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA diz que já foi contemplado por
2 várias das falas, e vai apenas declarar que é favorável à proposta, que considera bem
3 encaminhada, bem amadurecida, e até talvez muito cautelosa, talvez um pouco burocrática, mas
4 acha que o princípio está bem acordado. O Conselheiro ÁLVARO DE OLIVEIRA
5 D'ANTONA diz que essa versão que foi apresentada, no entendimento da FCA, através de seus
6 conselhos, é uma tentativa razoável de consenso pragmático, em que pesem alguns pontos que
7 já foram mencionados por outros conselheiros. Obviamente que não supera as divergências de
8 princípios, sobretudo em relação ao que seria uma universidade pública e gratuita, ainda que
9 em algumas falas pareça existir uma confusão entre o que é ser público e ser gratuito. A
10 universidade pode ser pública e não necessariamente ser gratuita. Já que foi levantada por vários
11 a questão do processo, ainda que não seja indevido o Consu ter assumido essa discussão,
12 retirado de pauta e retornado para o próprio Consu sem retornar às instâncias anteriores, seria
13 interessante que tivesse retornado, tendo em vista que o processo foi bastante turbulento.
14 Quando a primeira versão foi apresentada pela primeira vez na Cepe, a reação foi de modo
15 geral, inclusive a sua, frontalmente contrária, tanto é que na ocasião a professora Teresa, que
16 estava presidindo a reunião, achou por bem retirar de pauta para que o GT ouvisse os
17 comentários que estavam sendo ali feitos. Para a sua surpresa, e de alguns outros, o GT parece
18 que se reuniu novamente e decidiu que não mexeria em nada. Na sessão seguinte, não estava
19 presente, mas soube que foi aprovado com uma diferença de um voto, o que mostra que foi
20 suficiente para passar pela Cepe, mas não necessariamente para dirimir as dúvidas. Quando
21 finalmente chegou ao Consu, e foi retirado de pauta para se ouvir a comunidade, isso foi de fato
22 feito. Dois aspectos que talvez não tenham sido adequadamente discutidos hoje dizem respeito
23 aos potenciais novos balanços que virão na Universidade se for aprovada essa modificação. Um
24 deles, que está assentado na defesa de alguns conselheiros, é que ninguém vai ser obrigado a
25 cobrar, é só a possibilidade. Se verificarem os dados antigos da Unicamp, perceberão que
26 coincide historicamente o momento em que houve um incentivo externo à pós-graduação *stricto*
27 *sensu* e a possibilidade de cobrança na extensão de cursos de especialização. Eles coincidem
28 no tempo com o terceiro componente, que é a redução no número de cursos *lato sensu* ofertados,
29 basta olhar os anuários da Unicamp. Não está dizendo que existe uma relação causal, mas que
30 existe uma coincidência, e é de se imaginar que, olhando para as outras universidades estaduais
31 paulistas, que a aprovação dessa mudança vai gerar um *boom* no número de cursos, e certamente
32 um novo balanço nas atividades-fim. Não está dizendo que é bom ou ruim, só está apontando
33 uma possibilidade. Uma questão que chegou a ser mencionada por alguns conselheiros, mas
34 imaginava que os representantes docentes da carreira MS fossem expressar esse ponto um
35 pouco mais, é a do significado para a carreira acadêmica, sobretudo da carreira MS. Estão
36 falando da possibilidade, a julgar pelo que hoje é praticado na extensão, de um docente nível
37 MS-3.1 ganhar bem mais, com menor responsabilidade administrativa, do que um docente nível
38 MS-5. Não sabe quais são os impactos disso. Outra possibilidade que existe é de um docente
39 de um curso desses, que não é concursado na Unicamp, ganhar mais ou tanto quanto um
40 professor concursado. Pergunta quais seriam os significados para a carreira MS. Dito isso,

1 reforça a sugestão feita pela professora Rachel, pela professora Adriana, pelo professor Antonio
2 Meirelles, da necessidade de um GT e do condicionamento da vigência dessas regras, caso
3 aprovadas, às deliberações e regulamentações que estão colocadas nessa versão atual, em outras
4 instâncias e momentos. Acha que esse GT deveria ter uma visão integradora, transversal às pró-
5 reitorias, dado que isso afeta dimensões diferentes da Universidade e dos seus docentes,
6 sobretudo, e que, terminado esse trabalho propositivo de regras auxiliares, ele tivesse a missão
7 de acompanhar, por um certo período, por exemplo um ano ou dois, os efeitos sobre o equilíbrio
8 ou reequilíbrio das atividades-fim e das atribuições dos docentes em relação à carreira MS. O
9 Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI diz que concorda com muitas falas feitas aqui a
10 respeito da universidade plenamente pública, e vai se reportar à situação que estão vivendo no
11 HC, com as dificuldades em relação aos profissionais que estão lá trabalhando. Por exemplo,
12 há fisioterapeutas atuando nos diversos locais do Hospital, auxiliando nos processos de
13 melhoria das atividades fisioterápicas, atendendo pacientes, ajudando no controle das
14 ventilações mecânicas, no nível da terapia intensiva, em praticamente todas as enfermarias. E
15 tem ouvido dizer que houve uma redução desses profissionais. É claro que o ideal seria que o
16 sistema público pudesse financiar plenamente essas contratações, mas há muito tempo possuem
17 uma deficiência bastante grande desses profissionais, suprida, muitas vezes, por alunos
18 oriundos dos cursos de extensão, que, sob orientação dos fisioterapeutas mais experientes, são
19 treinados fazendo plantões inclusive, dentro de todas as atividades envolvendo a atenção na
20 assistência aos pacientes. Portanto, ressalta a importância desses cursos, que são devidamente
21 pagos para que se possa fazer esse tipo de treinamento, e obviamente eles auxiliam muito em
22 todos os processos de assistência e melhoria. Neste momento de pandemia, observam
23 deficiências que não são de pequena monta, como em todo hospital, em relação a determinados
24 tipos de profissionais. Não se trata aqui simplesmente de decidir sobre pagamento ou não
25 pagamento. De fato, tem a ver com a questão do financiamento público, de todo sistema
26 público, que depende dos recursos federais, estaduais, que financiam o Sistema Único de Saúde.
27 E o HC é totalmente SUS. O que acaba acontecendo é que a internalização dos recursos privados
28 advindos das matrículas nesses cursos ajuda na assistência a esses pacientes. Entende que se
29 trata de uma internalização de recursos privados para ajudar a financiar o público. O Hospital
30 de Clínicas hoje precisaria ter um tamanho três ou quatro vezes maior do que tem, pelo menos,
31 para dar conta das imensas demandas, do crescimento da macrorregião estendida de Campinas;
32 estão com uma dificuldade imensa, e todos nesta Casa auxiliaram muito, aumentaram a dotação
33 orçamentária para este ano de 2020, que já novamente estará deficitário até o final do ano e
34 piorado muito com a questão da quarentena a que todos estão submetidos. Acha que todos são
35 pela universidade pública, todos são pelo ensino público gratuito, mas para terem condições de
36 oferecer ensino público gratuito, precisam ter o financiamento. Não adianta só ficar na ilusão
37 de que o Estado conseguirá fazer todo o financiamento; provavelmente não, porque dependem
38 muito do dirigente de plantão, que pode produzir PECs da morte, ou pode progressivamente
39 reduzir o financiamento ou mudar a forma de distribuição orçamentária para todos os
40 municípios, o que tornou muito difícil lidar com a situação. Então precisam de objetividade,

1 acha que é bem interessante toda essa formatação que tem sido trabalhada aqui, ainda há muitas
2 dúvidas, por isso as colocações que os colegas fizeram, absolutamente necessárias, de
3 regulamentação obrigatória de uma gestão melhor desses recursos que entrarão eventualmente
4 para a pós-graduação *lato sensu*. E observa que já careciam anteriormente de regulamentação
5 no nível dos cursos de especialização, de extensão, da regulamentação dos recursos que são
6 internalizados para a Universidade. Declara que é favorável, desde que realmente se lembrem
7 de que é fundamental buscar recursos onde houver. Imaginando que façam uma proposta ao
8 longo dos próximos anos, e que precisem de um determinado valor para a construção de novas
9 áreas do Hospital, ou um novo hospital, para dar conta dessas demandas absurdamente enormes,
10 porque o financiamento para as compras é igual, tanto para o sistema privado, quanto para o
11 sistema público. A inflação que é atribuída a essas compras, ao preço dos insumos para tocar o
12 dia a dia assistencial dos hospitais, é absurda, é muito maior do que a inflação comum. Portanto,
13 não tem receio, acha que possuem confiabilidade na Instituição e certamente farão isso de uma
14 maneira bastante adequada, regulamentando, fazendo um processo de gestão bastante
15 adequado. O Conselheiro JOSÉ LUÍS PIO ROMERA diz que participou da CPI das
16 universidades, assistiu à maioria das sessões, e tem uma leitura da realidade diferente da de
17 alguns companheiros e companheiras que se manifestaram nesta reunião. Na CPI, a proposta
18 de cobrança de mensalidade vem por parte de diversos deputados, de todas as facções e partidos.
19 Vários defenderam a cobrança de mensalidade, então existe uma escalada que vem acontecendo
20 no Brasil em relação a isso. O estado de São Paulo não cumpre o artigo 255 da Constituição,
21 que é destinar no mínimo 30% para educação. Em 2017, deixou de investir R\$7 bilhões; foi
22 apontado nas contas do Alckmin isso, e não houve decisão até agora sobre isso. Em 2018, o
23 estado novamente deixa de investir na educação, e aqui estão discutindo cobrar no curso A, B
24 ou C para financiar. Essa Assembleia Legislativa, esse governo federal, vão querer deixar as
25 universidades se virar para conseguir financiamento, então não sabe por que colocar em pauta
26 esse tipo de proposta em um momento deste, de pandemia, em que estão em risco os empregos,
27 a existência da Universidade, da docência, através de cursos remotos que vão se estender. Fica
28 assustado, e não sabe qual mundo estão enxergando para frente, porque não terão financiamento
29 e vão jogar cada vez mais para as universidades buscarem seus próprios financiamentos.
30 Destinam R\$20 bilhões para isenção de grandes empresas, inclusive montadoras, e acha que
31 deveriam cobrar impostos nos cursos ministrados para montadoras, porque normalmente elas
32 têm isenção de ICMS. Uma nova proposta teria de voltar para a Cepe, para depois voltar para
33 o Consu. Isso pode causar também alguns problemas jurídicos para a Universidade. O
34 Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA BERTACCHI diz que tem algumas questões a
35 levantar. No capítulo I, artigo 80, parágrafo 1º, propõem a seguinte alteração: “Sobre os cursos
36 e programas de pós-graduação *lato sensu* que conduzem a obtenção de certificados de
37 conclusão de curso de aperfeiçoamento, aprimoramento e especialização, disciplinados por este
38 regimento geral, poderá incidir cobrança, conforme projeto enviado pela unidade proponente,
39 aprovação final pelo Consu, quando da análise da proposta de criação do curso”. Essa alteração
40 especifica quais são os cursos que podem ser cobrados. Uma segunda proposta seria a inserção

1 de um parágrafo no artigo 80, antes do 3º, então o parágrafo 2º se tornaria o parágrafo 3º, e
2 inseririam um parágrafo 2º: “Fica vetada a utilização de recursos auferidos por estes cursos a
3 remuneração de servidores docentes e não docentes da Unicamp”. O que era o parágrafo 2º se
4 torna parágrafo 3º, com a seguinte redação: “Atendida a normativa do parágrafo 2º, as regras
5 de utilização dos recursos auferidos por esses cursos serão objeto de instruções normativas da
6 unidade proponente, em consonância com as regras vigentes da Unicamp, sujeita à aprovação
7 pelo Consu”, também tem esse acréscimo, de que isso também deveria ser aprovado pelo
8 Conselho. No artigo 83, sugerem uma inserção de texto no inciso VII, então eles pedem a
9 justificativa para cobrança do curso quando houver, e a bancada discente propõe que o texto
10 mude para: “Justificativa para cobrança do curso, quando houver, acompanhada de um plano
11 de destinação dos recursos auferidos por esta cobrança”, ou seja, que na justificativa já tenha
12 um plano de destinação dos recursos. Algo nesse sentido já foi levantado por outros professores,
13 como Antonio Meirelles e Fernando Coelho. E uma inserção do inciso IX no artigo 83:
14 “Proposta de implementação de bolsas de caráter socioeconômico”, pois uma preocupação da
15 bancada discente é, em consonância com a fala do professor Geromel, com os alunos pobres.
16 Se houver um curso que o aluno não tem condição de pagar, mas tem interesse em fazer, que
17 isso seja, de alguma forma, viabilizado. Deixaram isso bastante vago, inclusive para que possa
18 ser definido dentro do âmbito dos programas, pelos próprios proponentes; não querem
19 estabelecer nenhum modelo rígido, mas gostariam que sempre houvesse uma proposta de
20 implementação de bolsas de caráter socioeconômico, o que claramente vai estar sujeito à
21 própria demanda. E então o inciso IX atual se tornaria o inciso X. Ainda no artigo 83, no
22 parágrafo 3º, propõem uma alteração: “A gestão financeira dos cursos de pós-graduação *lato*
23 *sensu* pagos será proposta pela Administração Central da Universidade, sujeita à aprovação
24 pelo Consu”. O Conselheiro ANTÔNIO CARLOS BANNWART diz que tem concordância
25 com muitas das falas que o antecederam, e só vai enfatizar algumas coisas. Estão em uma
26 universidade pública e querem discutir qual é a melhor maneira de usar os recursos que vêm
27 para ela, que são os recursos dos impostos. Acredita que a maneira correta de aplicar os recursos
28 é priorizar o ensino de graduação e da pós-graduação *stricto sensu*, na medida que ela é voltada
29 para pesquisa. O que ocorre no quadro atual é um uso muito ruim dos cursos de pós-graduação
30 *lato sensu*, porque eles são oferecidos na modalidade extensão, e nas três experiências que teve
31 com esses cursos, a empresa que foi a financiadora do curso queria contratar pessoas, então ela
32 fez uma seleção de alunos, de candidatos, para contratar, e iria usar o curso *lato sensu* para fazer
33 isso. Ou seja, havia a expectativa de que o curso *lato sensu* daria um certificado aceito em
34 órgãos públicos, como por exemplo ANP, que é a instituição com que tem muito contato, e com
35 a Petrobras, e não, o que fizeram foi oferecer um curso de especialização, evidentemente pago
36 pela empresa, mas que não dava um certificado que ela tinha expectativa de obter. Isso foi há
37 muitos anos, e nunca mais teve experiência desse tipo. Lamenta, porque acha que Unicamp
38 perdeu uma veia que poderia ser mais bem utilizada, de oferecer uma formação qualificada e
39 controlada com maior rigor pela pós-graduação, e isso não foi feito. Observa que essas
40 experiências sempre permitiram a possibilidade de bolsas, e é algo muito utilizado nos cursos

1 de extensão especialização para quem realmente precisa. Tem dois alunos de pós-graduação,
2 que agora já são pós-doutores, que fizeram cursos de especialização com bolsa, a seu pedido,
3 atuaram no curso e isso foi aceito. Isso pode ser perfeitamente mantido. O que está sendo
4 proposto pela PRPG vai em uma boa direção, de transformar esses cursos em algo realmente
5 de qualidade e aceito pelos órgãos de classe e pelas agências controladoras, como a ANP e a
6 Petrobras. O Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA BERTACCHI diz que se esqueceu de
7 parabenizar, na proposta a inserção, no parágrafo 1º e no parágrafo 3º do artigo 2º, da atividade
8 docente dentro da formação no âmbito do mestrado e do doutorado, a formação para docência.
9 Acha que é um passo muito importante que vai ser dado pela Universidade, inclusive grande
10 parte do seu grupo de pesquisa é voltado à formação para docência para ensino superior. Esse
11 é um aspecto em que ainda o mestrado e doutorado da Unicamp pecam um pouco, portanto é
12 muito importante que tenha sido colocado isso na proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que
13 esta é uma discussão importante, decisiva na Universidade, e aqui foram colocadas opiniões
14 muito relevantes e legítimas. Observa que toda esta questão precisará também ser
15 regulamentada e acompanhada por uma mudança nas regras do RDIDP, e informa que a CPDI
16 já possui uma proposta na qual está trabalhando há quase dois anos. Foi enviada a versão final
17 à PG para avaliação, e provavelmente entrará na pauta do próximo Conselho Universitário.
18 Existe a preocupação de que realmente os professores aqui contratados dediquem as suas
19 atividades ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e, naturalmente, toda a discussão
20 que está colocada hoje é do *lato sensu*, mas também a questão da extensão é fundamental. São
21 vários aspectos e preocupações que foram levantados e já teve a oportunidade de ver a minuta
22 da CPDI, onde isso vai ficar muito claro. Outro aspecto levantado por vários conselheiros é que
23 não existiria regulamentação para o oferecimento de bolsas. Acha que as pessoas muitas vezes
24 precisam conhecer um pouco melhor os regimentos da Universidade; existem muitas
25 resoluções, que já são antigas, em que está previsto isso, mesmo no caso da extensão. Para
26 quem tiver curiosidade, indica a Resolução Conex 01 de 1994, que dispõe sobre a concessão de
27 bolsas de estudo, que é seguida até hoje, portanto existe previsão de bolsa para um dado número
28 de alunos matriculados. Isso vem dentro da política da própria extensão, absolutamente
29 regulado, e não necessariamente entra no regimento da extensão, mas está colocado em uma
30 resolução da Conex, que é seguida. Solicita a todos os conselheiros que a verifiquem, por ser
31 um exemplo interessante de como a regulamentação da Universidade trabalha no sentido de
32 sempre conceder bolsas aos os estudantes que não tenham as condições de pagar o curso. Vale
33 destacar também que a maioria dos cursos de extensão pagos que possuem hoje praticamente
34 só cobrem os custos. Alguns dados que viu mostram que boa parte dos alunos paga de R\$1 a
35 R\$12 por hora aula. Então realmente são custos mínimos. Em relação aos recursos, como todos
36 sabem, as unidades, os centros e núcleos têm recursos bastante limitados, e esses cursos de
37 extensão têm colaborado para que as unidades possam ter mais recursos que podem ser
38 empregados para seu melhor funcionamento. Ou seja, é revertido para os estudantes,
39 professores, funcionários, naturalmente esse recurso. Acreditam que a decisão sobre uso dos
40 recursos tem de ser das unidades, que sabem bem onde estão os problemas, as questões, e isso

1 é colocado com toda a clareza na proposta que está sendo encaminhada. O Consu é soberano
2 para tomar a decisão, e lembra que antes havia muitas questões mal explicadas, que precisavam
3 de aprimoramento, e a professora Nancy e o professor Fernando se dispuseram a ir a todas as
4 unidades, discutiram com diversos grupos, chamaram reuniões, leram documentos que
5 chegaram até a Reitoria, e buscaram encontrar um texto com um relativo consenso. É um
6 assunto já polêmico por si só, várias falas aqui mostram que o consenso completo
7 eventualmente não será obtido, mas acha que conseguem um relativo consenso com relação a
8 esta proposta. Por isso decidiram trazer esta discussão para que possam votar esse texto hoje.
9 Foi feita por um conselheiro uma proposta de retirada de pauta, que não foi aprovada. Estão
10 colocando a discussão do texto de uma maneira muito clara. Ouvindo as falas, sua proposta de
11 encaminhamento é colocar em votação o texto enviado pela professora Nancy, com a ressalva
12 de criação de um GT que poderá colocar os termos de uma regulamentação específica sobre
13 diversas questões que eventualmente ficaram abertas. Ressalta um detalhe importante, que é o
14 longo trâmite que tem de acontecer para um curso de pós-graduação *lato sensu* ser aprovado.
15 Então, isso não acontecerá, de modo algum, até o próximo Consu, porque demora em torno de
16 um ano para um curso de pós-graduação *lato sensu* ser aprovado da maneira que está aqui.
17 Portanto, não há necessidade de colocar qualquer impedimento nesse sentido. Criam o GT e
18 seguem o processo tranquilamente. Além disso, é importante destacar, como está previsto na
19 proposta, que qualquer curso de pós-graduação *lato sensu* tem de ser aprovado no Consu,
20 portanto voltará a esta Casa, caso haja algum curso que apareça nesse contexto aqui aprovado.
21 Colocará o texto em votação, e caso não seja aprovado, discutirão as propostas específicas do
22 conselheiro João Paulo, e eventualmente também no grupo de trabalho que será criado. O
23 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que ficou confuso com a condução da votação
24 dessa forma, pois entendeu que o que está em pauta é o texto que veio da Cepe, e a sugestão da
25 professora Nancy, de consenso, é um destaque, são alterações a essa proposta primeira.
26 Entendeu dessa forma, que a proposta de consenso é um destaque, mudando a redação,
27 aprimorando o texto e que, da mesma forma que o conselheiro João Paulo trouxe destaques,
28 isso seria considerado um destaque à proposta inicial, caso ela seja reprovada. O MAGNÍFICO
29 REITOR diz que é um destaque que está sendo considerado. Caso não seja aprovado, o que
30 pode acontecer, discutirão, como proposto, item por item da proposta aprovada na Cepe. O
31 Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que foram colocados vários
32 adendos, mas está achando que a questão do GT é mais ou menos unânime, e seria interessante
33 conversar sobre a composição. De toda forma, um aspecto importante foi levantado pelos
34 professores André, Jefferson e acha que também por outras pessoas, sobre o efeito dessa
35 mudança nas atividades de graduação etc. Então talvez esse ponto devesse chamar a atenção
36 para colocar esse regimento em funcionamento condicionado a uma regulação definitiva disso,
37 porque o que está regulamentado é, na verdade, a extensão e não o *lato sensu*. O MAGNÍFICO
38 REITOR observa que não vai acontecer nenhum curso dessa natureza antes de um ano. Tem
39 que passar tudo pelo Consu, e a regulação desse assunto é demorada. Não há como colocar uma
40 condicionante; acabaram de votar a não retirada de pauta desse assunto, ou seja, colocar uma

1 condicionante é equivalente a retirar de pauta. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA
2 MEIRELLES diz que então bastaria dizer que as 60 horas da extensão valem também para o
3 *lato sensu*. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso está sendo regulamentado e colocado, e
4 entrará no próximo CONSU com as mudanças na CPDI. Então no próximo Consu aparecerá
5 tanto no trabalho do GT quando no da CPDI. O Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA
6 BERTACCHI diz que tinha sido proposto pela professora Adriana que entrasse em vigor apenas
7 após a formação do GT. O MAGNÍFICO REITOR diz que entende a proposta, mas esclarece
8 que ela não é possível. Primeiro que não é necessária, porque não acontecerá nenhum curso
9 desse tipo antes de um ano. A tramitação é lenta, e não ocorrerá até o próximo Consu de
10 nenhuma maneira. Além disso, condicionar significaria que estão retirando de pauta para voltar
11 no próximo Consu. A retirada de pauta foi rejeitada, então a Mesa propõe a aprovação desse
12 texto modificado, enviado pela professora Nancy a partir de diversas discussões. Se ele não for
13 aprovado, o que pode acontecer, seguem a discussão com tranquilidade. O Conselheiro LUCAS
14 MARQUES DE ALMEIDA pergunta se não vai ser aberto para destaque o texto. O
15 MAGNÍFICO REITOR responde que não; vai submeter à votação o texto, e caso não seja
16 aprovado, será votado item por item, conforme o texto que foi aprovado na Cepe. O Conselheiro
17 MATHEUS ALVES ALBINO observa que o texto da professora Nancy é um destaque. O
18 MAGNÍFICO REITOR diz que é um destaque, e é esse o texto que está propondo. Se não for
19 aprovado, não tem problema nenhum. Mas, pelo que ouviu da discussão de três horas,
20 praticamente, é um texto de bastante consenso. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES
21 DA SILVA diz que há uma espécie de insegurança em relação a vários itens que foram
22 colocados aqui, de mudança, provavelmente nessa forma como está o texto. O encaminhamento
23 que a professora Adriana fez foi de um GT, e a professora Rachel também fez antes. Como
24 disse o senhor Reitor, não podem condicionar porque votaram aqui a não retirada de pauta.
25 Então, a questão é que o GT teria um tempo para fazer essas modificações, de uma a duas
26 reuniões do Consu, e trazer novamente para cá, para definir as questões que ficaram abertas.
27 Há uma série de itens que ficaram bastante abertos na proposta, então talvez esse
28 encaminhamento do GT e sua composição, colocada em termos de docentes, diretores, pró-
29 reitores, estudantes e funcionários, talvez pudessem construir pontos interessantes de definição
30 desse documento. O MAGNÍFICO REITOR diz que sua proposta, muito concreta, é votar esse
31 texto alternativo enviado pela professora Nancy, com a criação de um GT para discutir a
32 normatização de certos aspectos que não se colocam em um regimento porque, naturalmente,
33 cada vez que tem de mudar um regimento, ele precisa vir para o Consu, é uma discussão muito
34 complexa. Então, detalhes operacionais e questões importantes vão ser discutidos no GT que
35 será constituído com ampla participação de membros do Conselho Universitário. Essa é a
36 proposta que vai encaminhar e colocar em votação. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA
37 MORAES ABREU diz que o conselheiro João Paulo havia proposto que a utilização de recursos
38 auferidos por esses cursos não deveria ser utilizado para remuneração dos servidores docentes
39 e não docentes da Unicamp. Essa é uma proposta que adiciona ao texto, não caracterizando uma
40 mudança no texto em si. Pergunta se ela será votada após a votação do texto todo. O

1 MAGNÍFICO REITOR responde que podem votar após o texto. O Conselheiro JOÃO LUIS
2 SARAIVA MORAES ABREU diz que há adições além dessa, que podem votar. O
3 MAGNÍFICO REITOR ressalta que o importante é que o GT regulamentará essas questões
4 relacionadas à utilização dos recursos. O regimento é geral, ele não entra nesses detalhes.
5 Ressalta que as unidades de ensino e pesquisa é que devem ser as responsáveis pela utilização
6 dos recursos. Isso é fundamental para a sobrevivência, para a utilização desses recursos
7 adequadamente, para o cuidado com a aprovação desses cursos pelas próprias unidades. Então,
8 é um ponto importante que a decisão sobre o uso dos recursos seja das unidades. O ponto
9 levantado sobre remuneração é bastante polêmico; é contrário a essa restrição porque é um
10 assunto importante para alguém que vai se dedicar que ele seja remunerado por essa dedicação,
11 dependendo do caráter desse curso. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU
12 diz que esse caráter polêmico da cobrança exige que seja votado no Conselho. O MAGNÍFICO
13 REITOR concorda e diz que por isso estão votando aqui hoje no Conselho Universitário. O
14 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que não faz sentido aprovar texto paralelo de
15 documentação suplementar sem rejeitar a proposta anterior, que tem parecer Cepe. O
16 MAGNÍFICO REITOR diz que o Consu é soberano nessa questão, ele pode modificar. O
17 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO O CONSU diz que precisam votar o que está em
18 pauta. O MAGNÍFICO REITOR diz que está em pauta; foi colocado aqui um texto suplementar
19 com as mudanças específicas e houve discussão. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA
20 MORAES ABREU pergunta se a Procuradoria Geral poderia esclarecer essa questão. Pergunta
21 se não deveriam votar primeiro o parecer Cepe, negá-lo, e então votar o destaque. O
22 MAGNÍFICO REITOR responde que não; podem votar a mudança, como tantas vezes foi feito.
23 O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO observa que esse é um destaque à proposta inicial
24 que veio da Cepe. Então primeiro devem votar a proposta inicial, e depois, se rejeitada, votam
25 os destaques. O MAGNÍFICO REITOR responde que não. O Conselheiro JOÃO LUIS
26 SARAIVA MORAES ABREU diz que devem verificar com a PG como proceder. O
27 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO concorda que precisam de auxílio da Procuradoria
28 Geral para saber se essa forma de procedimento é correta. Não lhe parece correto, porque
29 sempre votam a proposta do parecer Cepe. Precisa ser esclarecido, porque o Consu não pode
30 votar uma proposta que não foi colocada em pauta. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO
31 diz que precisam esperar a manifestação da PG, mas observa que um destaque pode sim alterar
32 um texto que já passou pelo Consu. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que se
33 ele for rejeitado. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso não é verdade. Votaram no item
34 anterior, por exemplo, a mudança do período de dois para três anos, seguidos de mais três anos.
35 Isso foi um destaque, não passou em nenhuma outra câmara, foi votado aqui no momento, como
36 tantos outros casos que já aconteceram na história. A doutora FERNANDA LAVRAS
37 COSTALLAT SILVADO esclarece que o Consu pode votar essa nova proposta alterada, não
38 tem problema, não precisa ter passado pelas outras instâncias. O Consu é soberano. Então, como
39 estava na pauta, não vê problema na votação. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA
40 MEIRELLES diz que é um tema tão polêmico, que causou tanta dificuldade, pergunta por que

1 não ter um pouco mais de jogo de cintura, um pouco mais de flexibilidade no assunto. O
2 MAGNÍFICO REITOR responde que é simples, quem não quiser aprovar, vota contrário. Pode
3 tranquilamente passar item por item. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARIS diz
4 que passaram as últimas duas horas e meia discutindo o substitutivo. Todos tiveram
5 oportunidade de se manifestar, fazer a sua proposta, fazer sua consideração, colocar a sua
6 concordância, colocar a sua discordância. Ouviram com muita atenção as concordâncias, as
7 discordâncias, as sugestões, e estão em momento de votar. A grande maioria dos membros do
8 Consu está consciente daquilo que está votando, está votando o substitutivo que foi apresentado
9 pela professora Nancy. O professor Marcelo, ouvindo os membros do Consu, acatou a sugestão
10 de criar um GT para discutir eventuais pontos que não tenham ficado regulamentados. Informou
11 que há uma discussão sendo feita no âmbito da CPDI, para trazer as consequências da votação
12 de hoje, os seus impactos na legislação do RDIDP que, claro, não pode ser feita sem a aprovação
13 desta medida, porque sem a aprovação desta medida não existe o *lato sensu* pago e, portanto,
14 não há impacto no RDIDP. A outra consideração que lhe parece muito importante é a
15 desconfiança que foi expressa aqui por alguns em relação à capacidade das unidades de
16 definirem o bom uso dos recursos públicos, quer sejam de origem na extensão universitária,
17 quer sejam de origem nos convênios, quer seja de origem dos cursos *lato sensu*. Não lhe parece
18 adequado imaginar que o Conselho Universitário ou algum órgão externo vai definir a melhor
19 destinação dos recursos em um certo momento, em uma certa circunstância, dentro de uma
20 unidade de ensino e pesquisa. E nenhum curso surgirá sem a origem na unidade de ensino e
21 pesquisa. Então, sente-se perfeitamente esclarecida com respeito à discussão que foi feita, está
22 em condições de votar e de pleno acordo com a sugestão que foi dada de, em conjunto com esta
23 votação, se criar um GT para eventuais outros assuntos que não tenham sido bem explicitados
24 – o que não é sua opinião – nesta regulamentação. Solicita a todos os colegas membros do
25 Consu, que tiveram oportunidade de se expressar durante essas quase três horas, que
26 permitissem a votação, porque acha que este é o momento em que estão todos, concordando ou
27 não com as medidas, aptos a votar. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA solicita
28 esclarecimento se o que está sendo votado é um destaque ou um substitutivo, porque tem
29 diferença. A professora Teresa disse que é um substitutivo. O MAGNÍFICO REITOR diz que
30 é questão de semântica. O que estão votando é a documentação suplementar referente ao item
31 05 da Ordem do Dia, segunda coluna do documento, que foi justamente a que foi debatida por
32 todos durante esse período de discussão, e que foi construída ouvindo sugestões de diversos
33 setores. Existem assuntos paralelos que apareceram, principalmente a questão do pagamento
34 dos cursos *lato sensu*, mas há outras questões fundamentais nesse regimento que precisam ser
35 aprovadas. Então, o que vai ser votado é o texto que modifica levemente o texto aprovado na
36 Cepe e que está claramente colocado na segunda coluna. O Conselheiro MATHEUS ALVES
37 ALBINO diz que ele não modifica levemente, ele altera tudo. O Conselheiro JOÃO PAULO
38 FERREIRA BERTACCHI pergunta se o GT vai ter possibilidade de alterar integralmente o
39 documento no futuro, se for necessário. O MAGNÍFICO REITOR responde que todo
40 documento pode ser integralmente modificado, mas tem de passar pelo Conselho Universitário.

1 Estão votando uma mudança no regimento, e o GT é para normatizar algumas questões não
2 colocadas aqui. O Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA BERTACCHI diz que estão sendo
3 delegadas a esse GT as alterações que quiseram fazer no documento. O MAGNÍFICO REITOR
4 responde que não necessariamente; esse GT pode eventualmente normatizar algumas ações que
5 estão previstas nas discussões que foram colocaram. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA
6 MORAES ABREU pergunta se os destaques realizados serão votados após este então. O
7 MAGNÍFICO REITOR responde que os destaques realizados, caso seja necessário, podem ser
8 colocados em votação, não tem problema nenhum. Não havendo mais observações, o
9 MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, de forma nominal, conforme solicitado,
10 votando os conselheiros da seguinte forma: O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE
11 Favorável. A Conselheira ADRIANA NUNES FERREIRA Abstenção. O Conselheiro
12 ALBERTO LUIZ FRANCATO Favorável. O Conselheiro ALBERTO LUIZ SERPA
13 Favorável. A Conselheira SÍLVIA MARIA SANTIAGO Abstenção. A Conselheira EVANIR
14 LOPES TEIXEIRA Contrário. O Conselheiro ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA
15 Abstenção. O Conselheiro ALVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ Contrário. O
16 Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA Favorável. O Conselheiro ANDRÉ
17 MARTINS BIANCARELLI Favorável. O Conselheiro EVERARDO MAGALHÃES
18 CARNEIRO Favorável. O Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI Contrário. O Conselheiro
19 ANGEL PONTIN GARCIA Favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA
20 SILVA Contrário. O Conselheiro ANTÔNIO CARLOS BANNWART Favorável. O
21 Conselheiro ANTÔNIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO Favorável. O Conselheiro
22 ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES Favorável. O Conselheiro CARLOS
23 ALBERTO RODRIGO DA SILVA Contrário. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
24 MEDEIROS Favorável. O Conselheiro CLAUDINEY RODRIGUES CARRASCO Favorável.
25 O Conselheiro GUILHERME GONÇALVES CAPOVILLA Favorável. O Conselheiro DIEGO
26 MACHADO DE ASSIS Contrário. O Conselheiro EDSON TOMAZ Favorável. O Conselheiro
27 EDUARDO GURGEL DO AMARAL Favorável. O Conselheiro JOSÉ LUÍS PIO ROMERA
28 Contrário. A Conselheira ZENAIDE HONÓRIO Contrário. A Conselheira ELIANA
29 MARTORANO AMARAL Favorável. O Conselheiro ERICH VINICIUS DE PAULA
30 Favorável. A Conselheira ESTHER DE PAULA MORAIS Contrário. O Conselheiro
31 FERNANDO ANTÔNIO COELHO Contrário. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO
32 HASHIMOTO Favorável. O Conselheiro FERNANDO CENDES Favorável. O Conselheiro
33 FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO Favorável. O Conselheiro
34 FRANCISCO HAITER NETO Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI
35 Contrário. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE Contrário. A Conselheira HELOISE
36 OLIVEIRA PASTORE Favorável. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ Contrário. O
37 Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro JOÃO ERNESTO DE
38 CARVALHO Contrário. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO
39 MEYER Favorável. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU Contrário. O
40 Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA BERTACCHI Contrário. O Conselheiro JOÃO

1 RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA Contrário. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE
2 DINIZ Favorável. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL Contrário. O Conselheiro
3 LUCAS MARQUES DE ALMEIDA Contrário. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO
4 Favorável. O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA Favorável. A Conselheira
5 MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES Favorável. A Conselheira MARISA
6 MASUMI BEPPU Favorável. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO Contrário. A
7 Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO
8 SKAF Favorável. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA Favorável. O Conselheiro
9 ORIVAL ANDRIES JÚNIOR Favorável. O Conselheiro OSVALDIR PEREIRA TARANTO
10 Favorável. O Conselheiro PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO Favorável. A Conselheira
11 PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR Contrário. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI
12 Contrário. O Conselheiro PAULO CÉSAR MONTAGNER Favorável. O Conselheiro PAULO
13 RÉGIS CARON RUFFINO Favorável. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO Favorável.
14 O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS Favorável. O Conselheiro RENÊ JOSÉ
15 TRENTIN SILVEIRA Contrário. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO Contrário. O
16 Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA Favorável. O Conselheiro SÁVIO
17 MACHADO CAVALCANTE Abstenção. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO
18 SALLES Favorável. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARIS Favorável. Concluída
19 a votação, o MAGNÍFICO REITOR anuncia que o texto foi aprovado com 42 votos favoráveis,
20 24 contrários e 04 abstenções. Chegaram ao limite de tempo estabelecido para a reunião, e em
21 respeito a todos darão continuidade na próxima terça-feira. A sugestão é iniciar às 9h e passar
22 as reuniões da Cepe e da CAD para o período da tarde. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA
23 MORAES ABREU diz que foi falado que seriam votados os destaques dos estudantes após essa
24 votação, independentemente do resultado, com atenção à questão da utilização dos recursos
25 para remuneração dos servidores. Pergunta se isso será votado na continuação da reunião, na
26 próxima terça-feira. O MAGNÍFICO REITOR diz que é melhor fazer agora, para concluir o
27 item. Solicita que o conselheiro João Luis especifique a proposta. O Conselheiro JOÃO LUIS
28 SARAIVA MORAES ABREU diz que seria a adição, no artigo 80, de um novo parágrafo 2º,
29 passando o vigente parágrafo 2º a ser parágrafo 3º. A redação desse novo parágrafo 2º seria:
30 “Fica vetada a utilização de recursos auferidos por esses cursos a remuneração de servidores
31 docentes e não docentes da Unicamp”. A medida vai no sentido de garantir que não haja
32 interferência na pós-graduação *stricto sensu*, sendo esses recursos utilizados exclusivamente
33 para financiamento das unidades das atividades-fim da Unicamp. E também o adendo ao
34 capítulo II do artigo 83, onde seria inserido um inciso IX, com a proposta de implementação de
35 bolsas de caráter socioeconômico, passando o atual inciso IX a inciso X. A proposta de redação
36 para esse novo inciso IX seria: “Proposta de implementação de bolsas de caráter
37 socioeconômico”. São essas duas propostas, que solicita que sejam votadas nominalmente e
38 separadas. O MAGNÍFICO REITOR diz que nominalmente é complicado pela questão do
39 horário; fazem normalmente e depois pode há a possibilidade de verificação no próprio sistema.
40 O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que gostaria que fosse nominal.

1 Entende e pede desculpas aos funcionários por alongar a reunião, mas é uma responsabilidade
2 coletiva. O MAGNÍFICO REITOR diz que então votará as duas em conjunto. O Conselheiro
3 JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que entende que são questões diferenciadas. O
4 MAGNÍFICO REITOR diz que vários conselheiros estão se manifestando no sentido de que
5 esses assuntos devem ser colocados no GT e não votados aqui especificamente. O Conselheiro
6 JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que não entende por que o destaque da
7 representação discente não pode ser votado e o destaque da Mesa pode. Não faz sentido.
8 Entende adiar a votação para o próximo Conselho Universitário, mas a seu ver possuem direito
9 de propor destaques, como o senhor Reitor acolheu, e encaminhar isso para o GT seria um
10 atropelamento diante do que foi falado pela Mesa anteriormente. O MAGNÍFICO REITOR diz
11 que têm todo direito de solicitar votação do destaque, mas há também vários conselheiros
12 dizendo que consideram que isso deve ir para o grupo de trabalho e, portanto, colocarão isso
13 também em discussão, como todos os outros itens. Caso seja necessário fazer essa votação, e
14 que a maioria acolha essa sugestão, podem discutir na continuação do Consu, na próxima
15 semana. Estão todos cansados, portanto solicita ao conselheiro João Luis que encaminhe a
16 proposta à Secretaria Geral por escrito, para que seja distribuída antes para facilitar a
17 compreensão de todos. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que
18 encaminhará imediatamente para a Secretaria Geral. O Conselheiro ANDERSON DE
19 REZENDE diz que as duas propostas feitas pelo estudante não foram discutidas nas unidades,
20 portanto não podem simplesmente votar no próximo Consu. Não se sentirá tranquilo para votar.
21 O Conselheiro CARLOS ALBERTO RODRIGO DA SILVA diz que já havia sido colocado
22 que isso entraria em votação após a votação do texto principal. Que seja então votado na
23 próxima terça-feira. O Conselheiro CLAUDINEY RODRIGUES CARRASCO diz que está
24 claro que está muito tarde, que estão discutindo há muitas horas e não há problema nenhum em
25 levar a votação para semana que vem. Todos têm direito à palavra e à discussão. Sobre o que
26 foi levantado aqui que não foi discutido nas unidades, observa que possuem toda a legitimidade
27 para levar essa discussão aos seus pares, em que instância for, durante esta semana, para votar
28 na semana que vem. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO diz que não podem fazer
29 uma extensão deste Consu, debatendo nas unidades. O MAGNÍFICO REITOR diz que apenas
30 solicitou ao conselheiro João Luis que encaminhe à Secretaria Geral, podem enviar para os
31 conselheiros para eles analisarem, e cada conselheiro faz a sua análise da maneira que quiser,
32 discutindo com quem ele quiser. Nada mais havendo a tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara
33 encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a
34 presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à aprovação do
35 Conselho Universitário. Campinas, 02 de junho de 2020.

1 **ATA DA CONTINUAÇÃO DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO**
2 **ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL**
3 **DE CAMPINAS.** Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas,
4 reuniu-se virtualmente o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a
5 presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor MARCELO KNOBEL, e com o
6 comparecimento dos seguintes conselheiros: Adriana Nunes Ferreira, Alberto Luiz Francato,
7 Alberto Luiz Serpa, Álvaro de Oliveira D'Antona, Alvaro Gabriel Bianchi Mendez, Anderson
8 de Rezende Rocha, André Buonani Pasti, André Martins Biancarelli, Angel Pontin Garcia,
9 Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Carlos Bannwart, Antônio José de Almeida Meirelles,
10 Carlos Alberto Rodrigo da Silva, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Claudiney Rodrigues
11 Carrasco, Diego Machado de Assis, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Eliana
12 Martorano Amaral, Erich Vinicius de Paula, Everardo Magalhães Carneiro, Fernando Antônio
13 Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Cendes, Francisco de
14 Assis Magalhães Gomes Neto, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki, Gláucia Maria
15 Pastore, Heloíse Oliveira Pastore, Iuriatan Felipe Muniz, Jefferson Cano, João Ernesto de
16 Carvalho, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Luis Saraiva Moraes Abreu, João
17 Paulo Ferreira Bertacchi, João Raimundo Mendonça de Souza, José Alexandre Diniz, José
18 Cláudio Geromel, José Luis Pio Romera, Lucas Marques de Almeida, Luiz Carlos Zeferino,
19 Marco Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Marisa Masumi Beppu,
20 Matheus Alves Albino, Mirna Lúcia Gigante, Munir Salomão Skaf, Nancy Lopes Garcia,
21 Orival Andries Júnior, Osvaldir Pereira Taranto, Pascoal José Giglio Pagliuso, Patrícia
22 Kawaguchi Cesar, Paulo Adriano Ronqui, Paulo Cardieri, Paulo Cesar Montagner, Paulo Régis
23 Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Rafaella Malafaia Algodoal da Silveira, Renato Falcão
24 Dantas, Renê José Trentin Silveira, Robson Bomfim Sampaio, Samuel Rocha de Oliveira,
25 Sávio Machado Cavalcante, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, Teresa Dib Zambon Atvars,
26 Vanderlan da Silva Bolzani e Zenaide Honório. Como convidados especiais, compareceram os
27 professores: Cláudia Regina Cavaglieri, Débora Cristina Jeffrey, José Antônio Rocha Gontijo,
28 José Roberto Ribeiro, Marco Aurélio Pinheiro Lima, Maria Silvia Gatti, Néri de Barros
29 Almeida, Shirlei Maria Recco-Pimentel, Teresa Celina Meloni Rosa e Vanessa Petrilli
30 Bavaresco; os doutores Ana Carolina de Moura Delfim Maciel, Andrei Vinicius Gomes Narcizo
31 e Octacílio Machado Ribeiro; os senhores Gilmar Dias da Silva e Thiago Baldini da Silva.
32 Justificaram ausência à Sessão os conselheiros: José Alexandre Diniz, sendo substituído pelo
33 conselheiro Paulo Cardieri; André Victor Lucci Freitas, sendo substituído pelo conselheiro
34 Everardo Magalhães Carneiro; Elaine dos Santos José, sendo substituída pelo conselheiro José
35 Luís Pio Romera; Daniela Patrícia Villegas Barbosa, sendo substituída pela conselheira
36 Rafaella Malafaia Algodoal da Silveira; Ignácio Maria Poveda Velasco, sendo substituído pela
37 conselheira Vanderlan da Silva Bolzani; e Eliana Ferreira Elias, sendo substituída pela
38 conselheira Zenaide Honório. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à
39 continuação da Centésima Sexagésima Sexta Sessão Ordinária do Conselho Universitário da
40 Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma virtual, o que se justifica pela

1 necessidade de manter o isolamento social diante da pandemia de Covid-19. A reunião foi
2 interrompida na semana passada, em razão do tempo limitado e uma discussão muito ampla, e
3 vão dar continuidade nesta manhã. Está na sala do Conselho Universitário com uma equipe
4 mínima para viabilizar esta reunião; agradece a presença do pessoal da Secretaria Geral e da
5 RTV. Solicita a colaboração de todos para manter os microfones silenciados, e o uso da palavra
6 se dá por ordem de inscrição, por meio do símbolo da mão em “Participantes”. Para
7 manifestação, os conselheiros deverão respeitar o limite de cinco minutos para a Ordem do Dia
8 e três minutos para o Expediente. Dando continuidade de onde interromperam na reunião
9 passada, informa que tinham acabado de aprovar as mudanças no Regimento Geral dos Cursos
10 de Pós-Graduação, mas havia dois destaques sugeridos pelo conselheiro João Luis Saraiva
11 Moraes Abreu. Ele enviou a proposta, como solicitado, para a Secretaria Geral, que encaminhou
12 como documento suplementar para todos na sexta-feira. São dois pontos específicos: proposta
13 de inserção no artigo 80 de um parágrafo 2º, que estabelece que: “Fica vetada a utilização de
14 recursos auferidos por esses cursos à remuneração de servidores docentes e não docentes da
15 Unicamp”. Também uma pequena mudança no parágrafo 3º, a inserção do item IX e uma
16 mudança para o item X, para ter a proposta de implementação de bolsas de caráter
17 socioeconômico. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que na última
18 sessão, o conselheiro João Paulo fez um destaque que continha quatro alterações. Porém,
19 naquele momento final, diante da escassez de tempo e do desejo do Conselho de finalizar a
20 discussão do item, reiterou a necessidade de votação dos destaques apresentados pelo corpo
21 discente, especificamente esses dois itens que, a seu ver, pareciam os mais urgentes, mas não
22 eram os únicos destaques que haviam sido feitos, também relevantes. Assim, esses dois
23 entraram na Ordem do Dia Suplementar, mas acha que seria interessante que os demais
24 destaques fossem também votados, portanto convida o conselheiro João Paulo para colocar. O
25 MAGNÍFICO REITOR diz que o que foi combinado, de forma clara, é que os destaques seriam
26 aqueles enviados por ele previamente à Secretaria Geral e distribuídos aos conselheiros. Não
27 abrirão para outros destaques neste momento. O Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA
28 BERTACCHI diz que as quatro propostas de alteração mencionadas pelo conselheiro João Luis
29 são independentes e não são excludentes, por isso elas precisariam ser votadas em separado.
30 Lerá rapidamente quais são as outras duas propostas que o professor Marcelo disse que não
31 poderiam votar e fará um esclarecimento rápido do porquê elas foram colocadas. No capítulo
32 II, artigo 83, inciso VII, há justificativa para cobrança do curso, quando houver, e sugerem
33 inserir “acompanhada de um plano de destinação dos recursos auferidos por esta cobrança”.
34 Acreditam que seja importante que não só seja justificada a cobrança, mas que seja apresentado
35 um plano de destinação desses recursos auferidos pelas cobranças dos cursos *lato sensu*, quando
36 fizerem a apreciação das propostas de curso no Conselho. Ainda no artigo 83, no parágrafo 3º,
37 a outra alteração que tinha sido proposta é acrescentar que a gestão financeira dos cursos de
38 pós-graduação seria determinada pela Administração Central, como já está no texto original,
39 mas que também esteja sujeita à aprovação pelo Consu. Essas duas alterações são independentes
40 das outras duas alterações já encaminhadas. São quatro propostas totalmente independentes,

1 então reitera a importância de serem votadas separadamente. O MAGNÍFICO REITOR observa
2 que no final da reunião passada, foi combinado que todas as sugestões fossem encaminhadas
3 por escrito. O que foi recebido por escrito e encaminhado a todos os conselheiros é o que está
4 na pauta. Lembra que aprovaram a criação de um grupo de trabalho, que depois será responsável
5 por discutir outras essas questões. Não tem sentido colocar dentro de um regimento dos cursos
6 da pós-graduação a questão da gestão dos recursos, isso vem como uma regulamentação fora
7 do regimento. O Conselheiro JEFFERSON CANO diz que houve discussão no IEL, na quinta-
8 feira passada, e a proposta de destinação de bolsas de caráter socioeconômico foi aprovada por
9 unanimidade. Já a proibição de remuneração dos docentes e servidores da Unicamp foi
10 recusada. Ainda há sugestão de que essas questões sejam debatidas no GT a ser formado, para
11 regulamentar esse tema. Sobre a questão da remuneração, observa que quando um docente
12 recebe além do seu salário RDIDP, existe uma regulamentação, que está sendo revisada,
13 inclusive, pelo que foi informado na última reunião. Uma das questões levantadas é que é
14 importante se manter sim a possibilidade de esses docentes receberem pelo curso oferecido na
15 pós-graduação *lato sensu* paga, porque isso é coerente com a proposta de manter separadas, no
16 cálculo da carga horária do docente, as horas dedicadas à pós-graduação *stricto sensu*, que são
17 aquelas que entendem que deveriam contar no cálculo geral da carga horária da unidade de cada
18 docente, dessa pós-graduação *lato sensu*. Mas entendem que é uma questão para ser discutida
19 no GT. Sobre a destinação dos recursos, estão totalmente de acordo, isso já foi reafirmado várias
20 vezes na semana passada, que a unidade tenha a competência para pensar a destinação desses
21 recursos que entrarão no seu AIU. O que foi proposto por ele na semana passada não se
22 confunde com isso, é a existência de uma nova taxa sobre os cursos de pós-graduação *lato*
23 *sensu*. Uma taxa a mais além daquela que já existe nos cursos de extensão, uma alíquota que
24 pode parecer irrisória para quem está tendo isso descontado, de 3%, que viria a constituir um
25 fundo gerido pela PRPG, e não pela própria unidade. Não sabem hoje o que vai significar isso
26 para a Unicamp no futuro, se vai prosperar, se vai haver uma grande oferta, uma grande procura
27 por cursos de pós-graduação. Isso pode ser um montante muito significativo, ou pode ser muito
28 pequeno, mas seria importante que existisse um fundo geral separado daquela quantia que vai
29 entrar no AIU da unidade e que vai ser utilizada por ela, segundo suas necessidades, segundo
30 seus entendimentos. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que em relação
31 ao plano de destinação, acha que na proposta de um curso esse é um item obrigatório. Se não
32 está enganado, isso já tem de acompanhar a proposta do curso. Em relação aos dois itens aqui
33 colocados, o que mais preocupa os docentes e servidores é que se não tiverem a possibilidade
34 de remuneração para docentes e servidores de um determinado curso *lato sensu*, isso pode
35 significar uma situação de impossibilidade de oferecimento do curso. Muitas vezes esses cursos
36 são oferecidos para empresas, então acha que haveria uma oportunidade para a Universidade se
37 conectar com a indústria e oferecer esses cursos, e não teria por que não haver remuneração
38 para os docentes e servidores nessas situações. Por exemplo, muitas vezes eles vêm aos sábados
39 para ministrar esses cursos. Se forem necessários técnicos para apoiar um curso, além dos
40 docentes, eles viriam fora da sua carga horária, e isso acontece, é comum. Então, não vê por

1 que a limitação em relação a essa remuneração, dado que é uma oportunidade para a
2 Universidade. Acha que vale a pena discutir a questão de como esses recursos podem ser
3 aplicados, a criação de um fundo para bolsa de pós-graduação, por exemplo, mas a limitação
4 do pagamento para servidores e docentes envolvidos nesses cursos, no seu entendimento, pode
5 inviabilizar a própria existência desses cursos, porque muitas vezes é preciso ter um certo
6 incentivo para que esses docentes e servidores possam vir a participar desses cursos, até porque
7 muitos deles são noturnos ou em final de semana. Seria interessante discutir esses e outros
8 assuntos no GT proposto. Acha que com um grupo se debruçando sobre essas situações como
9 um todo, terão uma visão mais global sobre como a Unicamp pretende gerir seus cursos *lato*
10 *sensu*. Já existem várias regulamentações em relação a como essas remunerações podem ser
11 pagas; existe o valor das horas aula, existe o valor da hora dedicada em termos de não docentes.
12 Isso tudo é colocado na proposta orçamentária de um determinado curso, portanto não vai
13 chegar aqui no Conselho, por exemplo, um curso em que um docente vai ganhar R\$2 mil a
14 hora, porque com certeza apontariam isso e pediriam explicações. Como todos esses cursos a
15 serem propostos possuem todos aqueles mecanismos de pesos e contrapesos de cinco
16 instâncias, seria interessante não ter de limitar isso e colocar na regulamentação do Consu. Acha
17 que isso pode ser discutido na unidade. Se a unidade entender que pode fazer um curso sem
18 essa remuneração, é um direito dela; se ela entender que precisa dessa remuneração para que o
19 curso seja viável para que ela possa, por exemplo, ter docentes que participem. Lembra que
20 pode haver docentes que vêm de fora da Universidade, e seria uma situação muito estranha o
21 docente externo poder receber e o docente da Universidade não. E também tem a questão da
22 preocupação com a carga horária, que já está resolvida. Acha que todo funcionamento da
23 Universidade já tem isso regulamentado da seguinte maneira: existe uma limitação máxima de
24 oito horas semanais que um docente pode se dedicar a esse tipo de curso. A Conselheira MARIA
25 HELENA BAENA DE MORAES LOPES diz que tem bastante concordância com o professor
26 Anderson. A Faculdade de Enfermagem possui o segundo menor orçamento da Universidade,
27 e ela oferece há muitos anos o curso de estomaterapia e outros cursos de extensão, à noite e em
28 finais de semana. Portanto, são contrários à proibição de pagamento de professores e de
29 colaboradores, porque precisam tanto da atuação de professores como dos colaboradores. E
30 como o professor Anderson falou, seria uma situação de desigualdade os professores de fora
31 receberem pelas aulas e quem é da Casa, não receba, e tenha todo o ônus de elaborar o curso,
32 de coordenar o curso. Isso é muito trabalhoso, e muitas vezes ocorre de um professor convidado
33 não poder dar aquela aula, ter de ser mudada, e geralmente quem muda o seu dia de aula é o
34 professor da Casa. Então existe uma série de ônus, sobrecarga de trabalho, para quem está
35 nesses cursos de especialização, e na Faculdade de Enfermagem são poucos docentes. Agora
36 está com um grupo um pouco maior, graças ao apoio da Reitoria, que entende que os cursos
37 que têm mais necessidade precisam ser priorizados, e o curso de Enfermagem realmente estava
38 com perigo de ser extinto por causa do número de docentes aposentados e tudo o mais. O único
39 recurso extraorçamentário possível para a Faculdade, que tem um orçamento muito baixo, são
40 os cursos de especialização, que têm sido muito importantes. Conseguiram inaugurar um

1 quiosque para os alunos, fazer uma área agradável para eles poderem esquentar os alimentos
2 que trazem de casa e se alimentar, porque os alunos têm de entrar no estágio às 13h, então o
3 tempo que eles têm entre a aula e o estágio é muito curto, não dá tempo de eles irem para os
4 restaurantes. E também tem o custo do restaurante, qualidade, às vezes não é tão adequada. Eles
5 estavam comendo dentro de sala de aula, porque não havia espaço adequado. Conseguiram dois
6 micro-ondas também, graças a esse esforço de administrar bem os pouquíssimos recursos,
7 graças ao apoio inclusive do ATU e outras pessoas que ajudaram, conseguiram ter um espaço
8 para esses alunos. Com os poucos recursos que possuem, conseguem fazer milagres. Mas acha
9 um absurdo não ter remuneração pessoas que estão trabalhando. Então, o discurso muda
10 conforme as pessoas. Todo mundo é contrário ao trabalho não remunerado, como existia na
11 escravidão, mas é a favor desde que seja com outras pessoas. Faz uma proposta de que seja
12 concedida pelo menos uma bolsa por curso, e que o GT estabeleça também essas questões de
13 teto remuneratório, conforme a legislação já existente, tanto para servidores como para
14 colaboradores e professores. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que foi bastante
15 enfático na semana passada, quando se posicionou e votou contrariamente a esta proposta, e
16 agora vê que, de fato, ela não será boa para a Universidade, porque a discussão que está havendo
17 aqui os divide profundamente. É absolutamente favorável às duas propostas feitas pelo
18 conselheiro João Luis, e não se sustentam os argumentos que foram adotados até aqui, por
19 exemplo, de que os professores que trabalharão nos cursos oferecidos *lato sensu* podem ter
20 carga horária adicional e trabalharem aos sábados, aos domingos, pois todos os docentes fazem
21 isso e não ganham nada a mais. Trabalham sábado, domingo, para os alunos de pós-graduação,
22 orientando mestrado, doutorado e pós-doutorado, fazendo projetos, orientando os alunos, sem
23 receber nada adicional. O fundamental é terem uma escala salarial muito boa, porque o trabalho
24 que realizam é essencial para a sociedade, e ela sim deve prover todos os meios para que as
25 pessoas trabalhem com afinco para a ciência, de maneira gratuita, e proteger o ensino e o
26 trabalho gratuito nas universidades públicas. Em vez de dizer que vão parar de fazer projetos
27 de mestrado e doutorado porque não possuem adicional de salário, precisam ter bons salários
28 para que isso possa ser feito, bons salários oriundos do sistema público do estado, que deve
29 pagá-los, e eles devem retribuir com trabalho bem feito e de qualidade. Por exemplo, na
30 Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação há um professor emérito da Universidade que
31 dá aula aos 80 anos, às vezes dá dois cursos, sem nada receber adicionalmente. São essas
32 pessoas que fazem a diferença na Universidade. Ressalta a proposta do acadêmico João Luis
33 que diz respeito à introdução de critérios socioeconômicos; ela está correta, precisam mesmo
34 olhar para os mais pobres, como tem dito sempre. Os colégios técnicos também precisam fazer
35 uma análise concreta de que cotas são algo absolutamente importante, mas que existe a
36 necessidade de introduzir critérios que, além das cotas, olhem para aqueles que são mais pobres.
37 É francamente favorável às duas propostas apresentadas. A Conselheira CLAUDIA MARIA
38 BAUZER MEDEIROS diz que não vai falar da parte de pagamento porque isso já foi bastante
39 discutido, mas ressalta que esses itens que estão sendo propostos devem passar para o GT,
40 porque, como já foi dito na sessão passada, nada vai acontecer durante um ano, e são questões

1 que devem ser pensadas melhor. As bolsas não constituem pagamento a ninguém, mas isenção
2 de pagamento do curso. Imagina uma situação em que um hospital particular queira oferecer
3 para seus funcionários um *lato sensu* em fisioterapia, um curso fechado em que vão usar,
4 inclusive, informações às vezes confidenciais e privilegiadas, nos pacientes daquele hospital.
5 Não é para admitir ninguém de fora. Então, a obrigatoriedade, como propõe a diretora da
6 Faculdade de Enfermagem, de concessão do número mínimo de bolsas, simplesmente dirá que
7 um hospital particular terá a isenção de pagar para que algum funcionário seu se forme no *lato*
8 *sensu*. Isso não faz sentido. Esse é um dos pontos que pode ser discutido no GT para normatizar.
9 Qualquer normatização associada a essas questões dentro do regimento na pós-graduação é
10 temerária, prematura, porque não houve discussão suficiente. O Conselheiro JOÃO LUIS
11 SARAIVA MORAES ABREU diz que esta pauta o faz refletir por que nos seus 50 anos a
12 Unicamp nunca cobrou mensalidades na pós-graduação, por que nunca foi tão necessário criar
13 rendas extras para os professores e ampliá-las cada vez mais. As respostas a esses pertinentes
14 questionamentos perpassam por compreender um momento muito específico que vivem.
15 Descontextualizar suas decisões dos fatores mais estruturantes que as movem, que as fazem
16 existir hoje e não faziam existir antes, é decidir no escuro. O que se coloca, e não apenas no
17 Brasil, é um estado permanente de emergência econômica, que faz valer como única via a
18 austeridade e a mercantilização das necessidades e esferas públicas, que aparece como única
19 saída viável para essa conjuntura. Zizek, um filósofo contemporâneo que fala disso, aponta que
20 o que não possa servir à valorização e rentabilidade do capital vai cada vez mais tendo seus
21 recursos amiadados. É assim com a eliminação das bolsas para as Humanidades, com a redução
22 do gasto com direitos básicos, como saúde e educação, com sucateamento das universidades
23 públicas. Isso tudo faz entender que estão em um momento de desmonte do Estado e que essas
24 suas decisões vêm à tona agora não por refletirem as reais necessidades de uma universidade
25 que sirva à população que a financia, mas porque esse projeto de sociedade é o que estão
26 vivendo. As duas propostas presentes na Ordem do Dia Suplementar têm uma forte comunhão,
27 elas regulam essa lógica mercantil que se configura. A previsão de bolsas dá alguma garantia
28 de acesso ao público, e o impedimento da remuneração dos servidores docentes e não docentes
29 da Unicamp garante que os cursos ofertados o sejam pela necessidade social, e não pela
30 remuneração que os professores podem ganhar a partir deles. Este Conselho entendeu em sua
31 última sessão que, para cumprir sua missão enquanto Universidade e viabilizar os cursos *lato*
32 *sensu*, pela ausência de recursos orçamentários para tal, a Unicamp deveria autorizar a cobrança
33 de mensalidades. Na discussão da semana passada, a professora Maria Helena falou sobre o
34 curso de estomaterapia, que é de indubitável relevância social, e fica impossível se financiar
35 sem esses recursos. Ou seja, esse curso não está sendo realizado porque não há como bancá-lo,
36 não porque os professores não estão sendo remunerados. O curso abrange um problema que,
37 como ela disse, afeta uma a cada três mulheres, um curso que é voltado a enfermeiras. Ficou
38 muito evidenciado com a pandemia que essa categoria essencial de profissionais, além de ser a
39 mais afetadas em termos de mortes pela Covid-19, sofre com a baixa remuneração. Um curso
40 como esse necessita, sim, de bolsas, não podendo ser cobrado até R\$10 mil por curso. Esta

1 Universidade não é pública para vender cursos pelo valor de carros, e só terem acesso a eles
2 quem vai precisar de vaga de estacionamento. Não podem ser oferecidos cursos pagos que não
3 tenham previsão de bolsa. Isso é basilar. Além do mais, é um constrangimento, em uma crise
4 tamanha, havendo demanda por cursos pagos, cobrar alto por eles. Um primeiro passo para
5 viabilizar que esses cursos sejam mais acessíveis é, em vez de remunerar os servidores, utilizar
6 esses valores para reduzir seus custos e fazer esses cursos mais acessíveis. Não remunerar os
7 docentes de forma alguma significa escravizar professores, ou impede que os cursos de real
8 interesse público sejam ofertados. Sabe que é uma proposta que fere o interesse privado de
9 muitos, mas por isso ela está aqui, para que prevaleça o interesse público e não o interesse
10 privado de alguns. A Unicamp não sofre com fuga de cérebros; a remuneração, mesmo que
11 esteja padecendo de reajuste junto ao RDIDP, é mais que suficiente para manter os docentes e
12 pesquisadores de excelência, mais ainda agora com o aumento do teto salarial. Em grande parte
13 das áreas de conhecimento, a Capes utiliza a participação no *lato sensu* como fator positivo de
14 avaliação, e seria do interesse dos professores participar. Os docentes já são remunerados para
15 pós-graduação, seja *stricto* ou *lato sensu*. E agora já existem condições orçamentárias com a
16 cobrança de mensalidades para que esses cursos *lato sensu* possam existir e bancar sua
17 infraestrutura. Não há necessidade de serem enquadrados como atividade simultânea, pois
18 pertencem às atividades correntes acadêmicas dos professores. Se é para haver uma política de
19 cobrança de mensalidades, que seja para financiar uma universidade voltada para todos, e não
20 que gere mais exclusão. Trata-se de definir qual projeto de universidade querem. Garantir
21 cursos de interesse público, garantir autonomia didática dos professores frente a cursos
22 mercantilizados, garantir a democratização do acesso com bolsas, assim como escreve a
23 Resolução Conex 01 de 94 para cursos de extensão pago, fará com que esses cursos não se
24 tornem política de complementação salarial. Eles têm de ser, como em sua modalidade mais
25 nobre, para cumprir a missão da Unicamp. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE ALMEIDA
26 reivindica as propostas apresentadas pela bancada discente, de adendo ao documento aprovado
27 na reunião passada. O conselheiro João Luis colocou muito bem várias preocupações que
28 compartilha em relação a isso. Há defasagem salarial da carreira docente na Unicamp desde
29 2015, e que hoje deve estar ultrapassando a marca de 15%, o que é muito grave. Causa
30 preocupação que uma medida como essa acabe tendo uma lógica de reposição salarial por
31 outros meios, o que constitui um prejuízo muito profundo à carreira docente, mas, mais do que
32 isso, à própria Universidade, pois prejudica o regime de dedicação exclusiva à docência e
33 pesquisa. Portanto, são propostas que têm de ser levadas com muita seriedade. O professor
34 Geromel também colocou, com muito acerto, o tema das bolsas. Se uma empresa deseja pagar
35 por um curso *lato sensu* pago da Unicamp, nada mais justo que a empresa pague por isso e que
36 haja bolsas para as pessoas para as quais a empresa não está pagando. É muito preocupante que
37 estejam votando um tema como esse no Conselho sem levar em conta essas preocupações.
38 Também reivindica fortemente a participação discente no GT que vai discutir a regulamentação
39 dos cursos de *lato sensu* pagos, principalmente pelo fato de os estudantes terem se envolvido
40 tanto nessa discussão, terem organizado atividades, pela bancada discente ter apresentado

1 propostas de complementação do texto. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR diz,
2 em relação a remuneração para docentes, que um dos argumentos que levantaram contra a
3 cobrança do *lato sensu* foi que docentes poderiam passar a preferir oferecer cursos de *lato sensu*,
4 em detrimento de cursos *stricto sensu*. E esse não é um argumento da bancada discente, é um
5 argumento que viram vários docentes levantar na CCPG, na CPG das unidades, então acreditam
6 que docentes sabem do que estão falando. Se houver essa remuneração a mais, o docente vai
7 preferir oferecer um curso *lato sensu* em vez de se dedicar mais ao *stricto sensu*. Concorde
8 muito com o que o professor Geromel falou, os professores já dão aula à noite, no fim de
9 semana. Os professores já recebem por isso, então é óbvio que se tiver de ter a participação de
10 servidores para viabilizar os cursos, os servidores devem ser devidamente pagos, se eles
11 estiverem cumprindo horas fora de sua carga horária. O argumento é que precisava ser feita a
12 cobrança dos cursos de *lato sensu* para viabilizar a própria existência desses cursos, então lhe
13 parece que não é necessário oferecer uma remuneração extra para os docentes. Acreditam que
14 isso é algo que precisa ser regulamentado no regimento do *lato sensu*, e lhe parece ser uma
15 legislação em causa própria, que os docentes estão aqui defendendo que haja essa remuneração
16 para poderem ganhar mais. Acha que não é essa a impressão que este Conselho quer passar para
17 o resto da sociedade. É professora da educação básica, e é bizarro escutar aqui que preparar um
18 curso é um ônus para o professor. Não é ônus, é o seu trabalho; e escutar uma comparação com
19 escravidão é ainda mais bizarro, é aterrador. O conselheiro Robson não conseguiu se inscrever
20 para esta pauta, então traz aqui o apontamento dele de que precisam lembrar os atos que
21 tiveram nas últimas semanas, e é importante destacar que esse tipo de fala só colabora para que
22 o pensamento racista se perpetue. Pede que olhem ao redor, que se atentem para não continuar
23 reproduzindo um racismo institucional nas suas falas, pois isso é muito grave. O Conselheiro
24 MATHEUS ALVES ALBINO reitera o argumento da conselheira Patrícia, porque avisaram
25 que a partir do momento que os cursos de extensão e especialização fossem pagos, haveria uma
26 migração de professores do *stricto sensu* para o *lato sensu*. O ministro Edson Fachin, na sua
27 decisão no STF, afirma que: “Os professores são servidores públicos e, como tal, se destinam
28 às tarefas indicadas em seus cargos, não podem, conseqüentemente, eximir-se das suas
29 obrigações ordinárias para desempenhar aquelas que, por conveniência, decidiu a universidade
30 oferecer ao público”. A bancada discente acha que a Unicamp deveria limitar a carga horária
31 dos rendimentos em atividades de pós-graduação *lato sensu*. Hoje foi apresentado a uma
32 informação nova, que os cursos são inviabilizados devido à falta de remuneração docente e de
33 servidores. Pensou, na reunião anterior, que os cursos eram inviáveis economicamente porque
34 os seus custos de estrutura para manutenção e desenvolvimento não eram viáveis de serem
35 oferecidos gratuitamente. Parece que hoje os cursos são puramente para complementação
36 financeira, o que não lhe parece ser, de forma alguma, a função da universidade pública.
37 Pergunta à professora Maria Helena onde está o altruísmo de oferecer um curso com demanda
38 crescente de milhões de profissionais; pensou que era essa a intenção da proposta. Pergunta
39 ainda se a adoção de critério socioeconômico para bolsas não seria fundamental para que essa
40 demanda fosse atendida de maneira mais justa. O trabalho dos docentes já é remunerado, a

1 partir do momento em que são pagos salários para darem aulas em pós-graduação, então não é
2 escravatura em nenhum momento. Tão logo os docentes apresentem proposta justa de
3 valorização das suas carreiras, certamente vão ter o apoio da bancada discente. E aos pós-
4 graduandos a remuneração vai continuar igual. Muito interessante dizerem aqui que não houve
5 discussão suficiente. Observa que se não fosse pela bancada discente e por alguns docentes que
6 foram críticos, a primeira proposta da professora Nancy teria passado no começo do segundo
7 semestre do ano passado, sem ninguém questionar. Passou por unanimidade na CCPG. Quando
8 se fala em pesos e contrapesos em cinco instâncias, são cinco instâncias que, a seu juízo, devem
9 ter uma margem para definir a destinação dos recursos. Então são favoráveis a que o Consu seja
10 soberano para definir qual limite acha justo, e isso deve constar no regimento para guiar os
11 trabalhos do GT, por isso é favorável que seja vetada a utilização dos recursos para pagamento
12 de servidores e docentes e não docentes da Unicamp, com proposta de implementação de bolsas
13 de caráter socioeconômico. O MAGNÍFICO REITOR observa que há certas distorções em
14 algumas falas e algumas incompreensões que precisam ser colocadas antes da votação.
15 Primeiro, que a carga horária de docência no *lato sensu* não conta na carga horária da DAC, ou
16 seja, ela é à parte, não há nenhum risco de que os professores prefiram uma em detrimento à
17 outra. A proposta colocada pelo conselheiro João Luis define claramente que fica vedada a
18 utilização dos recursos à remuneração de servidores docentes e não docentes, ou seja, também
19 fica vedado o pagamento de funcionários, e ali aparece uma questão que a conselheira Patrícia
20 colocou com relação a eventualmente trabalho em fim de semana, à noite. Isso está claramente
21 colocado na proposta. É também importante mencionar que o RDIDP permite oito horas de
22 atividades extras para docentes para consultorias, para trabalhos etc. Muitos utilizam esses
23 dispositivos, sejam por seu conhecimento buscado, seja também para favorecer a própria
24 unidade e a Universidade. E ao limitar a remuneração de docentes, o que farão efetivamente é
25 oferecer essas oito horas dos docentes da Unicamp para outras universidades, para outros
26 institutos, ou seja, uma universidade privada que queira fazer um curso *lato sensu*, pode
27 perfeitamente chamar um docente ou funcionário da Unicamp, pagar essas oito horas,
28 remunerar esse curso, e a Unicamp estará perdendo essa força de trabalho tão importante, que
29 também colabora nas atividades, na infraestrutura das unidades, nas próprias remunerações dos
30 docentes e funcionários que estão atuando. Então esse é um aspecto que não foi colocado, mas,
31 ao fazer essa limitação, simplesmente estarão fechando os olhos para essa questão relevante, e
32 acabarão não usufruindo a qualidade dos docentes e funcionários aqui na Universidade. Não
33 havendo mais observações, submete à votação as propostas de inclusão do parágrafo 2º no
34 artigo 80 e a alteração do parágrafo 3º, conforme a proposição do conselheiro João Luis, que
35 são rejeitadas com 36 votos contrários, 16 votos favoráveis e 12 abstenções. Passa à votação da
36 proposta de inserção do inciso IX no artigo 83, e conseqüente renumeração do inciso X, que é
37 aprovada com 33 votos favoráveis, 22 contrários e 11 abstenções. Passa à discussão do item 06
38 – Proc. nº 01-P-3749/1975 –, que trata da proposta de alteração da Deliberação Consu-A-
39 15/1999, alterada pela Deliberação Consu-A-22/2016, que dispõe sobre o Regimento Escolar
40 do Colégio Técnico de Limeira. O destaque foi feito pelo conselheiro João Luis. O Conselheiro

1 JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que é um detalhe muito simples no artigo 18,
2 sobre a constituição da congregação; a do corpo discente está definida no inciso VIII da seguinte
3 forma: “representantes do corpo discente, na proporção de 1/5 dos membros da congregação,
4 eleitos por seus pares dos cursos ministrados pelo Cotil, não sendo permitida a recondução”. A
5 proposta de alteração que possui é que seja permitida uma recondução, como ocorre com os
6 servidores técnico-administrativos e o corpo docente. Os estudantes não são professores que
7 estão aqui há anos e sabem do funcionamento das câmaras, conseguem se articular e vencer
8 também seus medos para conseguir fazer propostas e ter uma atuação condizente nos conselhos.
9 Na congregação também não é diferente, a recondução de mandato muitas vezes é uma chance
10 escolhida pelos estudantes que votam naquele estudante para que ele aprimore a sua atuação, e
11 sempre vem sendo muito positiva. No caso em questão, não seria uma recondução indefinida,
12 isso é algo que não gera vícios de o estudante ficar anos na representação, mas, pelo contrário,
13 permite uma atuação de maior qualidade. Além disso, muitas vezes nas representações do
14 colegiado, exatamente pela falta de paridade e, assim, a falta de participação estudantil, ocorre
15 de os estudantes não terem voz, ou de sua voz ser muito pouco ouvida, não ter voto suficiente.
16 Isso afasta muitos estudantes de participarem porque sentem que a atuação deles é nula; faz que
17 haja, repetidas vezes, poucos candidatos estudantis, então a recondução, em anos mais difíceis,
18 é uma forma de garantir que haja representação discente nessas unidades. No caso do Colégio
19 Técnico de Limeira, acha que deveria seguir como é o regimento de muitos cursos da graduação
20 e permitir uma recondução aos estudantes. O Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI diz que
21 valoriza o esforço feito pelo Cotil de regulamentar melhor alguns itens. Acha que é um avanço
22 esse regimento, saúda essa iniciativa. Fará algumas sugestões aqui, e pergunta se isso de alguma
23 forma prejudicar a votação, pode ser discutido no Cotil, ou se poderia ser incorporado sem
24 grandes problemas. É uma preocupação, no mesmo artigo que o conselheiro João Luis destacou,
25 que altera o artigo 34 do regimento, que é a composição da congregação. Estão em um contexto
26 de readequação de departamentos também nos colégios, e preocupa um pouco que haja uma
27 representação onde a direção ocupe 1/4 dos votos da congregação total. Acha que do ponto de
28 vista institucional, da dinâmica de representação nas congregações, o ideal seria que fosse uma
29 congregação um pouco maior, já que contempla quatro diretores, espelhando no caso do Cotuca,
30 onde há 1/5 das vagas da congregação ocupadas pela direção, sua sugestão seria incorporar
31 nessa revisão um parágrafo único nesse artigo, inspirado também no Cotuca, estabelecendo que
32 o número total de membros previstos nesses incisos I a IV, que são os dos diretores, não poderia
33 ser superior a 1/5 das vagas totais da congregação. Isso seria uma sugestão que poderia ser
34 incorporada no sentido de beneficiar o regimento dessa compreensão de uma melhor
35 representatividade. Acha que ele já avança nessa representatividade, mas, aproveitando a
36 revisão, coloca essas sugestões. Outra seria também inspirada no regimento do Cotuca, ainda
37 que sejam instituições diferentes, não seja necessário unificar, seria no inciso VII desse mesmo
38 artigo, que prevê dois representantes técnico-administrativos eleitos pelos pares, permitindo
39 uma recondução. A ideia seria prever três servidores técnico-administrativos, assim como faz
40 o Cotuca, permitindo a recondução. A terceira sugestão seria a mesma feita pelo conselheiro

1 João Luis, também tinha anotado, de ter uma isonomia de tratamento sobre recondução em
2 relação aos alunos, então permitir também uma recondução aos alunos. São pequenas
3 alterações, mas que poderiam talvez aprimorar esse modelo de composição da congregação. O
4 Professor JOSÉ ROBERTO RIBEIRO diz, antes de comentar as propostas feitas pelos
5 conselheiros André e João Luis, que o regimento do Cotil carece de uma revisão por completo.
6 Essa primeira alteração proposta, na verdade, é mais uma adequação do que uma revisão
7 propriamente dita, uma vez que a última revisão ocorreu em 2003, salvo em 2016, quando foi
8 feita uma revisão pontual. Desde 2003, o Cotil, assim como o Cotuca, possui a função do diretor
9 administrativo, e no regimento do Cotil esse diretor administrativo não aparece. Estão propondo
10 essa adequação, para que ele possa participar do conselho diretor, que é a congregação da
11 unidade. Também houve um parecer de uma comissão de sindicância que destacou a
12 necessidade de extinguir o NEF, Núcleo de Educação Física, criado em 2016, que consta no
13 regimento. Uma outra situação é que estão restabelecendo as reuniões do conselho
14 departamental e do conselho interdepartamental, previstas no regimento mas essas reuniões
15 estão extintas desde 2003. Quando foram analisar o regimento do colégio, viram que a
16 composição que hoje vigora no conselho interdepartamental estava um tanto confusa. Também
17 foi destacado pela comissão de avaliadores externos da Universidade que o regimento contraria
18 a LDB, portanto vários artigos precisam ser atualizados e modernizados, e farão isso. Também
19 não se opõem à questão da recondução do aluno, mas se aprovarem a recondução para o
20 conselho diretor, existem outros colegiados que não preveem a recondução. Solicita ao
21 Conselho Universitário que aprove essa proposta do jeito que está, com o compromisso do
22 Colégio de, na sequência, fazer uma revisão por completo e o mais rápido possível encaminhar
23 para o Conselho uma proposta de alteração do regimento por completo, revisada, modernizada,
24 de acordo com a legislação, tanto da LDB quanto da Universidade, e com os pontos de
25 modernização solicitados pelos conselheiros. O MAGNÍFICO REITOR diz que pelo que
26 entende, o diretor do Cotil está solicitando um voto de confiança do Consu, afirmando que essa
27 é uma mera rápida adequação e está solicitando um voto de confiança para encaminhar uma
28 revisão mais profunda de todo o regimento o mais rapidamente possível. Considera adequada
29 essa solicitação. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL pergunta se seria possível que
30 pudessem marcar um prazo para que isso ocorra. O MAGNÍFICO REITOR pergunta ao
31 professor José Roberto se ele acha que tem condições até o fim do ano de propor um novo
32 regimento. O Professor JOSÉ ROBERTO RIBEIRO diz que estão fazendo um esforço, já
33 iniciaram uma revisão, mas é claro que o momento dificulta um pouco. Amanhã a congregação
34 vai discutir e possivelmente aprove a proposta de revisão da certificação do Colégio, e também
35 dependem dessa aprovação para que possam fazer todas as adequações no regimento. Mas
36 existe um esforço para que até o final do ano consigam encaminhar para a Secretaria Geral essa
37 proposta de revisão. Não sabe se em tempo possível de a PG analisar, todo o trâmite para poder
38 entrar em pauta do Consu. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS pergunta
39 se não se trata de uma retirada de pauta. O MAGNÍFICO REITOR responde que não; votarão
40 essa adequação inicial, com o compromisso do Colégio de enviar uma revisão completa até o

1 final do ano. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que diante desse
2 compromisso, retira o destaque realizado, acha que não há necessidade. Não havendo mais
3 observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 60
4 votos favoráveis e 05 abstenções. Passa ao item 08 – Proc. nº 01-P-11485/2017 –, que trata de
5 proposta de alteração da Deliberação Consu-A-32/2017, que dispõe sobre os sistemas de
6 ingresso aos cursos de graduação da Unicamp. Destaque feito pelo professor André Pasti. O
7 Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI diz que a alteração é muito boa, muito meritória, acha
8 que seria interessante ouvir, se possível, da professora Débora Jeffrey, um pouco sobre essa
9 experiência da comissão de averiguação e o que motivou essas alterações. Trata-se de um
10 avanço de uma política de combate à fraude, que também é fundamental nas políticas de cotas,
11 e achou que seria importante ter um espaço aqui no Conselho para conversar um pouco sobre
12 isso, ouvir um pouco mais e alinhar um pouco o entendimento sobre essa alteração que está
13 sendo proposta. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra para a professora Néri. A Professora
14 NÉRI DE BARROS ALMEIDA diz que a temática faz parte da pauta da Diretoria Executiva
15 de Direitos Humanos, uma temática na qual a Comissão Assessora de Diversidade Étnico-
16 Racial está se empenhando imensamente, tem chamado bastante atenção de outras instituições
17 o trabalho que tem sido feito ali. Tendo em vista a especificidade técnica do trabalho, solicita a
18 palavra para a professora Débora, que vai poder dar maiores detalhes sobre a atuação da Cader
19 na pauta indicada pelo professor. A Professora DÉBORA CRISTINA JEFFREY primeiramente
20 diz que vivencia um momento de luto pela perda de sua mãe, mas agradece à Reitoria, aos
21 conselheiros, a inúmeros órgãos, colegas, companheiros e companheiras da Universidade, que
22 prestaram solidariedade e vêm prestando solidariedade em função do falecimento da minha
23 mãe, que foi uma servidora da Unicamp, do HC, por quase 30 anos, e que ajudou também na
24 construção desta Universidade. Em função do item de pauta destacado, ressalta tudo que já foi
25 posto, discutido e deliberado no Conselho de Leis e Normas, o que justificaria essa alteração
26 da Deliberação Consu-A-32/2017. A proposição é regulamentar, mas na verdade conseguiram
27 institucionalizar a Comissão de Averiguação da Unicamp, que envolve o processo de
28 verificação dos optantes por cotas étnico-raciais, pretos e pardos da Unicamp. Possuem apenas
29 a Resolução GR-046/2019, que fundamenta a atuação e o trabalho da Comissão de
30 Averiguação. Então, após uma revisão de membros da Cader, avaliaram que a deliberação
31 apenas faz uma menção ao trabalho da Cader e das cotas étnico-raciais, então era necessário
32 incluir a Comissão de Averiguação também de forma a proporcionar essa institucionalidade,
33 vinculando e reforçando toda política de cotas étnico-raciais da Unicamp, que vem sendo
34 estabelecida e em discussão a partir do ano de 2016, tendo, portanto, uma apreciação do
35 Conselho Universitário em 2017 com a primeira edição do vestibular com cotas étnico-raciais,
36 e em 2019 com a inclusão da comissão de averiguação em 2020. Seguem com os trabalhos, e
37 esta proposta é de uma alteração simples nos artigos 13 e 14 da Deliberação Consu-A-32/2017,
38 conferindo não só à Pró-Reitoria de Graduação, mas também à Comissão Assessora de
39 Diversidade Étnico-Racial o compromisso de estudar, analisar e publicizar os dados e as
40 atividades da Comissão de Averiguação, propondo o aperfeiçoamento da iniciativa, como

1 também a avaliação do processo do sistema de cotas étnico-raciais, conforme havia sido
2 proposto em deliberações Consu anteriores, que a fundamentavam a partir das audiências
3 públicas e, depois, conseqüentemente, na Deliberação Consu-A-32/2017. Agradece aos
4 conselheiros e conselheiras que apreciaram e também a todos os membros da Comissão
5 Assessora de Diversidade Étnico-Racial. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO diz
6 que a representação discente e a APG Central expressam seu pesar à professora Débora, pela
7 perda de sua mãe. Destaca a participação dos estudantes nessa importante comissão, que teve
8 um papel relevante, e esperam que tenha continuidade. Os representantes discentes da pós-
9 graduação solicitam a possibilidade da ampliação da Cader para os programas de pós-graduação
10 que têm cotas; alguns já estão implementando a averiguação, por exemplo no IEL. No IA, isso
11 está dentro do edital, mas há outros programas com que gostariam que a Cader pudesse dialogar.
12 Também pensaram em um GT de cotas na pós-graduação, que começou com duas atividades,
13 de fazer o resgate desses programas com cotas, e também de mapeamento desses editais, para
14 elaborarem um documento que será encaminhado para todos os programas, sobre a necessidade
15 de se pensar em implementar cotas nos demais programas que não têm, e também para a CCPG.
16 Coloca-se à disposição da Cader para dialogar sobre isso. A Professora NÉRI DE BARROS
17 ALMEIDA esclarece que a articulação proposta já está sendo feita. A Cader está à disposição
18 da comunidade para apoiar um alinhamento nos procedimentos em relação à
19 heteroidentificação nos cursos que fizeram opção por vagas étnico-raciais na pós-graduação.
20 Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é
21 aprovada com 59 votos favoráveis, 01 contrário e 05 abstenções. Passa ao item 16 – Proc. nº
22 03-P-451/2020 –, da Faculdade de Engenharia Mecânica, que trata de Convênio entre as partes
23 Unicamp/Funcamp e Instituto de Pesquisas Eldorado, tendo como executor Janito Vaqueiro
24 Ferreira. Data de Assinatura: 24.04.20, Vigência: 31.12.22, Recursos: R\$742.534,00, Resumo
25 do Objeto: Execução do projeto de pesquisa “Monitoramento de Estais em Torres de
26 Transmissão utilizando IoT”. Destaque feito pelo conselheiro João Luis. O Conselheiro JOÃO
27 LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que são convênios, tanto este item quanto o próximo
28 que destacou, item 17 – Proc. nº 32-P-14742/2019 –, do Centro de Hematologia e Hemoterapia,
29 que trata do Contrato de Patrocínio de Pesquisa por meio de Estudo Clínico, entre as partes
30 Unicamp/Funcamp e Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda., tendo como executora Margareth
31 Castro Ozelo. Data de Assinatura: 19.12.19, Vigência: 31.12.22 ou 6 meses depois do
32 fechamento do banco de dados, Recursos: Conforme Anexo B, Resumo do Objeto: Realização
33 do Estudo Clínico fase 2 referente ao Protocolo 54767414MMY2065, que compõe o Anexo A.
34 Acha que devem ser votados de forma separada, mas a discussão pode ser realizada em bloco.
35 Pergunta se pode já apresentar os dois itens. O MAGNÍFICO REITOR responde que podem
36 ser os dois em bloco e votam separado, não tem problema. O Conselheiro JOÃO LUIS
37 SARAIVA MORAES ABREU diz que antes de tudo, é importante situar o debate; as opiniões
38 sobre alternativa de financiamento misto na universidade pública geralmente se expressam de
39 forma bastante dicotômica: ou defende-se a exclusividade do financiamento estatal, ou, em
40 contraponto, uma defesa irrestrita à abertura da universidade à empresa. Não está em nenhum

1 desses polos. A seu ver, a Universidade moderna surge intimamente ligada com as necessidades
2 do setor produtivo. A defesa de convênios por empresas privadas dentro da Universidade ocorre
3 mais por uma ótica de possibilitar que esses conhecimentos produzidos internamente se
4 externalizem em produtos, processos, serviços, do que como uma fonte efetiva de
5 financiamento. Porém, mesmo que não sirvam como uma fonte efetiva de financiamento, até
6 por serem recursos extraorçamentários, cabe à universidade pública realizar convênios e
7 pesquisas aplicadas, e mesmo às vezes até determinadas pelo mercado, desde que recebendo a
8 devida remuneração para tal empreendimento. Então parte desses pilares para analisar esses
9 pontos dos convênios que estão aqui, por envolverem concessão dos direitos sobre a
10 propriedade intelectual que a Universidade possa vir a desenvolver nessas pesquisas. O item 16
11 é uma parceria com o Instituto de Pesquisa Eldorado, que lhe parece de grande relevância social;
12 seria uma pesquisa sobre monitoramento de estais, em torres de transmissão, utilizando IoT, e
13 a Universidade tem, por parte do Instituto Eldorado, para realização dessa pesquisa, o valor de
14 R\$742 mil, que têm como finalidade exclusivamente financiar os custos. Sabem que a Unicamp
15 tem um grande histórico de importância nacional para as telecomunicações, e essa pesquisa,
16 por ser uma questão das torres de transmissão, as falhas nas estruturas delas que acarretam
17 apagões e problema no Brasil inteiro, parece-lhe relevante e justificável. Porém, o que não lhe
18 pareceu justificável é que não ficam nem com as patentes desenvolvidas, seja em processos, em
19 produtos, ou em qualquer parte deste processo, ou pelo menos, como podem ver no convênio,
20 isso está cedido, podendo abrir a possibilidade de negociação para ver como vai ser patenteado,
21 mas é garantida à Eldorado a patente, com uma condição, a Unicamp vai receber o prêmio de
22 R\$25 mil por tecnologia desenvolvida. Isso causa bastante preocupação porque, como disse,
23 acredita que deve ser a devida remuneração para tal empreendimento, ou a patente
24 compartilhada. E, no caso, R\$25 mil não lhe parece uma remuneração justificável e, por isso,
25 solicita que seja reelaborado esse convênio, de forma que não corra risco de investirem em
26 infraestrutura, investirem recursos humanos que são pagos pela população, principalmente a
27 população mais pobre, para algo que é de extrema rentabilidade pelo nível de importância deste
28 projeto e pela capacidade de execução a nível nacional e mesmo internacional, R\$25 mil é uma
29 ninharia. E esses R\$742 mil são para cobrir o custo da pesquisa. Então, não se justifica esse
30 valor. O item 17 traz um contrato entre uma grande multinacional, a Janssen-Cilag
31 Farmacêutica, que faz parte do conglomerado da Johnson & Johnson, com o Hemocentro. Neste
32 caso, não tem propriedade para dizer da importância social, leu todas as páginas do contrato, e
33 também possuem a concessão por completo de obra encomendada das invenções nesse
34 processo, podem ser observadas às folhas 27. Solicita esclarecimentos, porque os recursos de
35 contrapartida são por teste realizado do medicamento para combater a doença, então vão ser de
36 centenas de pacientes, o Hemocentro vai fazer execução, e há os custos referentes a esses
37 procedimentos. Porém, não viu, além dos custos referentes aos procedimentos, onde a
38 Universidade recebe uma remuneração pela concessão de patentes por uma multinacional que
39 lhe parece que tem também grande rentabilidade. Então, neste caso, solicita esclarecimento,
40 porque o anexo não lhe permitiu ter uma visão clara sobre a questão dos recursos. Acha que é

1 essa a preocupação que deve nortear quando olham convênios, quando olham concessões de
2 patentes, para que não peguem dinheiro público, interesses públicos e os utilizem de acordo
3 com a possibilidade da rentabilidade privada, sem a devida remuneração da Universidade. O
4 Conselheiro ALBERTO LUIZ SERPA diz que o convênio não teve consenso na negociação
5 entre a Inova e a empresa, em termos de divisão dos direitos autorais. A discussão levou a esse
6 outro modelo, que é o modelo de prêmio por cada inovação que pudesse surgir. Após as várias
7 tentativas de chegar em uma outra forma de compartilhar isso, essa foi a única que permitia
8 viabilizar o convênio. Isso foi buscado de várias maneiras, pela própria Inova, em várias
9 discussões, e a maneira para viabilizar o convênio foi essa, que requer então esse modo
10 excepcional que vem até o Conselho Universitário, por se tratar de um caso diferente do usual
11 no compartilhamento dos recursos. Não se viabilizou uma outra maneira que não fosse essa do
12 prêmio, e havendo o interesse de avançar com a pesquisa, com a equipe, esse convênio financia
13 bolsistas, infraestrutura e outros tópicos, foi considerada conveniente essa forma de prêmio,
14 para ele prosseguir nas demais instâncias. O Conselheiro ERICH VINICIUS DE PAULA diz
15 que em relação ao convênio do Hemocentro, vai falar de uma forma geral, porque a dúvida é
16 relevante, mas tem uma explicação que lhe parece relativamente simples. Esse é um contrato
17 de pesquisa clínica, e esse é um formato de contrato bastante comum, não só da hematologia,
18 mas da maioria dos estudos que são feitos com pesquisa clínica na área médica, inclusive
19 atualmente em relação à Covid-19. Há dois tipos de investigação, uma que é iniciada pelo
20 pesquisador local a partir de uma ideia dele, em que ele pode ser o depositário intelectual dessa
21 patente etc. E há uma segunda situação, que é muito comum, é que a maioria dos fármacos hoje,
22 no mundo inteiro, são produzidos da seguinte forma: a indústria farmacêutica desenvolve todo
23 processo intelectual, então ela é detentora de todas as patentes, e conta com a colaboração de
24 instituições acadêmicas para testar esses medicamentos. E caso surja alguma descoberta
25 inesperada durante o processo, isso está sob controle da indústria farmacêutica, mas é
26 importante entender que não estão investigando um produto que gerará uma descoberta que
27 pode criar uma patente. A hipótese já foi feita, estão simplesmente testando. Isso tem um custo
28 muito grande para a instituição, porque esse tratamento não faz parte do que estaria previsto no
29 SUS, então precisam repor para a instituição tudo que é gasto com esse processo. Os custos
30 elencados são a estimativa de quanto que a instituição gasta com isso. Os ganhos são vários.
31 Primeiro, ganham a possibilidade de tratar pacientes com medicamentos que ainda não estão
32 desenvolvidos, o que é importante, pois várias doenças não têm cura, e muitas recomendações
33 são de que, na falta de uma informação, devem procurar um estudo clínico. No Brasil,
34 infelizmente os pacientes têm muito pouco acesso aos estudos clínicos, então quando trazem
35 esse medicamento para cá, dão essa oportunidade aos pacientes, que geralmente são pacientes
36 do SUS. A legislação brasileira coloca que caso esses medicamentos sejam eficazes, o
37 laboratório é obrigado a continuar fornecendo para eles esses medicamentos. Além disso, cria
38 uma estrutura que acaba, de alguma maneira, contaminando positivamente a estrutura do SUS.
39 No Hemocentro, os recursos não são 100% reinvestidos na sua estrutura, não há remuneração
40 específica para nenhum pesquisador, embora isso também possa constar do contrato. E isso tem

1 permitido melhorar a assistência para dentro dessa estrutura da pesquisa clínica, que acaba
2 também atingindo outros pacientes. Possuem profissionais hoje que são Funcamp contratados
3 a partir desses recursos. O MAGNÍFICO REITOR diz que em relação ao item 16, da Faculdade
4 de Engenharia Mecânica, o Parecer Inova 005/2020 coloca que: “Foram feitas tentativas de
5 negociações pela Inova, principalmente no que concerne à possibilidade de a Unicamp ter
6 cotitularidade na propriedade intelectual de possível ato intangível. Contudo, o Eldorado
7 informou que foi contratado para executar o referido projeto de P&D Aneel por uma empresa
8 do ramo de transmissão de energia, e que neste contrato há uma autorização de transferir 12,6%
9 do valor global para que a Unicamp execute atividades que podem ser subcontratadas.
10 Adicionalmente, informou que as condições contratuais estabelecidas pela empresa não são
11 negociáveis e, portanto, a titularidade não pode ser dividida. Foi inserido no sistema digital de
12 convênios da Unicamp declaração expedida pela Eldorado a respeito de tal condição”. Então,
13 o entendimento que tem é que se trata praticamente de uma contratação de prestação de
14 serviços, e não necessariamente de um desenvolvimento comum que levaria a eventuais
15 patentes. Por isso foi colocado dessa forma, sendo expresso pelo Instituto de Pesquisas
16 Eldorado, vedada inclusive esta coparticipação. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA
17 MORAES ABREU diz, sobre o item 17, que se sentiu muito contemplado pela explicação do
18 professor Erich, e a remuneração, assim como os procedimentos, parecem-lhe corretos. Porém,
19 sobre o item 16, solicita a retirada de pauta do item para que volte a negociação com a Eldorado,
20 para um prêmio superior em caso de inovação. Acha que é muito perigoso o Conselho
21 Universitário aceitar uma remuneração tão baixa diante de um convênio de tão alta
22 rentabilidade, em caso de inovações de processo ou produto. De resto, acha que o convênio tem
23 as finalidades que o senhor Reitor mencionou e é interessante que sejam realizados. Mas, pelo
24 menos, caso haja inovações, que seja uma remuneração justificável, para não inferir aqui em
25 uma privatização dos recursos de interesse público, com os lucros que podem ser rentabilizados
26 a partir de uma descoberta de tanta importância e aplicação nacional. O MAGNÍFICO REITOR
27 diz que precisam separar o que é realmente inovação do que é meramente uma prestação de
28 serviços de uma *expertise* específica da própria Universidade. Há uma proposta de retirada de
29 pauta, pergunta se o professor Serpa deseja encaminhar contrário. O Conselheiro ALBERTO
30 LUIZ SERPA diz que as possibilidades dessa negociação foram bastante exploradas com a
31 Eldorado, com essa empresa que se chama Taesa, e chegou a esse ponto em função do que seria
32 um modelo que viabilizaria esse convênio. Então, acha que o convênio já está, de certa maneira,
33 avançando, não mudaria o resultado uma outra tentativa, e traria um impacto talvez negativo
34 para o andamento da atividade. Foi envolvida a Inova, em várias tentativas, e no seu
35 entendimento, convergiu para esse resultado, que é o possível. O MAGNÍFICO REITOR diz
36 que também encaminha contra a retirada de pauta, até porque está vendo aqui as datas e o que
37 acabou de ler é de 17 de janeiro; os contratos têm prazo de validade, têm período para que
38 ocorra. A Inova se debruçou sobre o assunto, fez diversas tentativas, entraram em um acordo e
39 a própria empresa colocou aqui que tem um limite da Aneel de transferir 12,6% do valor global
40 para a Unicamp, que é o correspondente possível. Então, encaminharia para dar prosseguimento

1 a essa votação. Pergunta se o conselheiro João Luis mantém a proposta de retirada de pauta. O
2 Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que gostaria de manter, porque
3 sua questão não é sobre o convênio, é exclusivamente sobre a questão do prêmio de R\$25 mil
4 por tecnologia desenvolvida pela Universidade, pois lhe parece que esse valor não é aceitável.
5 Caso não venham a retirar de pauta para renegociação disso, infelizmente terá de votar contra,
6 mesmo reconhecendo a importância de pesquisas do tipo. O MAGNÍFICO REITOR observa
7 que pelo documento, o valor é uma própria limitação do contrato do projeto de P&D da Aneel.
8 Submete à votação a retirada de pauta, que é rejeitada com 40 votos contrários, 14 favoráveis e
9 08 abstenções. Em seguida, submete à votação o convênio, que é aprovado com 42 votos
10 favoráveis, 15 contrários e 08 abstenções. Passa ao item 17. O Conselheiro FRANCISCO
11 HIDEO AOKI, reforçando aquilo que o professor Erich explicou, diz que a área de saúde tem
12 tido oportunidade de trabalhar com muitos dos fármacos que a indústria farmacêutica vem
13 desenvolvendo para o mundo todo, e isso tem propiciado o desenvolvimento de novos
14 fármacos, para muitas doenças, que muitas vezes nunca tiveram a oportunidade de descobrir e
15 participar, porque o investimento necessário para esse desenvolvimento é extremamente
16 grande. A Universidade, quando é contratada para realização desses projetos de pesquisa, isso
17 tem todas as taxas e, normalmente, esses recursos, para tratar das áreas específicas desses
18 pacientes, servem para desenvolvimento e melhoria da área assistencial para esses pacientes,
19 em geral, e para outras pequenas coisas também, com finalidade de melhorar a micro área de
20 pesquisa e desenvolver a área também. Uma coisa que é sempre importante lembrar, que nem
21 sempre há tempo de realização desse projeto pelo fato de ter necessidade de tramitação pelos
22 comitês de ética, pela plataforma Brasil, onde tem que ser colocado o projeto etc. Portanto, em
23 termos de tempo de tramitação do ponto de vista burocrático, fica bastante complicado, muitas
24 vezes se chega a iniciar o projeto, mas o projeto praticamente se encerra com poucos pacientes
25 tendo a possibilidade de ser randomizados. Provavelmente há esse item porque ele auxilia muito
26 a área de saúde no que tange ao desenvolvimento com os recursos recebidos da área assistencial
27 do conhecimento, do desenvolvimento de *expertise* em relação a esses novos fármacos, sem os
28 quais, não tendo contato direto, só teriam possibilidade através dos *papers* e números que são
29 produzidos. E tendo essa oportunidade de participar, realmente é algo que os coloca frente a
30 frente com as principais universidades do mundo, razão pela qual faz coro com o que disse o
31 professor Erich. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação
32 a matéria, que é aprovada com 54 votos favoráveis, 04 contrários e 06 abstenções. Nada a mais
33 havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos:
34 Moção ao Consu – 01) Moção em defesa do financiamento da Universidade em tempos de
35 pandemia, apresentada pela Congregação da Faculdade de Educação. D – Relatórios Semestrais
36 das Câmaras do Consu – 05) Relatórios Semestrais da Câmara de Administração e da Câmara
37 de Ensino, Pesquisa e Extensão, referentes ao período de 1º.10.19 a 31.03.20, de acordo com o
38 inciso IX do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do Regimento Interno do Consu. E – Relatório
39 Educorp – 06) Relatório das atividades da Escola de Educação Corporativa – Educorp, referente
40 ao período de 2017-2019. Informa que há destaques nos seguintes itens do Expediente: item 02

1 – Moção apresentada pela Associação dos Docentes da Unicamp em defesa da manutenção e
2 eventual ampliação dos orçamentos para educação, ciência e tecnologia. item 03 – Proc. nº 01-
3 P-3969/1999 –, da Comissão de Vagas Docentes – Indicação de membros para compor a
4 Comissão, como segue: Representação Docente (mandato 20.06.20 a 19.06.21): Titular: Prof.
5 Dr. Jayme Vaz Junior – Imecc e Suplente: Prof. Dr. Christiano Lyra Filho – Feec. item 04 –
6 Proc. nº 01-P-3972/1999 –, da Comissão de Vagas Não Docentes – Indicação de membros para
7 compor a Comissão, como segue: Representação da Área de Ciências Exatas (mandato 18.07.20
8 a 17.07.21): Titular: Prof. Dr. Paulo Regis Caron Ruffino – Imecc e Suplente: Prof. Dr. Sérgio
9 Luiz Monteiro Salles Filho – IG. Representação da Área de Humanas (mandato 08.07.20 a
10 07.07.21): Titular: Prof. Dr. Paulo Adriano Ronqui – IA e Suplente: Prof. Dr. Renê José Trentin
11 Silveira – FE. Representação da Área Tecnológicas (mandato 01.08.20 a 31.07.21): Titular:
12 Prof. Dr. Edson Tomaz – FEQ e Suplente: Prof. Dr. Renato Falcão Dantas – FT. Representação
13 da Área da Saúde: Titular: Dra. Patrícia Asfora Falabella Leme - Cecom (mandato 17.06.20 a
14 16.06.21) e Suplente: Dr. Ciro Garcia Montes - Gastrocentro (mandato 31.07.20 a 30.07.21).
15 Antes de passar a palavra aos conselheiros, vai inverter e propor os votos de pesar. Em primeiro
16 lugar, à família do aluno Pedro Manoel Barreto de Abreu, do curso de graduação em Farmácia,
17 faleceu em 23 de maio; à família de Jessé de Paula Neves Jorge, professor aposentado da
18 Faculdade de Ciências Médicas, que faleceu em 24 de maio; à família de Fernando Eduardo
19 Torres Origuela, professor do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, que
20 faleceu dia 28 de maio; à família de Albert James Kascheres, professor aposentado do Instituto
21 de Química, que faleceu no dia 04 de junho; à família de Ademir de Marco, professor
22 aposentado da Faculdade de Educação Física, que faleceu no dia 05 de junho; e à família da
23 professora Débora Cristina Jeffrey, pelo falecimento da sua mãe, a senhora Maria de Lourdes
24 Lourenço, servidora aposentada do HC da Unicamp. Em seguida, passa a palavra aos
25 conselheiros inscritos. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que
26 estão em meio a uma pandemia, e envoltos em uma crise de condução dessa pandemia, com
27 uma curva ascendente, a liberação do comércio, o Ministério da Saúde mudando a metodologia
28 de cálculo etc. Acha que a Universidade deveria se manifestar, porque isso é uma total ausência
29 de transparência. Mas vai se ater a um problema objetivo dos trabalhadores da Unicamp, em
30 particular os da área da Saúde, que estão no atendimento direto aos pacientes com Covid-19. O
31 sindicato entrou com uma ação procurando garantir a questão dos EPIs e assegurar os direitos
32 dos trabalhadores de risco. No primeiro momento, a justiça concedeu a liminar, mas, no
33 segundo momento, a desembargadora do TRT ponderou, inclusive levando em consideração a
34 função social da Universidade neste momento, e caçou a liminar, mantendo a ideia de que os
35 trabalhadores dos grupos de risco tinham de ser readequados nos setores. Isso tudo está
36 acontecendo, há os protocolos da Anvisa, dos EPIs e toda essa discussão dos trabalhadores em
37 risco que foram readequados dentro da própria área da Saúde. No entanto, há um conjunto de
38 problemas que vêm ocorrendo, como falhas de protocolo, pacientes com diagnóstico tardio de
39 Covid, e os profissionais acabam lidando com esses pacientes e sendo expostos. A questão do
40 protocolo das EPIs, que acaba burocratizando e não fazendo com que os trabalhadores tenham

1 o acesso adequado às EPIs; a questão inclusive da falta de funcionários e readequação,
2 remanejamento de funcionários em um ambiente em que a própria Anvisa, no seu protocolo,
3 coloca a necessidade de treinamento, mas o treinamento nem sempre reflete na ponta, pela
4 emergência dos remanejamentos. É um conjunto de problemas que chega ao sindicato, inclusive
5 tem recebido de sábado à noite, de sexta à noite, durante a semana, pedidos de socorro dos
6 trabalhadores. É uma situação bastante angustiante e de insegurança. Procurando discutir isso
7 com outras categorias que estão vivendo o mesmo problema, constituiu-se uma experiência de
8 um comitê técnico, que envolve o sindicato, que envolve os gestores da área de saúde e,
9 obviamente, aqui caberia também a Cipa, para ter um acompanhamento semanal desses
10 protocolos e de como isso está sendo aplicado na área da Saúde, e de levantamento dos
11 problemas. Isso é fundamental. E, mais do que isso, precisa haver um momento de testagem
12 desses trabalhadores. Isso aliviaria muito esses problemas, mas é preciso instalar esse comitê,
13 é preciso ter a testagem, porque senão vão aumentar muito os problemas na área da Saúde, que
14 hoje representa mais de 1/3 dos trabalhadores, que não estão em *home office*, estão trabalhando
15 na ponta. O Conselheiro ÁLVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ faz um agradecimento do
16 IFCH à Reitoria, em particular ao Chefe de Gabinete, professor José Antônio Gontijo, que se
17 empenhou na repatriação do professor Gabriel Zacarias, que desde abril estava nos Estados
18 Unidos tentando voltar para o Brasil, sem sucesso, com passagens e voos cancelados, uma
19 situação extremamente aflitiva. Professor Gabriel Zacarias já está em sua residência em São
20 Paulo, o que os deixa bastante tranquilos. Outra questão é que hoje haverá reunião da Cepe, e
21 supõe que não apenas no IFCH, mas em toda a Universidade discute-se a respeito do
22 encerramento do semestre e das alternativas disponíveis. Na resolução que está encaminhada,
23 não consta uma regulamentação do conceito S da aprovação por suficiência. Consideram de
24 extrema importância uma decisão por parte da Cepe que regule esse conceito S e abra a
25 possibilidade de que no encerramento do semestre possam recorrer a esse conceito para registrar
26 a aprovação dos alunos neste contexto de pandemia e de extrema gravidade, no qual estão
27 encerrando o semestre com atividades exclusivamente não presenciais, e encaminhando-se para
28 um segundo semestre nessas mesmas condições. O MAGNÍFICO REITOR diz que a testagem
29 será feita pelo Cecom, amanhã sai o fluxo para todo Hospital, escalonamento para testagem, já
30 está sendo tudo organizado. Sobre a questão do conceito suficiente ou não suficiente, também
31 já está programada uma CCG extraordinária para quinta-feira, justamente para discutir uma
32 deliberação nesse sentido. O Conselheiro ANDRÉ BUONANI PASTI saúda a força-tarefa
33 Covid da Unicamp, todas as ações que vêm sendo realizadas, todas as pessoas que estão nesta
34 missão precisam ser agradecidas. Também agradece a decisão histórica tomada nesta Sessão
35 sobre as cotas para os colégios, agradece o apoio da Reitoria, dos conselheiros, a presença e o
36 apoio permanentes dos coletivos negros da Unicamp, com a votação tão expressiva que tiveram
37 para esse passo tão fundamental. Saúda também a inclusão dos colégios como conselheiros a
38 partir das próximas reuniões, que também é uma demanda histórica. Espera que o GT funcione
39 de forma adequada e que possam rever a entrada da Cocen, que seria também fundamental para
40 ampliar as possibilidades de representação da comunidade no Conselho Universitário.

1 Levantará alguns temas sobre a necessidade de aproveitar essa oportunidade de avanço na
2 inclusão, e tantas referências que a Unicamp tem deixado sobre esse tema, para registrar alguns
3 debates que ficaram em aberto e sobre os quais precisam se debruçar agora. Durante o diálogo
4 com a comissão assessora de diversidade étnico-racial, houve uma demanda dos povos
5 indígenas para que discutissem um vestibulinho indígena, nos moldes do vestibular indígena,
6 então sugere aos diretores, à Cemt, que avancem nesse tema em relação aos colégios também.
7 Sobre as cotas específicas para pessoas com deficiência, que já existem em várias
8 universidades, aqui em São Paulo pelo menos na Federal do ABC desde 2019, a última notícia
9 que encontrou no site da Unicamp é de 2017. Pergunta se existe alguma informação mais
10 atualizada de como essa discussão ficou aqui na Universidade, pois acha importante retomar;
11 também cotas para pessoas trans, que já existem em algumas universidades e que seriam um
12 passo fundamental nessa inclusão. Sabe que as matérias da mídia nem sempre refletem as
13 discussões realizadas, mas no contexto em que estão, de tantos ataques às universidades, o G1
14 veiculou uma reportagem sobre o estudo da Unicamp em fazer parcerias com empresas e ser
15 sócias de empresas, que está em andamento, e na chamada dizia sobre pensar no futuro com
16 autofinanciamento. Sabe que não deve ser essa a intenção, por tudo o que vêm discutindo, mas
17 acha importante tomar cuidado, para não aprofundar distorções na mídia sobre a necessidade
18 do financiamento público para as universidades. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE
19 ROCHA diz que o Instituto de Computação realizou várias reuniões para discutir um plano de
20 retorno para as atividades, e como foi comentado aqui pelo professor Alvaro Bianchi, também
21 estão alinhados no sentido de terminar este primeiro semestre de forma remota e já iniciar o
22 segundo semestre de forma remota. Sabem que ainda não estão no pico, e infelizmente as
23 pessoas já estão retornando às ruas, de maneira não protegida. Já discutiram no Instituto a
24 possibilidade de, dado esse contexto complicado atual, terminar o ano de 2020 de forma remota.
25 Então, o Instituto de Computação fez uma solicitação em seu plano à Reitoria, para que estude
26 essa possibilidade; às unidades que assim entenderem que têm condições de fazer o
27 encerramento do ano de 2020 de forma remota, se isso seria permitido. Então, esse foi um
28 encaminhamento que fizeram pela congregação do Instituto de Computação. De forma
29 pragmática, já estão propondo o início do segundo semestre de forma remota, mas gostariam
30 de verificar a possibilidade de terminar o ano de forma remota e tentar orientar o uso fracionado
31 dos laboratórios em duas situações específicas: a primeira seria no sentido de permitir que
32 aqueles que têm pesquisas que realmente precisam da presença no laboratório em algum dia,
33 algum período da semana, possam fazer isso de forma fracionada e controlada; e, a segunda,
34 para os laboratórios de ensino, dar um foco principalmente somente àqueles alunos que
35 estiverem em Campinas e que tenham necessidades socioeconômicas de acesso a melhores
36 infraestruturas de computação. Pergunta ao professor Marcelo se já existe uma definição sobre
37 qual vai ser o período de férias após o término deste primeiro semestre letivo. A Conselheira
38 PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR diz que primeiramente registra o seu pesar a todas as
39 famílias de estudantes, docentes e funcionários que estão perdendo familiares, principalmente
40 em decorrência da pandemia. É uma coisa que infelizmente está acontecendo bastante. Então,

1 expressa aqui o seu pesar e solidariedade. Na reunião passada, a professora Nancy afirmou que
2 atualmente a ciência está sendo mais valorizada, então pergunta novamente qual ciência está
3 sendo valorizada, porque não veem dessa forma. Pergunta também se os demais membros da
4 Administração Central concordam com isso, especialmente o Pró-Reitor de Pesquisa. E caso
5 haja a leitura de que a ciência ainda está sendo atacada, pergunta o que a Reitoria tem feito com
6 relação a isso, quais são os próximos passos e o que podem fazer em conjunto para defender a
7 ciência, a pesquisa e a universidade pública. O segundo questionamento é com relação à
8 moradia estudantil. Terão aqui uma manifestação mais completa sobre a moradia, mas reforça
9 um ponto que já estão questionando há algum tempo, que é com relação às marmitas. Estão
10 solicitando, junto com os estudantes da moradia, que as marmitas sejam levadas até lá, para não
11 precisar haver deslocamento até o restaurante universitário, que é um momento que acaba
12 gerando aglomeração e coloca todos em risco. Foi justificado várias vezes pela professora
13 Eliete, professora Helena, várias outras pessoas, que não é possível realizar esse transporte, mas
14 não entendem por que a comida é transportada até o Cotuca, por exemplo, e até a moradia não
15 poderia ser transportada. Talvez a professora Eliana consiga responder isso com mais clareza.
16 O último ponto é com relação a demissões que aconteceram na Funcamp. Correu nas redes que
17 aconteceram algumas demissões no restaurante, na creche, e esse é um momento bastante
18 preocupante para que aconteçam demissões. No último Consu, já havia sido apresentado um
19 questionamento com relação à redução de carga horária, e agora há essas demissões. Pergunta
20 por que isso aconteceu e se vai haver mais. Expressa sua preocupação com funcionárias e
21 funcionários terceirizados, que são a categoria mais vulnerável neste momento de pandemia. O
22 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que no início deste ano manifestou uma
23 preocupação muito grande no Conselho Universitário em relação à decisão do CNPq de tornar
24 menos transparente o seu portal, no que diz respeito a informações sobre bolsas e vários outros
25 itens que eram disponibilizados. O presidente do CNPq àquela época, professor João Luiz
26 Filgueiras de Azevedo, hoje é coordenador adjunto da área de Exatas e Engenharia da Fapesp.
27 Solicitar ao Conselho Universitário que convidasse o professor João Luiz para explicar por que
28 esse tipo de ação foi adotada no CNPq e ainda permanece como tal. A transparência é algo
29 absolutamente essencial em todos os órgãos da administração pública. Nesse mesmo caminho,
30 recentemente o Ministério da Saúde eliminou praticamente todas as informações a respeito da
31 Covid do seu site, informações absolutamente essenciais, para que toda a população conheça
32 exatamente o que está acontecendo. Essa é uma posição do governo que coloca o país em uma
33 situação obscurantista e que não é possível aceitar. Acha que aquilo que a SPBC e a Academia
34 Brasileira de Ciências, da qual faz parte como membro titular, colocaram no site da Unicamp
35 deve ser apoiado. Além disso, solicita que o senhor Ministro da Ciência e Tecnologia também
36 se manifestasse a respeito dessa ação do governo. Mais do que isso, também seria importante
37 que a Unicamp organizasse um site, com a sua chancela e com sua importância, que fizesse a
38 consolidação de todos os dados da Covid no Brasil e pudesse disponibilizar à sociedade. Acha
39 possível fazer essa divisão, e que é mais uma contribuição importante que a Universidade dá ao
40 país nesta hora tão difícil que vivem. O Conselheiro PAULO CARDIERI diz que está

1 substituindo o professor Diniz, diretor da Feec, e sua fala é para, com muita alegria, registrar
2 que três dos professores da Faculdade professor José Geromel, que é conselheiro aqui do Consu,
3 professor Pedro Peres e professor Fernando Von Zuben estão na lista dos 22 professores
4 pesquisadores com maiores índices H na área de Computação e Engenharia Elétrica no Brasil.
5 Essa lista compilada pelo Portal Guide 2 Research, que se dedica à área de Computação e
6 Engenharia Elétrica, a parte de Computação da Engenharia Elétrica, e compila essas listas, não
7 só dos professores, mas também de universidades, jornais e revistas. A diretoria da Faculdade
8 parabeniza esses professores pela presença de seus nomes nessa lista, o que certamente é um
9 reconhecimento à contribuição e relevância dos seus trabalhos nas suas áreas de atuação. O
10 Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que há algumas iniciativas sendo feitas
11 neste período de pandemia, no Instituto de Economia, todas elas em termos de pesquisa, textos
12 e seminários. Estão todas apresentadas na página especial que fizeram no site do Instituto,
13 eco.unicamp.br/covid19. Três dessas iniciativas são seminários na forma remota, que está se
14 popularizando. O primeiro deles é referente a uma disciplina AM, que está sendo coordenada
15 pelas duas coordenadoras de graduação, com número muito expressivo de matriculados, que
16 trata de vários temas relacionados à pandemia: “Utopias e Distopias em Tempos de Pandemia”.
17 Há sessões abertas a todos que queiram participar, todas às sextas-feiras às 14h, que tem
18 chamado muita atenção também, tem tido excelentes discussões. Um ciclo de seminários
19 chamado “Economia, Trabalho e Proteção Social em Tempos de Crise”, coordenado pelo
20 Centro de Estudos Sindicais de Economia do Trabalho, tem reunido figuras bastante
21 expressivas; convida todos que queiram participar, não só os que já assistiram aos eventos
22 passados. Amanhã terão a presença do professor Miguel Nicolelis. E um terceiro ciclo de
23 eventos que está acontecendo, uma iniciativa voltada mais para o público do ensino médio, é
24 chamado “Os Ares do Mundo”, que teve quase 900 inscritos no Brasil inteiro, e tem tido uma
25 presença de público e participação de estudantes, de professores e de coordenadores de ensino
26 médio de escolas públicas e privadas do Brasil inteiro, com professores da Casa. São oito
27 conversas programadas, estão mais ou menos na metade, sobre aspectos relacionados à
28 economia, sociedade e à pandemia. Soma-se à solidariedade a todas as famílias relacionadas à
29 Unicamp, de professores, funcionários, alunos, e acrescenta uma nota de pesar particularmente
30 importante para o Instituto de Economia. Faleceu na sexta-feira passada o professor Carlos
31 Lessa, que foi Reitor da UFRJ, teve outros cargos de destaque no Brasil, mas ele tem uma
32 participação muito importante também na história, particularmente no início, do Instituto de
33 Economia da Unicamp, não só do ponto de vista institucional, mas também intelectual. Era uma
34 das referências do IE, então deixa aqui a nota de pesar do Instituto. O MAGNÍFICO REITOR
35 informa que o professor Wagner Romão se afastou, agora a professora Silvia Gatti é presidenta
36 da ADunicamp. Agradece ao professor Wagner por toda sua colaboração, seu esforço pela luta
37 por uma universidade melhor. O item 02 do Expediente traz a proposta de moção que a
38 ADunicamp enviou para ser aprovada, e pergunta se a professora está com ela em mãos, senão
39 vai solicitar que a Secretária Geral faça a leitura. A Professora MARIA SILVIA VICCARI
40 GATTI diz que não está com a moção em mãos. A ADunicamp também expressa seu pesar

1 pelas perdas de vidas daqueles que estão no universo da Unicamp, mas também por todas as
2 vidas que estão sendo perdidas no Brasil e fora dele. A ADunicamp, assim como colocou o
3 conselheiro João Raimundo, vem sistematicamente sendo acionada por docentes da área da
4 Saúde com denúncias relativas ao não cumprimento das orientações relativas ao uso de EPIs.
5 Relatam, além da falta de insumos, que em determinados setores estariam tendo de reutilizar
6 máscara, ou coisas nesse sentido. Acredita que os representantes da área da Saúde poderiam
7 fazer uma fala que trouxesse tranquilidade à comunidade, ou mesmo informando quais são as
8 ações que têm sido efetivamente realizadas para que os trabalhadores se sintam seguros. Na
9 linha do que o conselheiro João Raimundo colocou, na *live* que acabou de acontecer agora pela
10 ADunicamp com o professor André Vieira, do Instituto de Biologia, que está à frente da força-
11 tarefa das questões relativas às testagens, ele falou da capacidade de testagem de todo pessoal
12 da área da Saúde, obviamente seguindo os protocolos que são determinados pela própria área.
13 Vê que as coisas têm acontecido com uma certa demora; possuem uma capacidade instalada e
14 acha que seria importante informar a comunidade interna sobre o que leva a essa demora, o que
15 faz com que essas coisas aconteçam. Obviamente é muito cautelosa com relação a denúncias, e
16 acha que assim todos devem ser, mas seria importante que informações relativas à segurança
17 interna fossem compartilhadas com a comunidade. O MAGNÍFICO REITOR solicita à doutora
18 Ângela, Secretária Geral, que faça a leitura da moção, para que depois procedam com a votação.
19 A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI lê: “A Ciência é o pilar fundamental pelo
20 qual devem se sustentar as ações de enfrentamento à Covid-19 e às crises sanitária e econômica
21 que a acompanham. As universidades, sobretudo as públicas, têm a missão de auxiliar os
22 poderes públicos na tarefa de salvar vidas e de minorar os efeitos perversos da pandemia. E
23 elas, como a Unicamp, não têm fugido desta missão. É preciso, no entanto, que os poderes da
24 República estejam também à altura dos desafios que se colocam neste momento. A coordenação
25 de ações entre União, estados e municípios, bem como a articulação entre o Poder Executivo,
26 Legislativo e Judiciário são cruciais para vencermos a pandemia. Lamentavelmente, diversas
27 lideranças políticas têm emitido sinais contraditórios nestes dias, contrariando aquilo que a
28 Ciência já estabelece como as melhores formas de enfrentamento à Covid-19. Ações e
29 declarações que minimizam os efeitos da doença, negam doentes e mortos, e que são contrárias
30 ao isolamento social têm confundido a população e, na prática, vêm sabotando os esforços
31 locais e nacionais de contenção da pandemia. Todos os poderes e esferas governamentais devem
32 se manter firmes no propósito de atuar na crise a partir de princípios e métodos científicos. Mais
33 do que nunca, esta crise evidenciou a importância estratégica das universidades públicas,
34 institutos de pesquisa e dos hospitais universitários para o bem-estar da sociedade e o futuro
35 soberano do país. Nesse sentido, é fundamental a manutenção e eventual ampliação dos
36 orçamentos para educação, ciência e tecnologia. O investimento em educação pública de
37 qualidade e em pesquisa científica deve ser contínuo e consistente. Não se criam grupos de
38 pesquisa e pesquisadores de qualidade de um dia para o outro. Este momento crítico que
39 estamos vivendo tem lembrado à sociedade o valor inestimável das universidades públicas. Sem
40 profissionais de qualidade, sem instituições públicas, sem ciência avançada, seria impossível

1 enfrentar a crise de hoje, e as que ainda estão por vir”. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO
2 MENDONÇA DE SOUZA diz que tem pleno acordo com a moção, mas pergunta se não seria
3 importante colocar alguma questão referente à transparência dos dados do que estão
4 vivenciando neste momento. O MAGNÍFICO REITOR responde que esse é um texto já
5 discutido, burilado. Podem preparar eventualmente uma outra moção para um outro momento;
6 não mexeria agora nessa. Submete à votação a moção apresentada pela ADunicamp, que é
7 aprovada com 47 votos favoráveis e 06 abstenções. O Conselheiro JOÃO ERNESTO DE
8 CARVALHO diz que por uma triste coincidência, no ano passado, nesse mesmo Consu, estava
9 fazendo relato do falecimento de uma aluna, e infelizmente agora, como o senhor Reitor já
10 noticiou, tiveram o falecimento do aluno Pedro Manuel Barreto de Abreu, que estava prestes a
11 se formar. Ele estava fazendo estágio em São Paulo, e foi encontrado já sem vida pelo colega
12 com quem dividia apartamento. É uma morte que causou muita comoção em toda comunidade
13 da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, foi um aluno muito aplicado, mas que também se
14 envolveu em inúmeras atividades da Faculdade, das entidades estudantis, enfim, ele era um ser
15 humano muito especial, e deixa aqui a homenagem da Faculdade ao Pedro de Abreu. Outro
16 assunto foi trazido a ele por um professor da Faculdade, é relativo a uma página que existe no
17 Facebook chamada “Direita Unicamp”. Ela utiliza o nome e o símbolo da Unicamp, que é ilegal
18 de ser utilizado. Causa revolta ver o nome e o símbolo da Unicamp associados à figura abjeta
19 que está na capa dessa página. Solicita ao senhor Reitor que consulte a Procuradoria Geral para
20 os procedimentos legais para retirar o nome e o símbolo da Unicamp dessa página do Facebook.
21 O MAGNÍFICO REITOR diz que isso já está sendo feito, inclusive já existe uma nota da
22 Administração no portal sobre esse assunto. O Conselheiro JOÃO ERNESTO DE
23 CARVALHO diz ainda que para ele foi muito triste que o Consu tenha negado a inclusão do
24 coordenador da Cocen como parte dos membros do Conselho. Entrou na Unicamp vindo da
25 Unesp, onde era professor, em 1990, atraído pela proposta de um centro de pesquisas recém-
26 implantado. Logo no início de suas atividades, notou que entre os docentes da Unicamp existia
27 uma resistência muito grande aos centros e núcleos interdisciplinares, talvez pela forma como
28 alguns foram criados. Durante esses 30 anos, a percepção de parte do corpo de docentes da
29 Universidade não mudou. Como em 1990, esse centros e núcleos, assim como seus
30 pesquisadores, são tratados com muito preconceito, injustiça e desconhecimento daquilo que
31 fazem. A análise que aconteceu aqui no Conselho Universitário, como há 30 anos acontece,
32 continua sendo superficial e sem qualquer fundamentação. Não é possível aceitar o argumento
33 de que não se sabe o que se faz nesses centros de pesquisa e núcleos. Não estão mais em 1990,
34 quando todas as informações estavam em papel, não existia internet. São 21 centros e núcleos
35 criados a partir da década de 1970, portanto há alguns com mais de 30, outros com mais de 40
36 anos, em uma universidade de só 50 anos. Solicita ao senhor Reitor que forme um novo GT
37 para aprofundar essa discussão, pois acha que está na hora de o Conselho Universitário, que é
38 responsável por esses centros e núcleos, fazer uma discussão séria sobre a existência deles ou
39 não. Não dá mais para ficar nesse limbo. São 88 pesquisadores que não têm representação
40 nenhuma no Conselho Universitário, é o único grupo da Universidade que não tem

1 representação, nem pelos funcionários, nem pelos docentes. O Conselheiro PAULO ADRIANO
2 RONQUI expressa também sua solidariedade a todos da comunidade da Unicamp que perderam
3 familiares citados na sessão do Consu de hoje. Agradece ao professor Gontijo pela extensão do
4 prazo para realização do plano preliminar de retorno às atividades presenciais, fundamental
5 para que cada unidade possa pensar seus planejamentos, em especial o IA, que possui uma
6 grande quantidade de disciplinas práticas coletivas, essencialmente presenciais, e esse tempo a
7 mais foi extremamente importante. Parabeniza a Reitoria pelo lançamento do edital de
8 propostas artísticas para publicação, “Arte para Desconfinar”, que estimula a produção de
9 ilustrações, gravuras, fotografias, colagens e desenhos artísticos autorais, tanto da comunidade
10 interna quanto externa da Unicamp. Nesse caminho, o IA, através da Coordenadoria de
11 Extensão e Pesquisa, lançou na semana retrasada a plataforma on-line intitulada #IAEMCASA
12 para compartilhamento de produções artísticas e culturais da comunidade. Essa ação visa
13 disponibilizar, sobretudo através das mídias sociais, o acesso a registros audiovisuais de
14 apresentações, concertos, exposições, palestras realizadas antes e durante a pandemia. Convida
15 toda a comunidade a visitar o site do IA e conferir o conteúdo artístico cultural que ali está. O
16 Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES saúda as decisões tomadas nesta
17 Sessão, em particular a questão das cotas, que completa, na sua avaliação, a decisão mais
18 importante que a Unicamp tomou nos últimos anos, que foi uma política de inclusão. Saúda o
19 trabalho da Cader, sob a coordenação da professora Débora Jeffrey. Teve a possibilidade de
20 participar um pouco, assim como os professores Fernando Coelho, Adriana Ferreira e outros
21 membros do Consu, e foi uma experiência muito importante, consolidando essa política da
22 Unicamp, da sua Administração e da Administração anterior. Isso é importante de valorizar, e
23 se completou com a política de inclusão a nível dos colégios técnicos. Também valoriza a
24 decisão de representação dos colégios técnicos no Consu, algo que há muito tempo a Unicamp
25 discute, dessa vez ela tomou uma decisão favorável, que foi uma coisa bastante importante, e
26 reforça a mensagem do professor João Ernesto em relação à necessidade de rever essa decisão
27 contrária à participação da Cocen. Também é uma questão que há muito tempo a Universidade
28 discute e, até o momento, ela não resolveu positivamente, mas seria importante para ter uma
29 representação mais completa no Conselho Universitário. Por último, só um pequeno
30 esclarecimento: no Consu em que discutiram a questão orçamentária, fez uma apresentação de
31 um valor em relação à redução do ITN, que estava associado a um percentual de 0,2% de
32 redução de gastos com a eliminação do ITN para os funcionários que trabalham no noturno, e
33 houve algum questionamento a respeito. Reafirma que seria uma economia de R\$350 mil
34 mensais, dentre R\$170 milhões, e acha que essa é a forma correta de avaliar o impacto disso.
35 Não tem muito sentido comparar a folha salarial dos funcionários do noturno com a folha
36 salarial total da Unicamp, então a economia, de fato, é 0,2%. O Conselheiro JOÃO LUIS
37 SARAIVA MORAES ABREU diz que se soma aos votos de pesar pelos falecimentos, em
38 virtude do coronavírus ou não. Solicita alguns esclarecimentos da Reitoria. O primeiro é em
39 relação a um grupo de trabalho que foi aprovado quando aprovaram a política de inovação
40 tecnológica; havia dois GTs na proposta, que estavam como ações estruturantes, que passa a

1 ler: “Constituir grupo de trabalho para estudo e análise do espaço econômico produtivo, local e
2 nacional, visando a revelar oportunidades para a criação de empreendimentos solidários e
3 identificar suas demandas por desenvolvimento técnico-científico e adequação sociotécnica,
4 para serem atendidas pela comunidade da Universidade”, o item 5º: “Constituir grupos de
5 trabalho para estudo e análise das ações já existentes na Universidade, na interface com os
6 poderes públicos, no sentido de construir um espaço institucional de articulação e valorização
7 e fortalecimento dessas iniciativas, bem como o desenvolvimento de mecanismos de incentivo
8 à sua realização por docentes, pesquisadores e técnico-administrativos”. Pergunta se esses GTs
9 foram implantados, e diz que tem muito interesse na participação no debate que eles auferem
10 para a Universidade. Um segundo esclarecimento é sobre o GT do *lato sensu*; houve diversos
11 pedidos de participação discente nesse GT e não houve resposta da Reitoria. Outro ponto é que,
12 com a reabertura do comércio, com a curva de contaminação em alta, parece que não vão
13 conseguir fazer um segundo semestre presencial. Desse modo, ao contrário do primeiro
14 semestre, quando não tiveram algumas diretrizes gerais e regulações propostas pela
15 representação discente, assim como por outros professores, que entendem essenciais, para não
16 ocorrer uma série de incidentes que ocorreram, gostariam que esse debate fosse aberto, podendo
17 inclusive ser por meio de um Conselho extraordinário, acha que seria adequado, para que não
18 incidam nos mesmos problemas, erros, inconveniências que fazem com que a carga didática de
19 muitos estudantes esteja sendo prejudicada. Por fim, reforça o item 01 do Expediente, uma
20 moção em defesa do financiamento da Universidade, realizada pela congregação da Faculdade
21 de Educação, onde é feita uma solicitação para um grupo de trabalho de financiamento
22 universitário. A seu ver, esse GT é essencial no momento atual, principalmente com as notícias
23 de que a reforma tributária vai começar a ser apresentada a partir de agosto, e nela está contido
24 o imposto de valor agregado que vai extinguir o ICMS. É necessário que os conselheiros, com
25 a Universidade, a Administração Central, se posicionem junto a deputados federais, assim como
26 às bases políticas estaduais, para garantir que nesse imposto de valor agregado o orçamento
27 universitário seja ressignificado e garantido. Daqui a dois anos estará esgotado os recursos da
28 reserva da Universidade, portanto é o momento de buscar alternativas para o financiamento das
29 universidades públicas, inclusive as estaduais. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO
30 reitera os votos de pesar a todos os familiares de docentes, discentes e funcionários da
31 comunidade, também externamente às famílias que estão perdendo seus entes queridos para
32 essa pandemia, e também por outras questões que andam em conjunto com a pandemia,
33 pensando no Estado repressor. Solicita apoio em relação aos comunicados que vêm recebendo
34 via página da APG Central, de estudantes que não tiveram acesso ou que não souberam, talvez
35 alguma falha de comunicação esteja ocorrendo, sobre a questão da integralização nova. Os
36 estudantes da pós-graduação tiveram, em função da pandemia, um prazo maior para poder
37 finalizar sua dissertação, sua tese. Solicita um esforço para poder reorientar ou passar
38 informação para os estudantes, para que possam ter tranquilidade na finalização da sua
39 formação de mestrado ou doutorado. Também sobre a questão das bolsas, receberam vários
40 contatos de estudantes que não tiveram as informações sobre as orientações da Capes e da

1 CNPq. Mesmo que esteja na página da PRPG, possuem uma dificuldade de contato com esses
2 estudantes, já que foi tirado o seu acesso. Já haviam solicitado reconsideração para que
3 mantivessem o acesso aos estudantes através dos e-mails da DAC para poder orientar, sabendo
4 que este ano, pela excepcionalidade, haveria esses problemas de comunicação. Então apelam
5 ao apoio das unidades e da PRPG para poder orientar esses estudantes. E, por fim, parabeniza
6 e reforça o apoio à comissão de averiguação, ressaltando a importância de todas as unidades e
7 a PRPG abrirem diálogo com o GT de cotas na pós-graduação, para estabelecer ações em
8 conjunto que sensibilizem as unidades para o avanço na inclusão da luta antirracista, na
9 implementação de cotas nos programas que ainda não possuem. A Conselheira HELOISE DE
10 OLIVEIRA PASTORE lamenta pela perda dos colegas e alunos. Faz isso na figura do professor
11 Kascheres, que, com sua esposa, professora Connie, foram muito fundamentais no
12 estabelecimento do Instituto de Química. O professor Kascheres foi orientador do professor
13 Pilli, então ele entrou muito cedo no Instituto e ficou até 1996, quando se aposentou.
14 Infelizmente veio a falecer há cinco dias. Vai se manifestar sobre três pontos, o primeiro deles
15 se refere a uma manifestação de um conselheiro da área da Saúde, na primeira parte desta
16 reunião, e se trata de uma carta emitida pela ADunicamp e publicada no site da ADunicamp e
17 Carta Campinas, sobre a redução da jornada de trabalho dos funcionários da área da saúde da
18 Unicamp. Lerá a resposta da Funcamp a esses comentários: “A Funcamp, instituição de direito
19 privado, sem fins lucrativos, ou de fins não econômicos, tem por objetivo proporcionar à
20 Unicamp, dentro de suas possibilidades, meios necessários à adequada mobilização dos seus
21 recursos humanos e materiais para atendimento a objetivos econômicos, sociais, pedagógicos,
22 assistenciais, previdenciários, esportivos e culturais da comunidade; colaborar na realização da
23 pesquisa científica, desenvolvimento e inovação, bem como colaborar com a realização do
24 ensino e no desenvolvimento institucional da Universidade Estadual de Campinas. No
25 enfrentamento do estado da pandemia provocado pela Covid-19, foram aprovadas pelo
26 Congresso Nacional medidas provisórias, propostas pelo Executivo, que, entre outras
27 providências, permitem a redução proporcional de jornada de trabalho e salário, e a suspensão
28 temporária do contrato de trabalho. Na condição de fundação de apoio à Unicamp, a Funcamp
29 figura como interveniente nos convênios da Unicamp, respondendo pela sua administração e
30 execução das ordenações, de acordo com os termos previstos em cada convênio, ficando a cargo
31 dos executores a responsabilidade pela ordenação das despesas, bem como pelas decisões
32 quanto às contratações ou rescisões contratuais de recursos humanos. As reduções de jornada
33 adotadas no Hemocentro e na Faculdade de Ciências Médicas foram decididas e demandadas
34 pelos respectivos executores dos convênios, que justificaram suas decisões em função das
35 restrições orçamentárias, cabendo à Funcamp, no seu papel de administradora do convênio,
36 apenas operacionalizar tais medidas. Cabe também esclarecer que no Hospital de Clínicas não
37 ocorreram reduções, como constou na nota emitida pela ADunicamp. Finalizando, a diretoria
38 da Funcamp solicita encarecidamente que essas informações sejam retificadas para que a
39 opinião pública seja adequadamente esclarecida”, e assina a carta o professor Paulo Ferreira de
40 Araújo, diretor executivo da Funcamp. O Conselheiro FERNANDO CENDES diz que fará um

1 reparo no que acabou de comentar a professora Heloíse, pois houve sim redução de várias
2 pessoas Funcamp que estão lotadas no HC. Essa redução se aplicou inclusive a pessoas que
3 estão lotadas no seu departamento. A Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS
4 observa que o professor Alexandre Falcão, do IC, também faz parte da lista dos pesquisadores
5 mais citados no mundo em Computação. Observa que em reuniões on-line com colegas de
6 outras universidades, a Unicamp tem sido muito elogiada por todas ações que vem fazendo
7 neste período tão difícil, inclusive toda parte de legislação. Em seguida, observa que o professor
8 Romão se inscreveu no Expediente, e entendia que, para ser inscrito, precisa ser membro do
9 Consu. O MAGNÍFICO REITOR responde que se inscreveu e passou a palavra para ele. A
10 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que outra questão tem a ver com
11 a declaração de bens que está sendo solicitada até o fim de agosto. Pergunta como está a possível
12 negociação da Unicamp com a Receita Federal, porque a invasão de hackers nos sites da
13 Unicamp mostrou que todos, no mundo inteiro, estão sujeito a esse tipo de invasão, e
14 disponibilizar os dados dessa forma é um perigo, como já vem alertando desde o ano passado.
15 Entendeu que a Reitoria iria ver com a Receita Federal se poderiam agir como fazem nas
16 federais. Todo esse escândalo atual em relação a dados mostra a importância da
17 disponibilização de dados para que todos possam trabalhar de forma transparente. Nesse
18 sentido, relembra que desde o ano passado a Unicamp disponibilizou um repositório de dados
19 para que todos disponibilizem dados de pesquisa para compartilhamento. Por causa da Covid,
20 todos pararam de fazer isso, mas é uma oportunidade única para voltar a fazer. A Conselheira
21 ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA envia suas condolências a todos os familiares de
22 membros da comunidade e de fora dela que sofreram com a perda de seus entes queridos em
23 relação à Covid. Em seguida, informa que está participando de um grupo de trabalho junto à
24 ADunicamp para fazer um questionário sobre as condições de trabalho de ensino remoto na
25 Unicamp. Esse grupo está sendo coordenado pela professora Áurea Guimarães, da Faculdade
26 de Educação, e pela professora Edwiges Morato, do Instituto de Estudos da Linguagem.
27 Também são membros o professor Gildo Giroto, do Instituto de Química; professor Antonio
28 Meirelles, da Faculdade de Engenharia de Alimentos; professor Carlos Eduardo, da Faculdade
29 de Educação; professora Eloísa Lins, da Faculdade de Educação; e professor Paulo Oliveira, do
30 Centro de Estudos de Línguas. Já fecharam a consulta, tiveram 400 respostas ao formulário on-
31 line, que consideraram um bom número, e vão disponibilizar um relatório sobre esses dados que
32 conseguiram compilar, no final de junho. Agradece em nome do GT a participação da
33 comunidade. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO externa, em nome
34 do Instituto de Geociências, os nossos sentimentos às famílias que tiveram perdas recentemente.
35 Desde o início de abril, o Instituto de Geociências, por meio do Departamento de Política
36 Científica Tecnológica, deu início a uma agenda positiva de ações dentro dessa pandemia, e
37 essa agenda resultou na produção de vários boletins Covid que agora estão na página da
38 Unicamp, todos podem ver. Olhando aspectos relacionados a política científica e tecnológica,
39 inovação relacionada à Covid, aspectos relacionados ao impacto na indústria, na agricultura.
40 São nove boletins, análises bibliométricas, patentométricas, papel das universidades públicas

1 brasileiras, são produtos que fazem uma síntese, por exemplo, como as universidades públicas
2 brasileiras estão agindo em relação à Covid, as iniciativas de desenvolvimento de vacinas; o
3 impacto da pesquisa científica dentro das universidades junto aos meios de comunicação da
4 mídia em geral; o impacto no desenvolvimento da indústria brasileira, na agricultura, no
5 empreendedorismo; como a pós-graduação vem lidando com o problema da Covid em
6 diferentes formas, a reação à situação que estão vivendo; a bibliometria, a altimetria relacionada
7 ao Covid hoje no Brasil. Há mais dois boletins sendo preparados, convida todos a olharem, e
8 ressalta que, além de professores, pesquisadores, os boletins têm sido feitos principalmente por
9 estudantes de graduação, pós-graduação principalmente, dentro do Instituto, e também com
10 colaboração de outras unidades da Unicamp, o Nepp, que é o Núcleo de Políticas Públicas,
11 Nudecri, Labjor, além de outras unidades. Então convida todos para participar, e se quiserem
12 encaminhar ideias para o Instituto de Geociências, serão muito bem-vindas. A Conselheira
13 MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES diz que é solidária às pessoas que perderam
14 seus entes queridos, aos quais envia seus pêsames. Em seguida, pede desculpas por ter se
15 colocado muito mal hoje, de forma muito emocional e muito mal colocada. Pede desculpas pela
16 referência à escravatura, e assim por diante. Mas, realmente, a situação é bem difícil em termos
17 de condição de trabalho, e reitera que o custo do curso a que se referiu se dá pelo fato de
18 convidarem pessoas especialistas da área de estomaterapia, porque são pouquíssimos
19 professores que têm essa formação, e existem áreas específicas na estomaterapia. E a
20 importância de ter realmente um colaborador pela parte da secretaria, porque é um curso
21 bastante trabalhoso em termos de organização, de coordenação. Solicita ajuda para a área da
22 Saúde. Imagina que o professor Zeferino deve estar passando pelo mesmo estresse de ver
23 docentes indo para os hospitais de ensino, alguns voluntariamente, outros porque já atuaram lá,
24 e com riscos de contaminação, alguns já apresentando sintomas, e a situação é desesperadora.
25 Estão até confeccionando os aventais, porque o custo deles no mercado aumentou muito, uma
26 máscara que custava R\$0,10 centavos, agora é R\$4,60. As doações são importantes, a
27 informação correta do que está acontecendo para a comunidade é importante, a sensibilização
28 dos que decidem, dos que têm de tomar decisão é importante. Então, acha que a ajuda é de
29 todos, alunos, colaboradores, professores, que trabalhassem em prol também dessa situação
30 muito crítica pela qual estão passando os hospitais universitários. O Conselheiro LUCAS
31 MARQUES DE ALMEIDA manifesta também seu pesar às famílias que perderam entes
32 queridos, mencionadas pelo senhor Reitor, e a todas as famílias que estão perdendo seus
33 familiares nesta pandemia, com grave aumento no número de mortes nas últimas semanas. Em
34 seguida, manifesta sua solidariedade e seu apoio integral à professora Lucilene Reginaldo, que
35 sofreu ataques de grupos bolsonaristas que interromperam sua fala durante uma live organizada
36 pela UFBA e pela UEFS, sobre história da África. Em seguida, diz que o professor André Pasti
37 colocou um tema importante em sua fala, que é o tema das cotas para pessoas trans na Unicamp.
38 Acha que é um tema que precisam debater com bastante seriedade, pensando nas condições
39 gerais da sociedade para pessoas trans, e também as preocupações que ele colocou sobre a
40 matéria divulgada no G1 sobre a possibilidade, os estudos que estão em curso sobre a

1 possibilidade de a Unicamp atuar enquanto sócia minoritária dessas empresas, fortalecendo a
2 lógica das *startups*. Reforça a preocupação colocada por colegas estudantes da bancada discente
3 sobre o tema da moradia. Então, além dos temas das marmitas, tem também a questão
4 relacionada às condições para que haja isolamento social dos infectados da moradia, como
5 garantir isso, uma preocupação que a Reitoria devia ter. Também reforça o questionamento
6 colocado pela conselheira Patrícia sobre essa denúncia que tem circulado nas redes sociais a
7 respeito da demissão de trabalhadores da nutrição da Funcamp. Acha que a proposta do
8 professor Geromel é interessante, a respeito dos dados da pandemia, então além de todas as
9 bizarrices que o governo federal já tem feito em relação ao combate ao coronavírus, além de
10 outras várias, seja meio ambiente, educação etc., há essa questão dos dados da pandemia. A
11 proposta do professor Geromel de apresentar os dados consolidados no site da Unicamp é muito
12 importante, e seria fundamental também a Unicamp se posicionar diante das graves e contínuas
13 ameaças à democracia colocadas por esse governo, vide as declarações bizarras do próprio
14 Procurador Geral da República falando da possibilidade de uma intervenção militar em caso de
15 interferência de um poder sobre o outro. Então, gostaria de ver a Unicamp se posicionando em
16 defesa da democracia. Inclusive, nos últimos dias houve uma série de manifestações pelo Brasil,
17 um triste cenário de que em meio a uma pandemia, milhares de pessoas morrendo no país, se
18 veem obrigados a se manifestar em nome da democracia. O MAGNÍFICO REITOR diz que
19 acabaram de aprovar uma moção, e hoje está acontecendo a Marcha Pela Vida, organizada pela
20 SBPC, onde a Unicamp é uma das principais parceiras também. O Conselheiro MATHEUS
21 ALVES ALBINO registra o seu pesar e solidariedade a todos os membros que perderam seus
22 familiares e amigos nos últimos dias; também deixa seus cumprimentos à Conselheira Patrícia,
23 pelo seu aniversário. Ficou claro hoje que a questão do *lato sensu* pago visa complementação
24 financeira. Portanto, reafirma que a representação discente de pós-graduação esteja na
25 composição do GT para aperfeiçoar e equilibrar essa distorção criada. Professora Nancy disse
26 na última reunião que a ciência não está em ataque. O senhor Carlos Wizard ganhou divulgação
27 da Unicamp depois de ter doado dinheiro para compra de laptops. Dois meses depois, o
28 secretário de Saúde questionou a validade dos números da Covid no Brasil, feriu o princípio da
29 transparência na gestão pública e defendeu medidas não recomendadas pela OMS. Pergunta se
30 isso não é um ataque. Sem querer, acabam dando publicidade a quem se empenha em destruir
31 a ciência brasileira. O secretário de Cultura de Campinas, professor Claudiney Carrasco, votou
32 “sim com distinção e louvor” para a cobrança do *lato sensu*. O mais curioso é que em 11
33 reuniões da Cepe em 2019, o professor Claudiney teve 11 faltas injustificadas. Pergunta qual o
34 interesse da Prefeitura Municipal de Campinas nesse tema. O representante da Fapesp no Consu
35 compareceu em duas reuniões e faltou, sem justificar, em cinco. Espera que essa situação mude
36 com a presença do professor Ignácio Poveda Velasco, porque precisam de elementos trazidos
37 por essas agências de fomento para dar suporte às decisões da Universidade. A relação da
38 Unicamp com essas agências precisa ser estreitada. Não é agora, mas haverá o momento em
39 que vão precisar rediscutir o papel da representação da comunidade externa neste Conselho.
40 Quanto ao representante da Prefeitura, certamente o eleitor campineiro terá a honra de mudar

1 isso em breve. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra para a doutora Ana Carolina, da
2 Cocen. A Doutora ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL expressa também o seu
3 pesar por tantas perdas, e também o seu repúdio ao ataque sofrido pela professora Lucilene
4 Reginaldo. Sobre a votação da proposta para inclusão do assento do coordenador da Cocen na
5 composição do Consu, inicialmente agradece os 58% de votos favoráveis. Agradece também
6 as falas de apoio que receberam do Reitor, da Vice-Reitora, de alguns conselheiros e
7 conselheiras. Tem recebido várias manifestações de apoio, tanto de conselheiros como de
8 dirigentes e colegas da Universidade, inclusive alguns expressaram hoje esse apoio em suas
9 falas, como os conselheiros André Pasti, João Ernesto e Antonio Meirelles. Isso é muito
10 reconfortante e lhe faz ter energia para seguir adiante com esse pleito. Parabeniza os colegas do
11 Cotil e do Cotuca, que levaram cinco décadas para ter esse direito de representação devidamente
12 reconhecido pelo Consu. Lamenta que não tenham conseguido aprovar o assento para o
13 coordenador da Cocen, uma lacuna histórica neste Conselho. Um elemento bastante relevante
14 de destacar, que não vai detalhar aqui por conta do tempo, é que o coordenador da Cocen preside
15 a CAI/Consu, que é um órgão auxiliar deste Conselho Universitário. Isso em si já justificaria
16 essa representação, pois outros órgãos e comissões permanentes vinculados ao Consu têm
17 garantia de assento neste Conselho. Destaca que foi uma minoria que votou contra essa
18 proposta, e as manifestações que foram apresentadas, lamentavelmente, foram baseadas em
19 informações equivocadas, tanto em relação aos centros e núcleos, quanto em relação à Carreira
20 Pq. Na apresentação que fez, pautou-se em dados concretos e em argumentos acadêmicos, e
21 com isso esperava poder sanar eventuais desinformações. Registra também que desde 1988, a
22 produção acadêmica, tecnológica e artística dos centros e núcleos é avaliada regularmente pela
23 Administração Central da Universidade. Existem atualmente dez processos avaliatórios, além
24 do que está ocorrendo no âmbito de toda Universidade, com conclusão prevista para julho.
25 Destaca também que possuem um site oficial onde há vários documentos disponíveis para
26 consulta; matérias têm sido pautadas com bastante regularidade no portal da Unicamp, inclusive
27 uma disponibilizada hoje, mencionando uma mobilização que fizeram no sistema e que resultou
28 em uma doação para o HC. Possuem também o projeto de comunicação “Minuto Cocen”, que
29 foi oficialmente lançado no Consu em agosto de 2019, foi aplaudido, inclusive, pelos
30 conselheiros. Lançaram esse projeto de comunicação em um evento público na ADunicamp, e
31 esses vídeos sobre o funcionamento dos centros e núcleos estão disponíveis na íntegra no site
32 da Cocen e também na página inicial do portal da Universidade. De todo modo, permanecem à
33 disposição para providenciar quaisquer informações adicionais para uma análise futura por
34 parte dos conselheiros e conselheiras. Não vão desistir desse pleito, que consideram legítimo.
35 Os centros e núcleos trazem uma grande contribuição à produção científica e são o contato da
36 Unicamp com a comunidade. Esperam, quando tiverem essa possibilidade de representação,
37 trazer à voz pautas específicas que surgem nesse contexto e, assim, potencializar ainda mais
38 essa contribuição a esse ecossistema complexo que é a Universidade. No momento oportuno,
39 esse assunto entrará em pauta novamente, estão seguros de que o Consu terá oportunidade de
40 revisitar as suas posições. O MAGNÍFICO REITOR pede que a professora Teresa dê

1 continuidade à reunião, pois terá de se ausentar agora, para retornar às 14h para a próxima
2 reunião. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que, em relação ao comunicado Cruesp
3 do dia 07.05, o Fórum das Seis e o Cruesp participaram de uma reunião para a construção de
4 um comunicado conjunto em relação à data-base de 2020. Não houve acordo naquela reunião,
5 e para surpresa deles, posteriormente o Cruesp soltou um comunicado individualmente,
6 suspendendo a data-base e citando a Lei 173 de congelamento de dois anos do salário. Acha
7 que não foi um momento correto para fazer esse tipo de comunicado, porque vinha sido
8 discutido conjuntamente; as entidades pleitearam a suspensão da data-base até que houvesse a
9 possibilidade de realização de assembleias presenciais. Entretanto, o atual presidente do
10 Cruesp, que é o reitor da Unesp, soltou esse comunicado citando esse congelamento que acha
11 que não se aplica, porque se ela de fato valesse para a universidade, teria repasse de recurso
12 compensando a perda de receita pelo ICMS, o que não ocorre, porque hoje o estado está
13 recebendo a parcela que o governo federal está repassando com base nessa lei. Entendem que
14 isso é completamente equivocado e desproporcional. Além disso, essa lei suspende a contagem
15 de tempo da licença-prêmio e quinquênios dos servidores, docentes e funcionários das
16 universidades, o que também acreditam que não se aplica, é inconstitucional inclusive. Pensa
17 que os reitores devem lutar pelo recurso, pela manutenção do orçamento das universidades da
18 mesma forma que estava no orçamento 2020, e não aplicar essas questões que estão colocadas
19 na Lei 173 de 2020, que é o congelamento de salário. Devem defender a autonomia da
20 universidade. Outro ponto é em relação a corte de insalubridade e periculosidade, que foi feito
21 pela Resolução GR-062/2020 para aqueles que estão em teletrabalho. A pessoa está em
22 teletrabalho em função da pandemia, neste momento acha que o correto é não reduzir a
23 remuneração das pessoas, até porque elas necessitam para a sua subsistência. Solicita que a
24 Reitoria revogue essa resolução. O pagamento de maio, feito no começo de junho, de pessoas
25 que estão em escala e que tiveram cortes da periculosidade, o sindicato está mandando para o
26 DGRH para que corrija. Não devem neste momento de pandemia cortar remuneração de
27 qualquer docente ou servidor técnico-administrativo, porque é a subsistência que está em jogo.
28 O Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA BERTACCHI solicita a palavra para a conselheira
29 Helen, que é suplente da representação discente. Ela tem uma carta para ler sobre a situação da
30 moradia. A Conselheira HELEN BOVO TORMINA ZANAO registra o seu pesar a todas as
31 famílias aqui mencionadas que perderam seus entes queridos, e parabeniza a conselheira
32 Patrícia pelo seu aniversário. Fala a pedido das e dos estudantes da moradia, especialmente as
33 mães e pais que compõem o corpo discente da Universidade, grupo do qual orgulhosamente faz
34 parte. Solicita que escutem essas vozes que pedem para ser ouvidas, com certo desespero. Lê:
35 “A Constituição Federal prevê no artigo 6º que a saúde constitui direito de todos e dever do
36 estado, garantido no capítulo II, artigo 196, o acesso universal e igualitário às ações e serviços
37 para sua promoção, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de
38 doença e outros agravos, e acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção,
39 proteção e recuperação. O direito à saúde não é apenas o acesso aos medicamentos, antes, é um
40 instituto mais amplo e precisa ser relacionado à assistência social, a uma boa alimentação, e à

1 moradia digna. Citando o jurista Francisco Torres Zambieri, a concepção do direito à saúde
2 como condições de vida e bem-estar social constitui o chamado direito social, que ultrapassa a
3 visão da oferta de serviços de saúde, como pelo Cecom, e que está intimamente associada à
4 dignidade humana. Sendo assim, gostaria de pedir atenção deste conselho para a situação em
5 que se encontram os alunos da moradia estudantil da Unicamp, situação a qual fere o princípio
6 da dignidade humana, nos quais os direitos supracitados fazem parte. A partir da pressão e
7 mobilização feita através de assembleias de moradores na última sexta-feira, foram feitas
8 testagens para Covid-19 entre moradores, hóspedes e alguns funcionários presentes. Essa
9 testagem fora acompanhada pelas professoras Eliete e Silvia, além do grupo de voluntários da
10 moradia. Contudo, a testagem não foi realizada nas crianças, com a justificativa do teste não
11 ser aplicável a elas, e também pelo Cecom não ser instrumentalizado ao cuidado pediátrico.
12 Essa ação seria supostamente corrigida através de um pré-acordo entre esta equipe
13 multidisciplinar Cecom e SAE, com o centro de saúde de Barão Geraldo (postinho), cabendo
14 às mães levar as crianças ao local para realizarem os testes. Ao chegar, foi constatado por estas
15 que este acordo nunca ocorrera, de acordo com o agente de saúde presente no momento e, assim
16 sendo, foi realizado apenas um teste em uma criança sintomática. Ainda estamos contando com
17 a promessa de que as crianças serão testadas esta semana, mas não sem muita ansiedade entre
18 todos os moradores por conta de promessas não cumpridas e por terem passado por uma
19 exposição perigosa e desnecessária. Alunos positivos para Covid-19 que não tiveram ainda o
20 contrateste feito ainda não foram isolados de sua casa, mesmo com os estúdios agora
21 disponíveis, o que vai diretamente contra a proteção dos demais estudantes. Os alunos doentes,
22 positivos para Covid ou não, também seguem com dificuldade de obter sua alimentação, pois
23 os responsáveis continuam negando a possibilidade da entrega das marmitas na moradia,
24 ferindo assim, além da dignidade desses alunos, a possibilidade de recuperação adequada
25 destes. Por mais que a Unicamp não queira a responsabilidade sanitária sobre a entrega das
26 marmitas, ela já possui a responsabilidade no funcionamento normal do RU. Além de que,
27 excepcionalmente, principalmente por ocasião da pandemia, a responsabilidade sobre os alunos
28 tutelados por ela é maior juridicamente do que a opção que a Instituição acha que tem de não
29 se responsabilizar. A entrega das marmitas na moradia, para moradores em geral, foi negada
30 pela coordenação da moradia e do SAE, a Prefeitura do *Campus* e a Divisão de Alimentação,
31 com justificativa sem base jurídica efetiva. Gostaria de lembrar aos conselheiros que o Código
32 Civil de 2002 pontua o dever de vigilância, assistência e incolumidade prevista no artigo 932,
33 inciso IV, o qual institui que a hospedagem para fins de educação em instituição que mantém a
34 hospedagem, quem mantém a hospedagem responde pelo educando e por todas as pessoas,
35 dependentes e cônjuges que estiverem no local. A base fundamental da responsabilidade
36 também é verificada no artigo 186 do Código Civil de 2002: ‘aquele que por ação ou omissão
37 voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que
38 exclusivamente moral, comete ato ilícito’. Por fim, gostaria de salientar que antes mesmo de
39 observarmos a nossa Constituição e nosso Código Civil, nos solidarizemos com o sofrimento
40 de pessoas que neste momento se encontram com medo, sem acesso digno à alimentação e, por

1 consequente, sem acesso adequado à saúde vista em sua forma global”. Agradece pelo espaço
2 de fala e expressa seu desejo de saúde a todos e todas presentes nessa sessão, assim como para
3 todos os residentes, hóspedes e funcionários da moradia. O Conselheiro ERICH VINICIUS DE
4 PAULA diz que começa se solidarizando com todos que tiveram perdas de entes próximos e
5 queridos. Registra os parabéns ao Conselho pela decisão de modificação no que diz respeito à
6 pós-graduação *lato sensu*, que não deveria ser nada demais, histórico, mas acaba sendo
7 paradigmático porque encontra bastante resistência. Considera que isso atualiza o regimento, a
8 legislação, em acordo com a maioria das universidades do Brasil. Repudia, em seu nome, e
9 acredita que da maioria dos conselheiros, a afirmação, no seu entendimento, leviana, que com
10 assombrosa liberalidade se apropria da verdade sobre as motivações que os levam a votar a esse
11 favor. Dizer que se trata apenas de um ganho pecuniário é simplificar a questão de uma forma
12 que o assusta. Outra questão é que o edital que foi colocado pelo Faepex para Covid vai na linha
13 de colocar a Unicamp no mesmo tom das grandes instituições universitárias do mundo, que
14 abriram linhas emergenciais, e isso tem sido muito importante para dar aos pesquisadores daqui
15 condição de, em uma situação difícil, conseguir produzir informação que vai ser útil para lidar
16 com a pandemia. E, por fim, parabeniza os organizadores de um evento, que vai destacar aqui,
17 que acha que também vai na linha de atualizar a Universidade, de enfrentar os problemas
18 contemporâneos de uma forma real, pragmática e acadêmica. Recebeu um convite da diretoria
19 da FCM para um evento organizado pela Diretoria Executiva da Área da Saúde, FCM, HC, e
20 pelo grupo do Hids da área da Saúde, um evento que vai acontecer na semana que vem,
21 intitulado: “Financiamento nas Instituições Públicas de Saúde: Construção de Alternativas e
22 Soluções da Unicamp”, com a participação de vários membros da Reitoria, representantes de
23 outras instituições públicas da área da saúde universitária, USP de Ribeirão Preto, Unesp Rio
24 Preto, Porto Alegre, também de autoridades da Assembleia Legislativa, e a ideia é que consigam
25 discutir os desafios e possibilidades para conseguir manter a área da Saúde, algo de grande
26 interesse da Universidade. São iniciativas que, apesar de tudo, o deixam com esperança de que
27 estão conseguindo avançar. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que sua inscrição
28 é só para cobrar uma questão que não ficou resolvida, sobre a redução de salário e de jornada
29 de trabalho dos trabalhadores Funcamp. Ficaram de dar um retorno, então está se inscrevendo
30 para cobrar esse retorno. Complementa a manifestação do conselheiro Matheus, que foi bem
31 contundente, e chama a atenção para o fato de que o secretário de Saúde de Campinas, que é do
32 grupo político da Reitoria, é um docente da Unicamp, está promovendo essa abertura que vai
33 ter consequências para quem está trabalhando na área da Saúde. Até caminhão freezer já está
34 sendo contratado porque sabem que vai ter esse tipo de decorrência, e a Unicamp não coloca
35 nada sobre isso porque é um grupo político que está promovendo essa abertura também.
36 Manifesta solidariedade com as pessoas que estão sofrendo com esta pandemia, e tristeza por
37 ver uma reunião tão pouco democrática, tão pouco empenho em se ampliar a qualidade da
38 democracia, com a conversa com os setores da Universidade. O Conselho Universitário é feito
39 para fazer parecer que há alguma participação, que há alguma democracia nas decisões, mas
40 descaradamente autoritária tem sido a atuação da Reitoria. A Conselheira ADRIANA NUNES

1 FERREIRA junta-se a outros conselheiros na expressão de solidariedade ao luto das famílias
2 que perderam entes queridos. Também ao repúdio ao ataque sofrido pela professora Lucilene,
3 e ao apoio ao justíssimo pleito da Cocen, por um assento do Consu. Sua fala é sobre o GT que
4 vai regular a destinação dos recursos provindos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* que
5 forem pagos, e também vai regular as mudanças necessárias nas regras do RDIDP. No
6 encaminhamento dado no Consu na semana passada, prevaleceu a visão de que uma aprovação
7 condicional do regimento seria o mesmo que tirar de pauta. Discorda, porque fazem banca,
8 aprovam teses de forma condicional e não é a mesma coisa que cancelar a banca. Uma
9 aprovação condicional ou algum mecanismo equivalente pode ser um caminho interessante para
10 que se estabeleçam terrenos de construção de consensos neste Conselho. Muitas vezes os
11 conselheiros se sentem inseguros de aprovar algo como uma carta em branco, então talvez seja
12 algo para se pensar. Dito isso, ressalta a importância desse GT como uma instância de reflexão
13 sobre o projeto de universidade, sobre que universidade queremos. Não se trata de tirar poder
14 das unidades ou implicar que elas não têm capacidade de decisão. Trata-se de reconhecer que
15 são muitos, e também são um. São diversas unidades, e também são uma Universidade. E
16 também se trata de reconhecer que a floresta é mais do que a soma das árvores, então precisa
17 de uma regulação sistêmica, essa regulação é fundamental para estabelecer o seu norte. Então,
18 deseja colocar em discussão a composição desse GT, que é fundamental para garantir a sua
19 representatividade, sua abrangência, e apoiar o pleito dos discentes de participação nesse GT.
20 Pergunta em que momento, em que instância vão decidir sobre a composição do GT. A
21 SENHORA PRESIDENTE passa a palavra aos membros da Mesa. A Conselheira ELIANA
22 MARTORANO AMARAL diz que lamenta que estejam vendo um crescimento grande
23 realmente da disseminação da infecção, e não só da infecção pelo coronavírus, e lembra que
24 isso leva às vezes a uma dificuldade no acesso aos cuidados de saúde para outras condições
25 clínicas. A respeito da moradia estudantil, diz que desde março têm sido feitas as orientações e
26 tem se trabalhado com as questões da moradia, tentando dar acesso a kits de limpeza,
27 manutenção contínua de funcionários que são necessários para sua rotina, e esta demanda da
28 refeição tem como restrição técnica de segurança da alimentação. É diferente quando se
29 transfere uma quantidade de alimento para outro espaço onde tem um restaurante próprio, na
30 moradia não existe isso e, portanto, as responsabilidades técnicas da nutrição estão
31 completamente em desacordo em relação a essa marmita ser entregue e em volume dentro da
32 moradia para alguém, que alguém repasse etc. Essa questão já os fez promover uma reunião
33 muito importante, há cerca de 15 dias, com o pessoal da Faculdade de Engenharia de Alimentos,
34 o pessoal da Nutrição também, da FCA, e se entendeu que realmente essa restrição não teriam
35 como vencer, é uma restrição técnica importante. Existe sempre uma dificuldade argumentada,
36 uma dificuldade com o transporte em si, e da mesma maneira têm reforçado muito com o
37 transporte todos os critérios de segurança, janela aberta, afastamento das pessoas sentadas no
38 ônibus, uma organização do uso desse transporte. A ação que houve agora no final de maio na
39 moradia foi para fazer um diagnóstico de saúde momentâneo, chamam isso de um inquérito
40 epidemiológico, mas também clínico, em que foram feitos questionamentos para ver quem tinha

1 sintomas. Já estão disponibilizados o protocolo clínico, o manual de orientações e os resultados
2 essenciais dessa ação, mostrando que não se confirmou infecção em nenhum dos estudantes da
3 moradia que foram testados nessa ação da semana passada. Houve um caso um tempo atrás,
4 mas não se trata de um caso dessa ação, sendo que as pessoas que habitavam a mesma unidade
5 não foram infectadas nesse caso original. A Diretoria Executiva de Direitos Humanos tem
6 estado muito próxima e colaborando nessas ações, essa de diagnóstico envolveu muita gente, e
7 acha que podem continuar discutindo essas questões, particularmente a que a acadêmica Helen
8 se referiu sobre as crianças. A informação que possui é que está sendo organizado para o Cecom
9 poder realizar esses exames. Vai checar isso com o Cecom e acha que a professora Eliete é a
10 pessoa para conversar. Informa que abriram um e-mail próprio para conversarem com ela, para
11 os alunos ou quem estiver interessado, o coordena_moradia@unicamp.br, para facilitar essa
12 comunicação. A respeito do próximo semestre, todos estão obviamente muito angustiados em
13 saber, e a orientação geral é que busquem fazer o mais remoto possível, lembrar que a legislação
14 vigente permite, fora do período de pandemia, até 20% do curso com atividade à distância,
15 então, na verdade, não há problema com isso, como foi em algum momento questionado. Mas,
16 mais do que isso, estão percebendo no país inteiro, além do exterior, da dificuldade do retorno.
17 Então, na medida do possível, deixar selecionado o mínimo possível de pessoas, para poder
18 organizar as turmas, como foi referido, por exemplo, pelo IC, que já está pensando nessa
19 estratégia de quem vai poder ou deverá utilizar os laboratórios de uma maneira bem específica.
20 Avaliação do primeiro semestre foi feita dia 20 de maio e estão compilando o relatório, recebeu
21 um relatório parcial agora, das unidades todas que já enviaram. E na quinta-feira terão uma
22 reunião extraordinária da CCG, onde será apresentada para aprovação a nova deliberação que
23 irá depois para a Cepe, que se refere ao uso do suficiente/insuficiente como forma de avaliação
24 possível, e orientações acerca de como vão registrar o que aconteceu neste semestre e no
25 próximo. Por último, informa que o edital Aluno Artista está sendo relançado para o segundo
26 semestre. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA informa que todos os relatórios dos
27 programas de pós-graduação foram incluídos na plataforma Sucupira, e todos estão sendo
28 homologados. Foi adiada a entrega para até essa semana, e pede aos diretores para agradecerem
29 a todos os envolvidos na confecção desses relatórios. Completando o que a professora Eliana
30 mencionou, a nova deliberação Cepe que vai ser discutida na CCG será discutida na CCPG no
31 dia 17, que é a ideia de implementação do conceito, do antigo conceito I, por exemplo, para a
32 pós-graduação, além do registro das aulas remotas. E, finalmente, respondendo à conselheira
33 Patrícia, diz que é uma otimista incurável, e sabe que a ciência com certeza vai ser a solução
34 para esta crise e a Unicamp vai ter grande papel nisso. Acha que a sociedade consegue ver isso.
35 Quando disse que a ciência está em alta, foi no sentido de que a ciência está sendo vista pela
36 sociedade agora como a solução deste problema. Por exemplo, o Imecc nunca é chamado para
37 aparecer na mídia, ninguém muito se interessa por matemática, estatística ou matemática
38 aplicada, e só neste mês já apareceram na EPTV, no Jornal Nacional, no Fantástico, na BBC,
39 G1, em vários lugares. Então vê com otimismo que a ciência vai tirá-los desta crise. O
40 Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF informa que receberam cerca de 325 solicitações de

1 prorrogação das bolsas de iniciação científica, de acordo com o que foi instruído pelo CNPq.
2 Montaram uma planilha com as justificativas e encaminharam tudo ao CNPq. Está em contato
3 com colegas na USP e na Unesp, também procederam de maneira semelhante, e não sabem
4 como o CNPq vai avaliar essas solicitações de prorrogação, mas tomara que prorroguem. No
5 âmbito da pesquisa, conseguiram, felizmente, destinar cerca de R\$3 milhões de recursos, que
6 por conta da pandemia não podem ser destinados a viagens, para uma chamada emergencial de
7 projetos de pesquisas em Covid. Desses, cerca de R\$500 mil foram destinados a bolsas
8 emergenciais, muito bem colocadas. As atividades de pesquisa envolvem colegas de diversas
9 unidades, nunca viu um trabalho sendo feito de uma maneira tão conjunta, tão interdisciplinar,
10 atacando problemas comuns. Há colegas do IFCH, como o professor Sávio, professor Roberto
11 do Carmo, há economistas trabalhando, por exemplo, em conjunto com colegas da medicina
12 preventiva, colegas do IB, do Imecc, Biologia, diversos projetos de combate direto à pandemia,
13 incluindo ações sociais de extrema relevância para a comunidade, para a região. Promovem,
14 por exemplo, adaptação de determinados laboratórios para poder realizar testes massivos na
15 comunidade e na região, pois determinados insumos estão em falta no mercado internacional.
16 Ou seja, existe um esforço conjunto que, se por um lado, dá muito trabalho, e é uma necessidade
17 tão premente, por outro lado é bastante compensador saber que a Universidade está empenhada
18 nessa atividade. Essas coisas exigem coordenação, empenho da comunidade, à qual
19 particularmente é muitíssimo grato. A resposta tem sido extremamente positiva, as pessoas
20 dedicando horas e horas de trabalho, envolvendo alunos de pós, funcionários, pesquisadores,
21 professores, centros e núcleos, unidades e tudo o mais. Então, é nesse momento de luta que
22 veem o valor da Universidade e o quanto importa uma liderança como essa que o professor
23 Marcelo, a professora Teresa têm feito, juntamente com os diretores. O Conselheiro
24 FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO diz que foi feita alguma referência
25 aqui à lei complementar 173, que é do fim de maio desse ano, e essa lei impôs, dentre outras
26 coisas, limites aos gastos com pessoal até o dia 31 de dezembro de 2021. E alguns itens que
27 estão abrangidos pelo artigo 8º dessa lei incluem, por exemplo, as contratações, promoções, e
28 até mesmo contagem de tempo para concessão de quinquênio e sexta-parte. Como essa lei é
29 genérica e muito abrangente, a administração da Unicamp está estudando, analisando todas as
30 implicações da lei sobre a Universidade e, por segurança, vão retirar alguns itens que constam
31 da pauta da Cepe e da CAD de hoje. Esses itens vão ser tratados após a conclusão da análise
32 que está sendo feita, e agradecer à PG, que está auxiliando na dissecação dos itens todos que
33 compõem a lei complementar 173. A SENHORA PRESIDENTE solicita que o professor
34 Gontijo fizesse algum resumo dos vários assuntos que dizem respeito à área da Saúde, porque
35 apareceram vários questionamentos. O Professor JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO diz que
36 a área da Saúde tem tido uma grande sobrecarga, como todos sabem, neste momento, não só
37 pela destinação à Unicamp dos pacientes suspeitos de Covid, mas também pela manutenção de
38 todas as atividades inerentes de um hospital terciário, que não foram paradas, não foi paralisada
39 essa destinação à Unicamp. A UTI relacionado à Covid está totalmente ocupada e, havendo a
40 possibilidade, esta semana ainda, haverá abertura de 18 leitos que foram financiados. Uma

1 grande dificuldade nesse momento é a contratação de médicos intensivistas que estão sendo, de
2 alguma forma, procurados para atender a esses leitos, associada a uma mobilização interna do
3 hospital para que isso ocorra. Essa dificuldade é própria e inerente da especialidade, que é uma
4 especialidade rara, recente e tem havido dificuldade de se colocar profissionais dessa área, mas
5 tem sido feito todo esforço para que isso ocorra. O Hospital tem tido uma contaminação muito
6 grande, essa contaminação tem sido, de alguma forma, controlada pelo núcleo de vigilância
7 epidemiológica e pelo CCH do hospital. E nesse sentido será implementada a partir desta
8 semana uma testagem de praticamente 4.500 funcionários do Hospital, de forma escalonada,
9 através do Cecom, para que possam ter uma ideia desse grau de contaminação. Associado a
10 isso, o núcleo de vigilância epidemiológica tem feito todo um trabalho de fluxo e de isolamentos
11 de áreas e restrição de acesso ao Hospital, inclusive para visitas para pacientes, mesmo
12 pacientes que não são Covid. Então, tem havido uma movimentação muito grande, própria
13 dessa situação pandêmica, que é muito grave, mas o Hospital tem tomado as medidas
14 necessárias para que haja o controle dessas dificuldades internas. A dificuldade é aumentada
15 pela grande insensibilidade que tem havido por parte das autoridades, no sentido de
16 financiamento. Ou seja, o financiamento é restrito, o professor Marcelo tem dito isso. A
17 SENHORA PRESIDENTE diz que ninguém desconhece que a situação que vivem não só é
18 extremamente grave, mas ela é única. Não há experiências consolidadas, nem no âmbito da
19 gestão universitária, nem no âmbito das atividades de ensino e pesquisa, nem no âmbito de
20 como gerenciar um hospital deficitário em momentos de crise, e como navegam em uma
21 situação de altíssimo nível de imprevisibilidade, de modo que pode resumir a situação que como
22 de absoluta excepcionalidade. E ao ser de absoluta excepcionalidade, as medidas vão sendo
23 tomadas na medida em que os problemas vão aparecendo. E, além disso, vão tentando, na
24 medida do possível, antecipar algumas ações. Então, por exemplo, a questão do próximo
25 semestre. Enviaram a todas as unidades e órgãos, com base nas diretrizes estabelecidas pelo
26 comitê de crise Covid, um plano para, em várias fases, poderem organizar o retorno. E fizeram
27 isso com a responsabilidade de não dizer quando começa, porque isso ninguém consegue
28 prever. Mas precisam ter um plano, e as unidades estão discutindo, provavelmente vai haver
29 idas e voltas no sentido de amadurecer e poder, pelo acompanhamento da evolução da
30 pandemia, em algum momento prever uma possível data de retorno. Portanto, a acusação feita
31 aqui de que são irresponsáveis na questão das atividades, do retorno, associadas a grupos
32 políticos, repudia de modo veemente, porque ela é não só inadequada pelo conjunto de ações
33 que têm tomado, mas ela é injusta, justamente da forma como temos feito as sugestões,
34 organizado as discussões, e apenas após a organização das discussões pautadas na forma de
35 resoluções. Quem ignora que a Unicamp é protagonista nesse processo, ignora a realidade e não
36 reconhece o seu valor. O professor Munir exemplificou muito bem o que estão fazendo na área
37 da ciência; o professor Gontijo ilustrou muito bem o que estão fazendo na área da Saúde, não
38 sem enormes dificuldades, tanto operacionais, quanto de financiamento. Todas as afirmações
39 que foram feitas no Expediente serão objeto de análises por parte da Administração. Portanto,
40 não vai responder neste momento; as afirmações, acusações ou levantamento de manifestações

1 serão objeto do aprofundamento nos grupos específicos no âmbito da Administração da
2 Unicamp. Não possuem o conjunto de detalhes para apresentar neste momento. Sobre os
3 assuntos de Funcamp, já foram respondidos pelo comunicado que a Funcamp divulgou, em
4 relação justamente à questão da responsabilidade dos coordenadores ou executores de projetos.
5 O assunto das atividades, das dificuldades etc., será objeto de um levantamento de informações
6 que estão organizando no âmbito da CGU, junto com o Cesop, que é um centro renomado de
7 pesquisa de opinião, acha que todos conhecem. Quem conhece bem a Unicamp conhece bem o
8 trabalho do Cesop, e estão organizando um trabalho de levantamento de informações
9 metodologicamente adequado, em que informações serão buscadas com os grupos de alunos,
10 de professores e de servidores. Então oportunamente, até meados deste mês, esse assunto estará
11 sendo divulgado. A razão de fazer isso é que precisam ter informações objetivas,
12 adequadamente analisadas, metodologicamente corretas, e nos três grandes segmentos,
13 obviamente de modo remoto. Sobre o GT, foi demandada participação de alunos, e informa que
14 será um GT do Consu, portanto terá a participação de todos os segmentos, obviamente, e farão
15 como normalmente fazem quando o Consu propõe a criação de um GT: a Reitoria elabora uma
16 proposta de um GT, consulta as pessoas que eventualmente tenham interesse, vários membros
17 aqui do Conselho Universitário manifestaram interesse em participar, e dá seguimento, como
18 em todos os outros casos. Farão isso o mais rápido possível, a participação será ampla, não há
19 dúvida disto. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU pergunta se a
20 professora Teresa pode informar também sobre o GT criado na deliberação da política de
21 inovação e tecnologia da Unicamp, sobre o qual foi pedido esclarecimento. A SENHORA
22 PRESIDENTE diz que o que foi discutido na reunião de hoje foi a criação do GT relacionado
23 ao *lato sensu*, e é disso que está falando. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES
24 ABREU diz que seus questionamentos foram referentes aos GTs criados naquele momento da
25 aprovação da política tecnológica, e que não voltaram a vir à tona. Pode repetir os documentos.
26 A SENHORA PRESIDENTE diz que pode buscar esclarecimentos junto à secretaria da
27 administração, ao Gabinete do Reitor, para informar os resultados, se esse GT foi criado. O
28 Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que na sua fala do Expediente
29 estão contidos, caso precisem retomar as deliberações que foram feitas em relação à criação dos
30 GTs. Nada mais havendo a tratar, a SENHORA PRESIDENTE declara encerrada a Sessão e,
31 para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei
32 a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário.
33 Campinas, 09 de junho de 2020.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 167ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 04 de agosto de 2020, sem alterações.